



Contrato de Objetivos Logísticos 2018



NOTA DE ATUALIZAÇÃO

Atualizações realizadas em 09 AGO 18:

| COL | CL | ASSUNTO | Pag | Item | Situação |
|--------|----|------------|-----|------|----------|
| COL A1 | I | FINALIDADE | 34 | 4 | Alterado |

Contrato de Objetivos Logísticos de Abastecimento

“O Contrato de Objetivo Logístico é um modelo de gestão compartilhada de recursos, adotado pelo Comando Logístico a partir de 2009.”

Como Comandante da 9ª Região Militar, tive a oportunidade de conviver com a sistemática antiga, em que o Cmt RM tinha poucas condições de interferir na logística em sua área, pois quase tudo era decidido em Brasília.

Com a adoção do novo modelo, ainda como Cmt RM, pude perceber o quanto as Regiões Militares podem mudar o seu papel na estrutura logística do Exército. Elas podem parar de apenas administrar problemas (apagar incêndios) para exercer, de fato, a gestão logística em sua área, contribuindo, assim, com a Transformação Logística do Exército Brasileiro.

Para isso, a Diretoria de Abastecimento adotou este modelo de planejamento para facilitar o entendimento das regras estabelecidas que, ao longo dos anos, poderá e deverá ser melhorado com a colaboração de todos. Além disso, a videoconferência mensal entre a D Abst e as Regiões Militares permitirá o tráfego de informações mais ágeis a fim de permitir a transformação do planejamento em execução.

Afinal de contas, *“... não há nada que seja maior evidência de insanidade do que fazer a mesma coisa dia após dia e esperar resultados diferentes...”* (Albert Einstein).

Gen Bda **GISLEI MORAIS DE OLIVEIRA**

Diretor de Abastecimento de 2010 a 2011



DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



ÍNDICE GERAL

| COL | CLASSE | ASSUNTO | Pag |
|---------|--------|--|-----|
| - | I | INTRODUÇÃO | 6 |
| - | | NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O CICLO DE SUPRIMENTO CLASSE I | 8 |
| - | | CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OM DA CADEIA DE SUPRIMENTO | 22 |
| - | | CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 26 |
| - | | FORMALIDADES E PADRONIZAÇÕES DE PROCEDIMENTOS | 29 |
| COL A1 | | QUANTITATIVO DE RANCHO (QR) | 33 |
| COL A2 | | QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS) | 59 |
| COL A3 | | RESERVA REGIONAL | 79 |
| COL A4 | | ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA | 85 |
| COL A5 | | PROGRAMA DE AUDITORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - PASA | 88 |
| COL A6 | | MANUTENÇÃO DE ÓRGÃO PROVEDOR | 95 |
| - | I | SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 99 |
| - | | PRESCRIÇÕES DIVERSAS | 125 |
| COL RV1 | RV | ALIMENTAÇÃO ANIMAL | 128 |
| COL RV2 | | MEDICAMENTOS E MEDIDAS PROFILÁTICAS | 130 |
| COL RV3 | | FERRAGEAMENTO PARA EQUINOS | 132 |
| COL RV4 | | OUTROS | 133 |
| COL F1 | II | UNIFORMES ESCOLARES | 136 |
| COL F2 | | UNIFORMES HISTÓRICOS | 137 |
| COL F3 | | UNIFORMES ESPECIAIS | 138 |
| COL F4 | | BANDEIRAS, INSÍGNIAS E DISTINTIVOS | 139 |
| COL E1 | | MANUTENÇÃO DE ÓRGÃO PROVEDOR | 141 |
| COL E2 | | FICHA MODELO 20 | 142 |
| COL E3 | | MANUTENÇÃO DE SUPRIMENTO CLASSE II | 144 |
| COL E4 | | INSTRUMENTOS MUSICAIS | 145 |
| COL E5 | | MATERIAL AEROTERRESTRE | 146 |
| COL E6 | | MATERIAL DE MONTANHA | 147 |
| - | III | INTRODUÇÃO | 150 |
| - | | NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O SUPRIMENTO CLASSE III | 151 |
| COL C1 | | COMBUSTÍVEL ADMINISTRATIVO – D ABST | 153 |
| COL C2 | | COMBUSTÍVEL OPERACIONAL – COTER | 154 |
| COL C3 | | COMBUSTÍVEL DE ENSINO – DECEX | 154 |
| COL C4 | | COMBUSTÍVEL DE INTELIGÊNCIA – CIE | 154 |
| COL C5 | | COMBUSTÍVEL DE TRANSPORTE – GPG | 154 |
| COL C6 | | COMBUSTÍVEL DE MNT VTR BLD – D MAT | 155 |
| - | | QUADRO-RESUMO DE DISTRIBUIÇÃO EM LITROS | 156 |
| - | | PRESCRIÇÕES DIVERSAS | 156 |
| COL M1 | V | MANUTENÇÃO DE PAÍÓIS | 160 |
| COL M2 | | MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIOS QUÍMICOS | 163 |
| COL M3 | | FORNECIMENTO DE DMA | 165 |
| COL M4 | | MUNIÇÃO MENOS LETAL | 170 |
| COL M5 | | MUNIÇÃO PARA TIRO TÉCNICO | 172 |



CLASSE I





DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS

Classe I

SUBÍNDICE

| COL | CLASSE | ASSUNTO | Pag |
|--------|--------|--|-----|
| - | I | INTRODUÇÃO | 6 |
| - | | NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O CICLO DE SUPRIMENTO CLASSE I | 8 |
| - | | CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OM DA CADEIA DE SUPRIMENTO | 22 |
| - | | CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 26 |
| - | | FORMALIDADES E PADRONIZAÇÕES DE PROCEDIMENTOS | 29 |
| COL A1 | | QUANTITATIVO DE RANCHO (QR) | 33 |
| COL A2 | | QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS) | 59 |
| COL A3 | | RESERVA REGIONAL | 79 |
| COL A4 | | ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA | 85 |
| COL A5 | | PROGRAMA DE AUDITORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - PASA | 88 |
| COL A6 | | MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS PROVEDORES | 95 |
| - | | SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 99 |
| - | | PRESCRIÇÕES DIVERSAS | 125 |

INTRODUÇÃO

1. Esta seção do Livro do Contrato de Objetivos Logísticos destina-se a normatizar, padronizar e orientar os usuários que fazem parte da cadeia logística de suprimento Classe I no Exército Brasileiro.

2. No âmbito do Exército Brasileiro (EB), cabe ao Comando Logístico (COLOG), por meio da Diretoria de Abastecimento (D Abst), gerenciar a atividade de suprimento Classe I, controlando o fornecimento de alimentação em rancho aos militares autorizados, em consonância com o estabelecido na legislação vigente.

3. Sob a responsabilidade da Diretoria de Abastecimento, as atividades de suprimento Classe I são administradas pela Seção da Gestão Logística de Suprimento (SGLS).

4. Cabe à D Abst, por meio da SGLS, a incumbência de planejar a aplicação e a descentralização dos recursos orçamentários dos diversos assuntos da atividade de suprimento Classe I, estabelecendo regras e procedimentos para a sua correta aplicação no âmbito do Exército Brasileiro.

5. Para a execução dessa atividade, foram estabelecidos os seguintes assuntos:

- a. **COL A1- QUANTITATIVO DE RANCHO;**
- b. **COL A2 – QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA;**
- c. **COL A3 – RESERVA REGIONAL;**
- d. **COL A4 – ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA;**
- e. **COL A5 – PROGRAMA DE AUDITORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

(PASA);

- f. **COL A6 – MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS PROVEDORES;**

6. Para cada assunto, serão estabelecidos procedimentos, regras e definições básicas, as quais devem ser compreendidas e seguidas estritamente pelas OM envolvidas, a fim de que se obtenha padronização ao longo de toda a cadeia de suprimento Classe I.

7. Nesse contexto, a D Abst volta-se, quase que exclusivamente, para tender seus dois maiores clientes:

- a. As OM com Setores de Aprovisionamentos;
- b. Os OP com armazéns, depósitos e câmaras frigoríficas de gêneros de suprimento Classe I.

8. Por fim, reconhece-se que há certo tempo decorrido no que tange às publicações das normas sobre os assuntos de suprimento Classe I no âmbito do Exército

Brasileiro. Porém seus princípios basilares são plenamente aplicáveis à realidade existente, de modo que essa legislação não pode ser abandonada.

9. Nesse sentido, visado a suprir lacunas existentes, torna-se importante a leitura desse Livro, que servirá como orientação fundamental aos integrantes da cadeia de suprimento Classe I, sobre tudo aos Órgãos Provedores e aos Setores de Aprovisionamento, no sentido de normatizar e padronizar procedimentos.

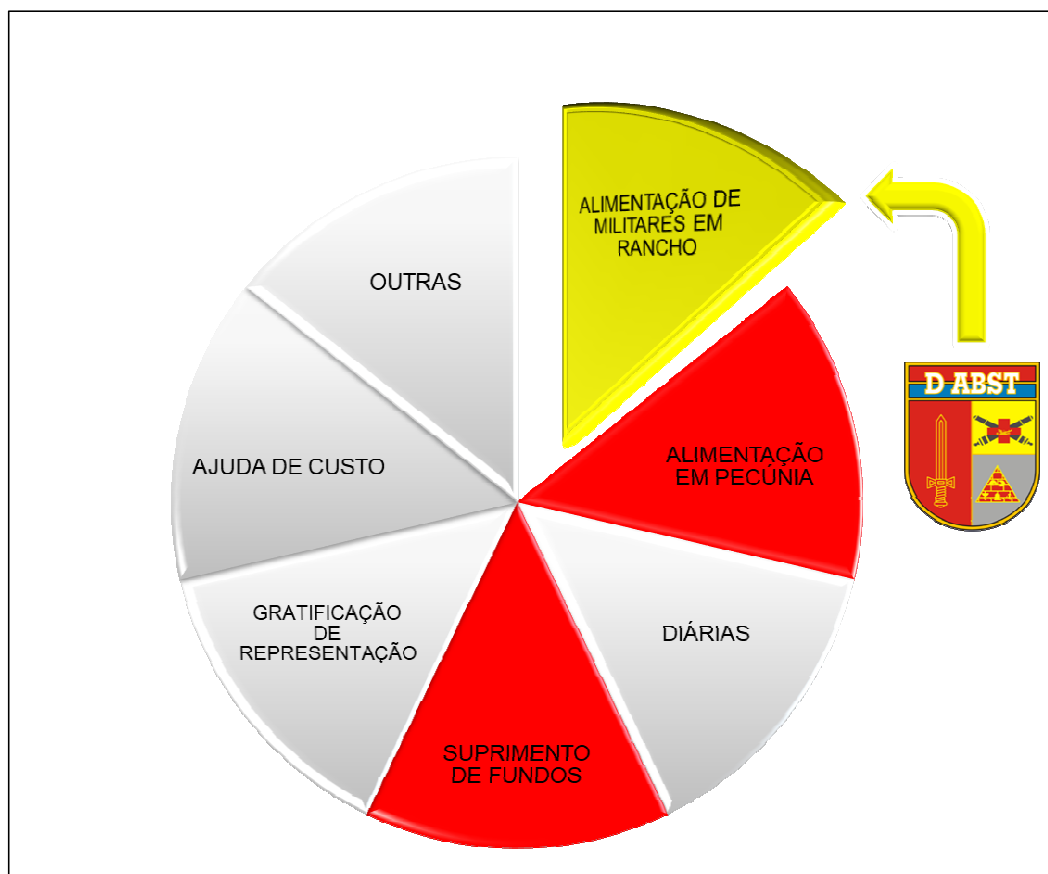
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O CICLO DE SUPRIMENTO CLASSE I

INTRODUÇÃO

1. O fornecimento de alimentação, no Exército Brasileiro (EB), é feito basicamente da seguinte forma:

- Alimentação em Rancho (**objeto da Diretoria de Abastecimento**);
- Alimentação em Pecúnia (auxílio-alimentação);
- Diárias;
- Suprimento de Fundos;
- Gratificação de representação;
- Ajuda de Custo.

2. Das formas dispostas anteriormente, cabe ao Comando Logístico (COLOG), por intermédio da Diretoria de Abastecimento (D Abst), gerenciar a atividade de suprimento Classe I, por meio de **fornecimento de alimentação em rancho aos militares no âmbito do EB**, conforme ilustração subsequente:



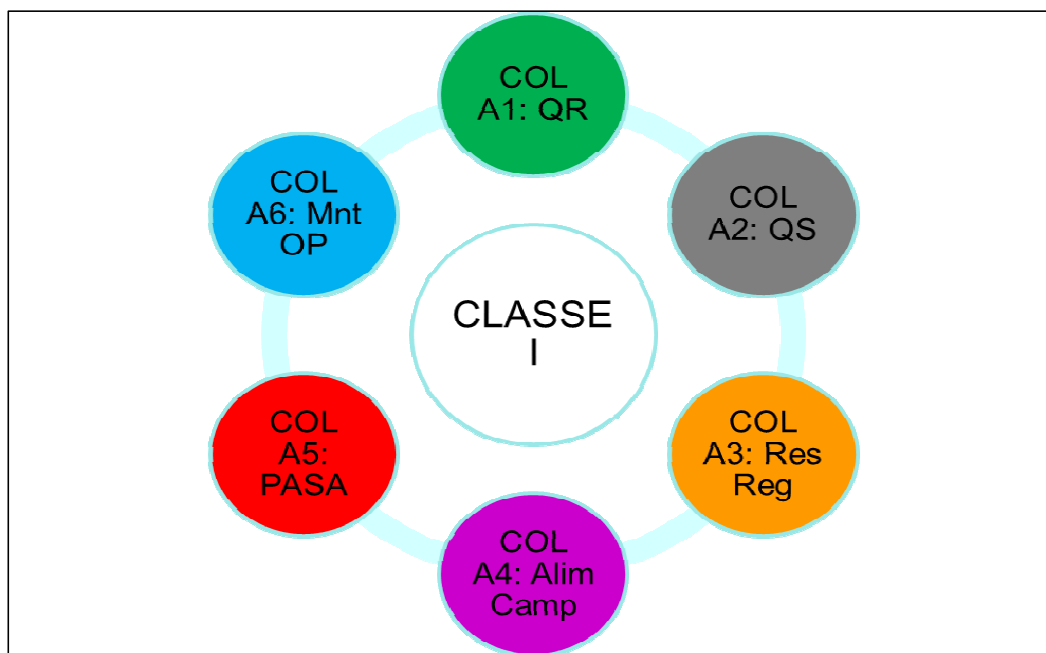
3. O fornecimento de alimentação em rancho é a concretização de diversas outras fases menores que o antecedem. Dessa forma, para que o alimento chegue à ponta da linha, nos diversos níveis de comando, nos diversos tipos de OM do EB, nos diversos setores de aprovisionamento, são desenvolvidas, basicamente, as seguintes ações de forma descentralizada:

- a. Planejamento doutrinário;
- b. Planejamento orçamentário;
- c. Provisão de créditos orçamentários;
- d. Licitação;
- e. Contratação;
- f. Recebimento;
- g. Distribuição;
- h. Armazenamento;
- i. Consumo.

4. Na D Abst são executados, principalmente, o planejamento doutrinário, o planejamento orçamentário e a provisão de créditos orçamentários.

5. Especificamente a D Abst executa a licitação e a contratação de ração operacional para todo EB, as quais são distribuídas nos diversos OP.

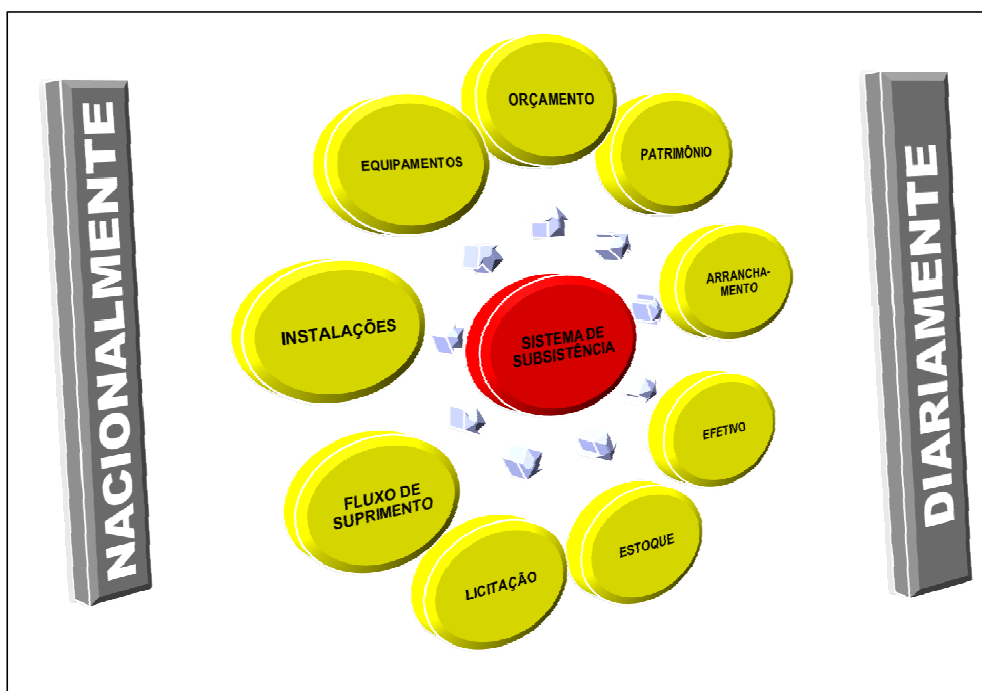
6. Para consecução desse objetivo, como dito na introdução, a SGLS divide seu orçamento em assuntos para o administrar de forma mais eficiente, ilustrado conforme abaixo:



7. Com base nessa divisão, deduz-se que a SGSL da D Abst também responsável pela descentralização de recursos orçamentários que não são suprimento Classe I, mas que guardam estrita e direta relação com a atividade dos setores de aprovisionamento e dos depósitos/câmaras frigoríficas de gêneros alimentícios dos OP, sobretudo nas seguintes áreas:

- a. Aquisição de material/contratação de serviço para manutenção de bens imóveis;
- b. Aquisição de material/contratação de serviço para manutenção de bens móveis;
- c. Aquisição de equipamentos domésticos/industriais para cozinha;
- d. Aquisição de mobiliário para cozinha.
- e. Aquisição de equipamento para depósitos;
- f. Aquisição de mobiliário para depósitos.

8. Destaca-se, ainda que, dentro dos diversos assuntos abordados pela SGLS no que tange à atividade de suprimento Classe I, diversas tarefas são executadas, sendo exemplo a figura a seguir:



9. Por fim, a partir desse ponto, serão explicadas as definições basilares para o entendimento do ciclo do suprimento Classe I no âmbito do EB, cuja importância do entendimento é anseio da D Abst.

ETAPA

10. O fornecimento da alimentação em rancho requer padronizações e conceitos básicos, a fim de possibilitar a mensuração de quanto adquirir e fornecer ao efetivo alimentado.

11. Nesse contexto, destaca-se o conceito de etapa de alimentação, que é a importância em valor financeiro destinado ao custeio da alimentação de um homem, por dia, em determinada área considerada. Na prática, é o valor base usado para cálculo da alimentação fornecida em rancho.

12. No EB, o valor da etapa base é formado pelo somatório de duas parcelas. Essas parcelas são denominadas quantitativos, sendo os seguintes:

a. **Quantitativo de Subsistência (QS):** é a parte do valor da etapa base que se destina à aquisição de gêneros de alimentação básicos que serão recebidos, estocados e distribuídos pela cadência de suprimento, por intermédio dos Órgãos Provedores (OP);

b. **Quantitativo de Rancho (QR):** é parcela do valor da etapa base que se destina à aquisição dos demais gêneros de alimentação que não são adquiridos pelo QS (por exclusão); a aquisição é feita diretamente pela ponta da linha, ou seja, pelas OM que possuem rancho.

13. **São características da etapa base de alimentação do EB:**

- a. seu valor destina-se a alimentação de um homem por dia;
- b. inclui todas as refeições feitas pelo homem por dia;
- c. o valor base é único para emprego em todo território nacional;
- d. o valor base é único para todos os militares autorizados, independente de posto, graduação, cargo ou função;
- e. Não pode ser combinada com outra forma de auxílio ou benefício de alimentação.

14. Embora tanto o QR quanto o QS sejam importâncias financeiras que compõem uma etapa, na prática representam o seguinte:

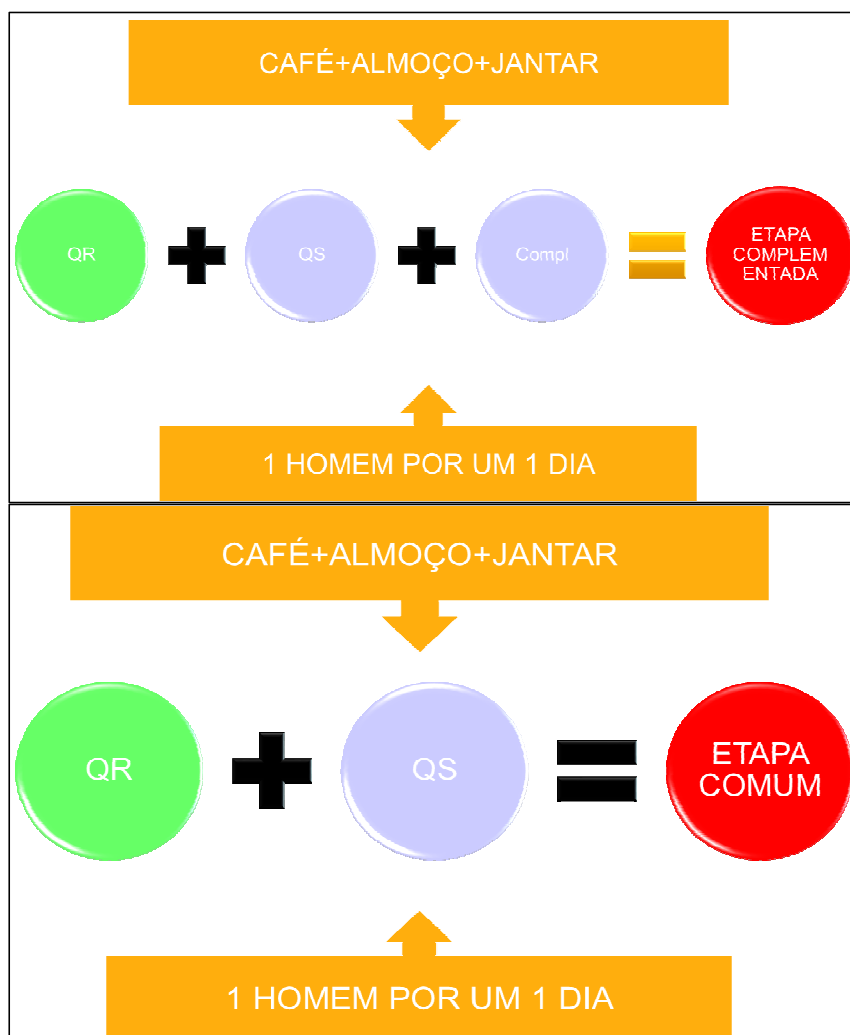
| MODALIDADE DE ETAPA | PARCELAS | AQUISIÇÃO | RECEBIMENTO | DISTRIBUIÇÃO |
|---------------------|--|--|-------------|--------------|
| QR | Melhoria da refeição | OM | OM | - |
| QS | Alimentos bases da refeição, além de intens descartáveis | OP/RM/OM extraordinariamente autorizadas | OP | OM |

15. A etapa pode, ainda, ser complementada, a fim de se adequar às determinadas situações geográficas e de emprego da tropa, recompondo o valor financeiro em função do maior custo de vida ou a demanda de maior gasto calórico em função do desgaste físico. Esses complementos terão seu valor e sua aplicação em função do quantitativo ao qual se ligam. Suas definições serão abordadas nos COL A1 e COL A2.

16. Assim, têm-se as seguintes modalidades de etapas no EB:

| MODALIDADE DE ETAPA | PARCELAS | EMPREGO | FATOR GERADOR |
|----------------------------|------------------------|---------------------|--|
| Etapa Comum (base) | QS + QR | Por homem e por dia | Militar arranchado |
| Etapa Complementada | QS + QR + Complementos | Por homem e por dia | Militar arranchado + maior custo de vida ou a demanda de maior gasto calórico em função do desgaste físico |

17. A etapa comum e complementada podem ser ilustradas da seguinte forma:



18. Percebe-se, então, que a etapa está vinculada, somente, a um homem durante um dia, englobando todas suas refeições, independentemente da localização geográfica do país. Porém, de acordo com o tipo da parcela da etapa, ou seja, de acordo com o quantitativo, essa poderá ainda receber uma classificação especial em função da forma em

que será sacada, ou seja, da forma que será feita a justificativa para se empregar seu valor financeiro e quantitativo diário por homem, sendo ela de dois tipos:

a. **Etapas Completas:** indicam o maior efetivo que compareceu a uma das refeições autorizadas: café, almoço e jantar. Com a unificação do valor e do emprego da etapa, com a junção dos conceitos e dos valores dos complementos “QR” e “RR” em apenas “QR” e com abolição dos conceitos de RR e RRM, não há mais necessidade de se considerar o maior efetivo por círculos de militares, mas sim o maior efetivo em uma das refeições.

b. **Etapas Reduzidas:** indicam os efetivos que, realmente, fazem cada uma das refeições autorizadas: café, almoço e jantar.

19. Com base nesses dois conceitos, o saque do quantitativo se procederá da seguinte forma:

| TIPO DE ETAPA | CONCEITO | PARCELA DA ETAPA A QUE SE REFERE | APLICAÇÃO | QUANTIDADE TABELAR | FATOR DE CORREÇÃO | FICHA TÉCNICA |
|-------------------------|---|----------------------------------|---|--|---|--|
| Etapas Completas | Indica o maior efetivo que compareceu a uma das refeições autorizadas: café, almoço e jantar. | QR e seus Complementos | No valor a ser sacado de QR, resultando na confecção da Grade de etapas Reduzida | Não possui quantidade tabelar | Não possui fator de correção | Deverá ser seguida a ficha técnica da preparação em caso de existência |
| Etapas Reduzidas | Indica os efetivos que, realmente, fazem cada uma das refeições autorizadas: café, almoço e jantar. | QS e seus Complementos | Na quantidade de gêneros do QS a ser sacada para as refeições, resultando na confecção da Grade de Etapas Reduzidas e Mapa de Gêneros | Possui quantidade tabelar, devendo ser obedecida | Deverá ser seguido o fator de correção em caso de publicação pela D Abs | Deverá ser seguida a ficha técnica da preparação em caso de existência, ainda que haja quantidade tabelar específica |

20. Complementando-se esse conceito, tem-se que os quantitativos de uma etapa podem ser sacados da seguinte forma no que tange à frequência diária:

| MODALIDADE DE ETAPA | PARCELAS | EMPREGO |
|------------------------------|------------------------|---------------------|
| Etapas Comuns | QS + QR | Por homem e por dia |
| Etapas Complementadas | QS + QR + Complementos | Por homem e por dia |

21. Logo se conclui que um mesmo militar não poderá ter duas ou mais etapas sacadas em seu nome num mesmo dia, tanto no que se refere aos quantitativos, quanto aos complementos.

22. Baseado nesse conceito, tem-se que quando houver deslocamento temporário de um militar entre OM do EB, com necessidade de alimentação fora do seu quartel de

origem, deverá ser empregado a **transferência de etapa obrigatoriamente, antes de qualquer complemento ou acréscimo.**

23. Quando houver cessão (permanente) de um militar do EB para fora da Força, ou em caráter temporário esse necessitar de realizar refeições diárias em outro Órgão/Entidade/OM, não se aplicará a transferência de etapa de imediato, uma vez que, em princípio ele passará a fazer parte do efetivo permanente do destino ao qual passará integrar, com todos os encargos a ele remanejados.

a. Nessa situação, será estudado o caso concreto, de modo a concluir se Órgão/Entidade/OM para qual o militar do EB foi transferido já há previsão de atendimento com alguma forma de benefício de alimentação (auxílio alimentação, fornecimento de alimentação por empresa terceirizada, etc.);

b. Caso o militar do EB não seja atendido com algum benefício de alimentação, será procedida a transferência de etapa do EB para o Órgão/Entidade/OM por meio de destaque realizado na Unidade Orçamentário EME;

c. O destaque somente será realizado por provocação do Órgão/Entidade/OM fora da Força ou por OM do EB que está sendo demandada, por meio de documentação oficial remetida à D Abst.

d. No caso de transferência permanente, os recursos para a transferência de etapa serão provisionados pela D Abs, por intermédio do EME;

e. No caso de transferência provisória (cursos, simpósios, palestras, reuniões, operações, etc) os recursos serão descontados das OM do EB a qual pertencem os militares, sendo estes provisionados pela D Abs, por intermédio do EME.

24. O militar ou civil de outro Órgão/Entidade/OM só podem realizar refeições em rancho das OM do EB havendo autorização prévia de ODS/Diretoria do EB, por meio de documento oficial, assim como dotação orçamentária específica. Essa situação é muito comum nas operações conjuntas entre as FFAA e outros órgãos/entidades civis.

25. Nesse sentido, normalmente, o militar e civil de outro Órgão/Entidade/OM, que estão cedidos permanentemente ao EB recebem alguma forma de benefício de alimentação em sua remuneração, não podendo, portanto, ser acumulado com alimentação em rancho. Assim, deve-se observar nesses casos:

a. Caso a OM do EB a qual o militar e civil de outro Órgão/Entidade/OM se encontre cedido tenha certeza de que ele não recebe nenhum benefício de alimentação, deverá remeter a informação à D Abst, por meio de documentação oficial, com o nome do servidor, a data inicial que se encontra cedido e a sua origem;

b. A D Abst, de posse da documentação oficial, procederá ao cálculo do valor devido, com base na etapa do EB, e remeterá o valor necessário ao Estado-Maior do Exército;

c. O Estado-Maior do Exército fara a cobrança oficial do valor devido ao Órgão/Entidade/OM, para que o montante seja provido à D Abst por meio de destaque.

26. Ao militar e civil de outro Órgão/Entidade/OM que realize refeições em uma das OM do EB temporariamente, sem que esteja cedido, não havendo autorização e dotação orçamentária prévia, deverá ser proceder da seguinte forma:

a. O comandante/chefe/diretor deverá justificar a ocorrência do fato à D Abst;

b. Deverá ser informado, por meio de documento oficial, o nome do servidor, o número de refeições/dias realizadas e o Órgão/Entidade/OM de origem;

c. A D Abst, de posse da documentação oficial, procederá ao cálculo do valor devido, com base na etapa do EB, e remeterá o valor necessário ao Estado-Maior do Exército;

d. O Estado-Maior do Exército fara a cobrança oficial do valor devido ao Órgão/Entidade/OM, para que o montante seja provido à D Abst por meio de destaque.

27. Resumindo-se o que foi dito anteriormente em relação aos militares do EB quando realizarem uma ou mais refeições fora da Força Terrestre, tem -se:

| UNIVERSO | SITUAÇÃO | PROCEDIMENTO APLICADO | ORIGEM DO RECURSO | SOLICITAÇÃO | CONDIÇÃO |
|---------------|---|--|----------------------------|---|------------------------------------|
| MILITAR DO EB | Temporariamente realizando refeição em outra OM do EB (Operações, missões, cursos, palestras, etc) | Transferência de etapa, conforme regras do COL A1 e A2 descritas nesse contrato | Da OM de origem do militar | Conforme regras do COL A1 e A2 descritas nesse contrato | Realizar qualquer tipo de refeição |
| | Transferido á outra OM do EB | O militar já será computado na OM de destino, não havendo transferência de etapa | - | - | |
| | Cedido à outro Órgão/Entidade, com benefício alimentação no de destino ou em pecúnia na remuneração | Não haverá destaque concedido | - | - | |
| | Cedido sem benefício alimentação | Destaque concedido por intermédio do EME | D Abst | À D Abst, por parte da OM do EB de origem do militar ou do Órgão/Entidade/OM externo, por meio de documento oficial | |
| | Temporariamente à disposição ou em missão/atividade/tarefa, sem estar cedido, sem benefício alimentação | | Da OM de origem do militar | | |

28. Resumindo-se o que foi dito anteriormente em relação aos militares e civis externo ao EB quando realizarem um ou mais refeições na Força Terrestre, tem -se:

| UNIVERSO | SITUAÇÃO | PROCEDIMENTO APLICADO | ORIGEM DO RECURSO | SOLICITAÇÃO | CONDIÇÃO |
|--|--|---|--|---|------------------------------------|
| MILITAR/CIVIL DE OUTRO ÓRGÃO/ENTIDADE/OM EXTERNO AO EB | Cedido ao EB com benefício alimentação no Órgão/Entidade de destino ou em pecúnia na remuneração | Não haverá destaque concedido | - | - | Realizar qualquer tipo de refeição |
| | Cedido sem benefício alimentação | Destaque recebido por intermédio do EME | Órgão/Entidade/OM de origem do militar/civil | À D Abst, por parte da OM do EB de origem do militar ou do Órgão/Entidade/OM externo, por meio de documento oficial | |
| | Temporariamente à disposição ou em missão/atividade/tarefa, sem estar cedido e sem benefício alimentação | Destaque recebido por intermédio do EME | | | |

29. Destaca-se, ainda, a disponibilidade orçamentária na qual o recurso orçamentário será descentralizado para a aquisição da etapa, sendo as seguintes:

| DISPONIBILIDADE | DOTAÇÃO | PREVISÃO | O QUE SERÁ ATENDIDO | DESCENTRALIZAÇÃO |
|-----------------|---|--|--|--|
| Ordinária | De responsabilidade exclusiva da D Abst | Contrato de Objetivos Logísticos | Etapa Comum ou Etapa Complementada ou somente complementos | Automática, conforme regras do COL A1 e COL A2 |
| Extraordinária | De responsabilidade exclusiva da D Abst | Diposição do COL que autoriza os casos para solicitações extraordinárias | | Mediante solicitação (demonstrada neste livro) |
| | De outros ODS, ENTIDADES, ÓRGÃOS, etc. | Legislação específica | | Mediante solicitação (demonstrada neste livro) |

EFETIVO

30. Em face de a etapa ser sacada por homem, algumas orientações e conceitos devem ser ratificados no que tange ao universo de pessoas alimentadas, permitindo que não haja confusão ao se determinar quem alimentar e quantos alimentar.

31. Preliminarmente, **a D Abst trata obrigatoriamente de alimentação de militares da ativa do EB que fazem suas refeições em rancho, incluindo os prestadores de tarefa por tempo certo (PTTC)**, em função da classificação funcional e programática do recurso orçamentário destinado pelo EME para ser gerido sob sua competência. Isso significa que civis, militares de outras forças, programas sociais, entre outras situações não serão atendidas pela D Abst ordinariamente.

32. Porém, extraordinariamente, em caso de haver dotação orçamentária específica recebida pela D Abst, combinado com uma legislação específica que ampare o emprego, civis e militares de outras forças serão atendidos, como no caso de operações do Ministério da Defesa e programas de inclusão social por meio do desporto. Nesses casos, o recurso orçamentário é recebido e descentralizado pela D Abst. Dessa forma, tem-se a seguinte situação no universo de pessoas atendidas pela D Abst:

| UNIVERSO | ATENDIMENTO PELA D Abst | DOTAÇÃO | SOLICITAÇÃO PELAS OM |
|--|---|---|---|
| Militares da ativa do EB (inclusive PTTC) | Obrigatório | De responsabilidade exclusiva da D Abst | Não cabe solicitação, pois o provimento é automático conforme regras do COL A1 e COL A2 |
| Civis e Militares outras FFAA | A depender da dotação orçamentária específica | De outros ODS/ENTEIDADES/ÓRGÃOS | Mediante solicitação (demonstrada neste livro) |

33. Dessa forma, nenhum militar ou civil externo ao EB poderá se arrancar nas OM desse Comando sem que haja autorização de ODS/Diretoria competente, aliada a existência de previsão orçamentária prévia e específica.

34. É importante destacar que, como regra geral, o militar ou civil do EB que perceba qualquer forma de auxílio, ajuda, gratificação ou bônus de alimentação, ou outro que contemple, implicitamente, a aquisição de alimentação, **não poderá ser arranchado, mesmo que pertença a uma OM que possua rancho.**

35. Aos militares que integram o efetivo pronto e que fazem jus ao direito de serem alimentados em rancho, **somente será autorizado o arranchamento nos dias em que ocorrer expediente integral, podendo realizar a refeição cujo horário ocorra durante o expediente.**

36. Nos dias não úteis, como feriados e finais de semana, bem como nas refeições fora do expediente, somente estarão autorizados a serem alimentados em rancho os militares que estiverem:

- a. em serviço de escala;
- b. em cumprimento de missão devidamente autorizada pelo comandante (não podendo ultrapassar o efetivo implantado pela D Abst);
- c. punidos;
- d. baixados à enfermaria da OM;
- e. na situação de aluno/cadete de curso de formação em estabelecimento de ensino obrigatório.

37. Ao militar residente ou alojado em OM (vulgo “laranjeira”) não é permitida a realização de refeição fora do expediente, a menos que haja amparo legal ou ocorra uma das situações descritas anteriormente. Não cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor autorizar o arranchamento de militares nessa situação, sobretudo sob o argumento usual de cumprimento de missão.

38. Da mesma forma, não cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor impedir que o militar realize sua refeição que tem direito por ter trabalhado um expediente integral, ainda que o expediente seja em horário e duração diferenciados dos usais (como, por exemplo, nas unidades de saúde).

| UNIVERSO | DIAS ÚTEIS | | DIAS NÃO ÚTEIS |
|--|--|--|----------------|
| | DENTRO HORÁRIO DO EXPEDIENTE | FORA DO HORÁRIO DO EXPEDIENTE | |
| Militares da ativa do EB (inclusive PTTC) | Qualquer militar arranchado, ainda que o expediente seja diferenciado. | Em Sv de escala; Em missão formalmente autorizada; Punidos; Baixados nas OM (não em hospitais); Alunos/Cadetes; Conscritos. | |

39. Tomando-se por base a definição do universo alimentado pela D Abst, é importante lembrar os conceitos de:

a. **Efetivo Implantado:** é o efetivo pronto para o serviço na OM que serve como limite máximo de saque de qualquer Quantitativo e Complementos. Tem as seguintes características:

- 1) é composto por militares que fazem jus ao direito de alimentação em rancho e que fazem parte da OM considerada;
- 2) atualmente usa-se, como referência, o efetivo implantado na OM constante do banco de dados do Centro de Pagamento do Exército (CPEx);
- 3) não contempla militares de outras OM que se encontrem, temporariamente, realizando as refeições em uma determinada OM;

b. **Efetivo Alimentado Autorizado:** é o efetivo máximo que poderá fazer uma ou mais refeições no dia e para o qual serão sacados Quantitativos e Complementos. Será definido com base no arranchamento, sendo, portanto, uma previsão. Tem as seguintes características:

- 1) é composto por militares que fazem jus ao direito de alimentação em rancho e que fazem parte da OM considerada;
- 2) poderá ser compostos de militares de outras OM, caso haja autorização;
- 3) será definido para cada dia da semana e por dias úteis e não úteis, não podendo ultrapassar as porcentagens de arranchamento autorizadas pela D Abst;
- 4) representa o efetivo máximo que o Cmt/Ch/Dir poderá alimentar por dia, desde que respeitado o universo autorizado, no dia considerado, que poderá realizar a refeição.

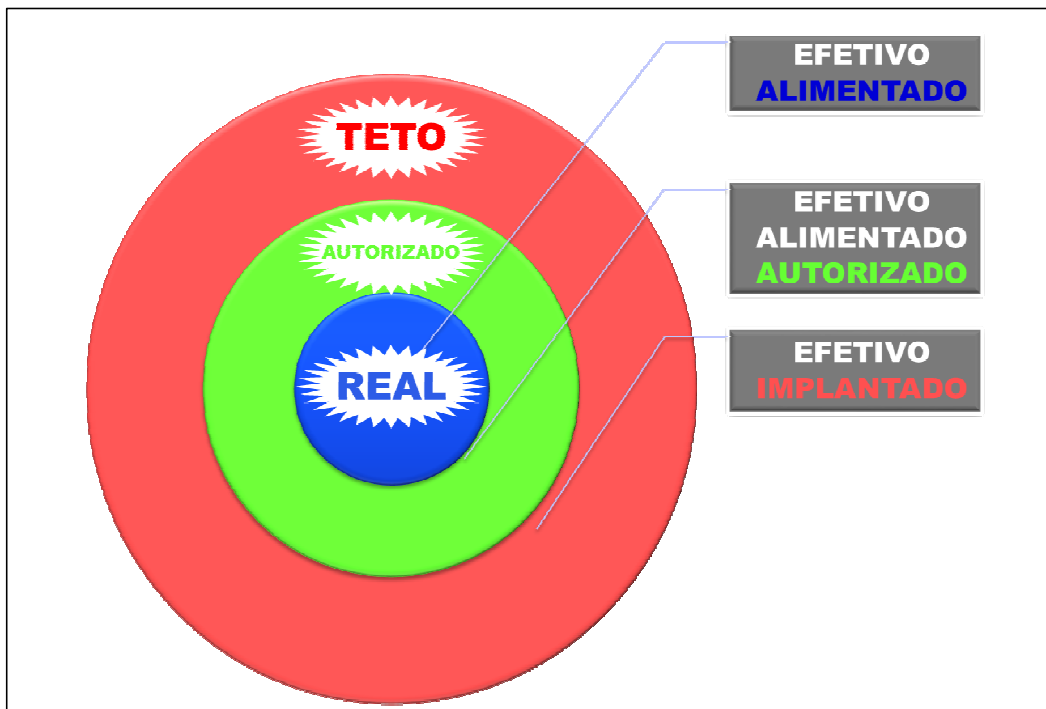
c. **Efetivo Alimentado:** é o efetivo que faz uma ou mais refeições no dia, ou seja, que comparece às refeições de fato, para o qual são sacados Quantitativos e Complementos. Tem as seguintes características

- 1) é composto por militares que fazem jus ao direito de alimentação em rancho e que fazem parte da OM considerada;
- 2) poderá ser compostos de militares de outras OM, caso haja autorização;
- 3) para o QS, contempla todos os militares pertencentes ao efetivo implantado que realizaram as refeições em um determinado dia, podendo incluir aqueles de outras OM,

desde que autorizados pela legislação e devidamente discriminados na documentação de arranhamento;

4) para o QR, contempla o maior efetivo de militares que compareceu a uma determinada refeição no dia, podendo incluir aqueles de outras OM, desde que autorizados pela legislação e devidamente discriminados na documentação de arranhamento.

40. A figura seguinte ilustra os diversos conceitos de efetivo:



41. Partindo-se dessas definições, surgem outras que servirão de base para definir as quantidades a serem sacadas dos quantitativos e complementos que compõem a etapa. São elas:

a. **Quantidade Consumida:** é a quantidade de gêneros que após o saque, realmente foi empregada no preparo da alimentação. Na prática representa a quantidade de gêneros que é consumida pelo Efetivo Alimentado.

b. **Quantidade Permitida para Consumo:** é a quantidade de gêneros que poderá ser sacada em face do produto do efetivo alimentado autorizado em todas as refeições pela quantidade tabelar e/ou ficha técnica dos gêneros do QS e QR necessários para as preparações de cada refeição do cardápio diário. Na prática representa a quantidade de gêneros que poderá ser consumida, tomando-se por base o Efetivo Alimentado Autorizado.

c. **Quantidade Máxima Permitida para Consumo:** é a quantidade máxima de gêneros que teoricamente poderia ser sacada em face do produto do efetivo implantado em

todas as refeições pela quantidade tabelar e/ou ficha técnica dos gêneros do QS e QR necessários para as preparações de cada refeição do cardápio diário. Na prática representa a quantidade de gêneros que poderia ser consumida, tomando-se por base o Efetivo implantado.

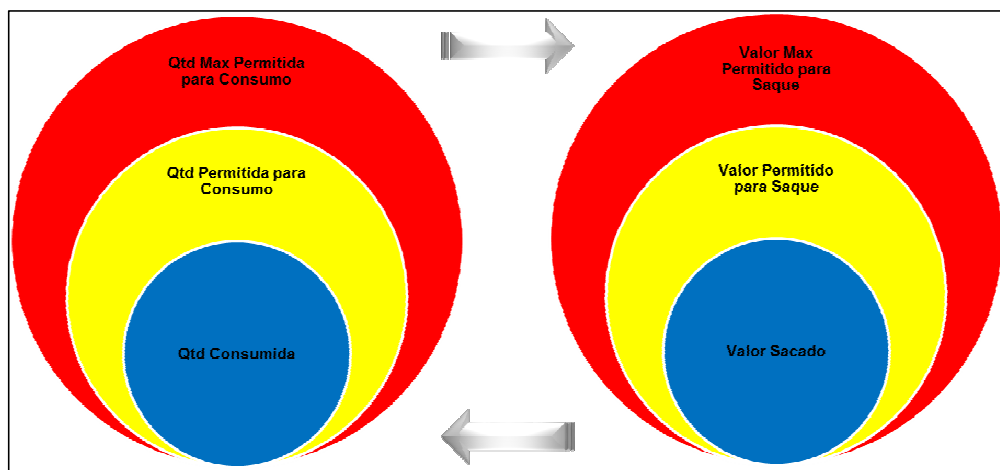
42. Das definições de quantidades, derivam-se outras que servirão de base para quantificar os valores a serem sacados dos quantitativos e complementos que compõem a etapa. São elas

a. **Valor Sacado:** é o valor resultante da quantidade de gêneros empregas na preparação das refeições de um determinado cardápio por seus valores unitários; representa o valor monetário do que, de fato, foi gasto na preparação diária das refeições de um determinado cardápio, ou seja, o valor da Quantidade Consumida.

b. **Valor Permitido para Saque:** é o valor resultante do produto dos valores dos quantitativos e complementos pelo efetivo que se arranchou para as refeições de um determinado dia, ou seja, pelo efetivo Alimentado Autorizado; representa o valor que poderá se gastar nas refeições de um determinado cardápio, ou seja, o valor da Quantidade Permitida para Consumo.

c. **Valor Máximo Permitido para Saque:** é o valor resultante do produto dos valores dos quantitativos e complementos pelo efetivo máximo previsto em uma OM com base no CPEx, ou seja, pelo efetivo implantado; representa o valor máximo que poderá se gastar no preparo das refeições de um determinado cardápio, ou seja, o valor da Quantidade Máxima Permitida para Consumo.

43. A ilustração seguinte demonstra a relação entre os conceitos de efetivo e quantidades:



44. Resumidamente, tem-se:

| EFETIVO IMPLANTADO | EFETIVO ALIMENTADO |
|--|--|
| Média anual do efetivo da OM segundo dados do CPEx. | Efetivo que realmente compareceu às refeições. |
| Corresponde ao efetivo máximo para o saque da etapa em uma OM. | Corresponde ao efetivo realmente utilizado para o saque da etapa em uma OM. |
| <p>Pela D Abst: Usado para fins de planejamento e provisão orçamentária às OM.</p> <p>Pelas RM e OP: usado para fins de controle do limite máximo permitido para saque de etapas.</p> <p>Pela OM: usado para fins de controle o efetivo máximo que pode fazer refeições num determinado dia.</p> | <p>Pela OM: usado para fins de saque dos quantitativos e dos gêneros.</p> <p>Pelo OP/RM: usado para fins de auxílio na confecção do Fator de Consumo das OM e Regional.</p> <p>Pela D Abst: usado para fins de auditorias.</p> |

45. Por fim, O valor da etapa comum de alimentação para todo território nacional foi fixado pela Diretoria de Abastecimento em R\$ 11,65 (onze reais e sessenta e cinco centavos). Deste montante, o valor do QR foi fixado em R\$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) e o valor do QS, em R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos).

46. Para a Comissão do Exército em Washington (CEBW), o valor fixado foi de 20,00 USD por homem por dia.

[A1] Comentário: Carece da Portaria do MD, que ainda não foi publicada.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OM DA CADEIA DE SUPRIMENTO

INTRODUÇÃO

1. Tomando como critério a cadeia de comando e o canal técnico de ligação, cada OM no âmbito do EB possui uma determinada função na cadeia de suprimento Classe I.

2. Nesse contexto, o fluxo de suprimento Classe I, do planejamento até o recebimento, passará por diversas OM, desde o COLOG até a ponta da linha, nos batalhões, regimentos, etc. O que diferenciará a função de cada OM na cadeia do suprimento Classe I será o assunto do COL e os conceitos de quantitativo da etapa.

3. Dessa forma, destaca-se no ciclo de suprimento Classe I a funções principais por tipo de OM:

| TIPO DE OM | QS COL A2 | QR COL A1, COL A3 E COL A4 | DEMAIS RECURSOS COL A5, COL A4 E COL A6 | OBS |
|--------------|--|--|--|--|
| COLOG/D Abst | | | Licitar ração operacional; Contratar a aquisição de ração operacional. | |
| RM | Licitar o QS; Contratar a aquisição de QS; Receber o QS como OM consumidora. | Licitar o QR; Contratar a aquisição de QR como OM consumidora; Receber o QR como OM consumidora. | Licitar bens e serviços do PASA regionalmente; Contratar bens e serviços do PASA como OM consumidora; Receber bens e serviços do PASA como OM consumidora. | A orientação é que a RM, prioritariamente, realize a licitação do QR e do QS; |
| OP | Licitar o QS; Contratar a aquisição de QS; Receber o QS como OM consumidora. | Contratar a aquisição de QR como OM consumidora; Receber o QR como OM consumidora. | Licitar bens e serviços de manutenção de OP/PASA; Contratar bens e serviços de manutenção de OP/PASA como OM consumidora; Receber bens e serviços de manutenção de OP/PASA como OM consumidora; Receber ração operacional contratada pelo COLOG/D Abst. | |
| OM | Receber o QS como OM consumidora. | Licitar o QR, para OM fora de sede da RM e para OM que esteja em sede da RM de vinculação, por meio de delegação; Contratar a aquisição de QR como OM consumidora; Receber o QR como OM consumidora. | Licitar bens e serviços do PASA como OM consumidora; Contratar bens e serviços do PASA como OM consumidora; Receber bens e serviços do PASA como OM consumidora. | A opção por delegação a uma OM em sede de RM para a realização de licitação do QR deve ser última alternativa. |

REGIÃO MILITAR/GRUPAMENTO LOGÍSTICO

4. Regiões Militares são grandes comandos territoriais, constituídos de um comando e de organizações militares de natureza variável.

5. As RM têm jurisdição sobre as áreas em que estão localizadas, para as atividades relativas ao apoio logístico, ao Serviço Militar, à mobilização, ao patrimônio e obras, à justiça militar e outras atividades estabelecidas em normas específicas.

6. Aplicando esse conceito à cadeia de suprimento Classe I, as RM são responsáveis por controlar e fiscalizar, no âmbito de sua área de jurisdição, as OM e os OP integrantes da cadeia de suprimento, por meio de seus Escalões Logísticos.

7. Algumas RM possuem Grupamentos Logísticos, que são comandos de constituição variável, destinados ao planejamento, ao controle e à execução do apoio logístico. Na prática, trabalham em parceria com a RM, exercendo a função dos Escalões Logísticos ora desempenhada pelos Escalões Logísticos.

8. As RM/Gpt Log têm a função principal de licitar aquilo que se deve adquirir na cadeia de suprimento Classe I.

9. As delegações para a realização da licitação no universo de suas OM jurisdicionadas é possível. Porém entende-se que as RM/Gpt Log, por possuírem corpo técnico mais adequado, inclusive contando com assessoria jurídica, devem utilizar a delegação em último caso.

10. Algumas RM/Gpt Log são responsáveis por adquirirem QS, com entrega prevista nos seus OP subordinados.

ÓRGÃO PROVEDOR

11. Órgão Provedor é a OM incumbida da execução das atividades de suprimento, manutenção e controle de materiais de interesse do Exército.

12. Aplicando esse conceito à cadeia de suprimento Classe I, OP é a OM que tem como função principal receber, armazenar e distribuir o suprimento Classe I adquirido para suprir as OM de uma determinada região/área.

13. Para que uma OM seja OP de Classe I, tem que ser:

- a. Autorizado para funcionar OP pelo COLOG/D Abst;
- b. Haver publicação no âmbito do EB que respalde a atividade da OM como OP;
- c. Possuir instalações do tipo depósitos de gêneros secos e/ou câmara frigoríficas destinadas a receber, armazenar e distribuir QS;
- d. Estar subordinado a uma Região Militar de vinculação ou a uma OM autorizada pelo D Abst:

14. A autorização para o funcionamento de uma determinada OM como OP é imprescindível para que essa faça parte do recebimento de créditos específicos.

15. Assim, atualmente a cadeia de suprimento Classe I é composta dos seguintes

OP:

| ÓRGÃO PROVEDOR | RM | SUBORDINAÇÃO | LOCALIZAÇÃO |
|--|--------|---------------------|----------------------|
| 1º Depósito de Suprimento | 1ª RM | Cmdo 1ª RM | Rio de Janeiro - RJ |
| Academia Militar das Agulhas Negras | 1ª RM | Cmdo AMAN | Resende - RJ |
| 21º Depósito de Suprimento | 2ª RM | Cmdo 2ª RM | São Paulo - SP |
| 3º Batalhão de Suprimento | 3ª RM | 3º Gpt Log | Nova Santa Rita - RS |
| Depósito de Subsistência de Santo Ângelo | 3ª RM | 3º Gpt Log | Santo Ângelo - RS |
| Depósito de Subsistência de Santa Maria | 3ª RM | 3º Gpt Log | Santa Maria - RS |
| 4º Depósito de Suprimento | 4ª RM | Cmdo 4ª RM | Juiz de Fora - MG |
| 5º Batalhão de Suprimento | 5ª RM | Cmdo 5ª RM | Curitiba - PR |
| 6º Depósito de Suprimento | 6ª RM | Cmdo 6ª RM | Salvador - BA |
| 7º Depósito de Suprimento | 7ª RM | Cmdo 7ª RM | Recife - PE |
| 8º Depósito de Suprimento | 8ª RM | Cmdo 8ª RM | Belém - PA |
| 9º Batalhão de Suprimento | 9ª RM | 9º Gpt Log | Campo Grande - CG |
| 10º Depósito de Suprimento | 10ª RM | Cmdo 10ª RM | Fortaleza - CE |
| 11º Depósito de Suprimento | 11ª RM | Cmdo 11ª RM | Brasília - DF |
| Gabinete do Comandante do Exército | 11ª RM | Gab Cmt Ex | Brasília - DF |
| Centro de Inteligência do Exército | 11ª RM | Cmdo CIE | Brasília - DF |
| 12º Batalhão de Suprimento | 12ª RM | Cmdo 12ª RM | Manaus - AM |
| 1º Batalhão Logístico de Selva | 12ª RM | Cmdo 12ª RM | Boa Vista - RR |
| 16ª Base Logística | 12ª RM | Cmdo 12ª RM | Tefé - AM |
| 17ª Base Logística | 12ª RM | Cmdo 17ª Bda Inf SI | Porto Velho - RO |

RANCHOS

16. Os ranchos são instalações destinadas às refeições por parte de militares autorizados em legislação, os quais compõem o efetivo pronto das OM. São administrados e mantidos nas OM que possuem Serviço (ou Setor) de Aprovisionamento previsto em QCP, com pessoal próprio e destinado para compor seus cargos e funções. Fruto dessa definição extrai-se o seguinte:

- somente será considerado rancho aquele refeitório que fizer parte do Setor de Aprovisionamento;
- uma OM somente possuirá rancho se houver previsão de pessoal em QCP para designação das funções e dos cargos necessários ao seu funcionamento;
- instalações de Copa, cozinha e congêneres de OM que não possuem Setor de Aprovisionamento não são consideradas ranchos, ainda que seus militares realizem refeições nesses estabelecimentos;
- as atividades de Classe I sob responsabilidade D Abst visam a atender as OM que possuem ranchos legalmente autorizados para sua existência.

17. A definição do conceito de rancho é imprescindível, pois somente aquelas OM que os possuem concorrerão ao recebimento dos créditos relativos às diversas atividades do suprimento Classe I.

18. Conforme os tipos de rancho, as OM poderão ser:

a. **OM com serviço de rancho organizado;**

1) Possuem setor de abastecimento próprio;

2) No caso de possuírem unidade gestora executora própria, têm os créditos relativos às atividades de suprimento Classe I recebidos pela própria OM;

3) No caso de não possuírem unidade gestora própria, têm os créditos recebidos por outra OM, em função da ausência de autonomia administrativa.

b. **OM sem serviço de rancho organizado, porém apoiada por outra OM;** ou

1) Não possuem setor de abastecimento próprio;

2) Independente de possuírem unidade gestora própria, têm os créditos recebidos por outra OM, em função da ausência de setor de abastecimento.

3) **OM sem serviço de rancho organizado e sem apoio (não atendida pela D Abst).**



CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

INTRODUÇÃO

1. As atividades de Classe I tornam-se possível por meio da utilização de recursos orçamentários que são descentralizados pela D Abst por intermédio do COLOG.

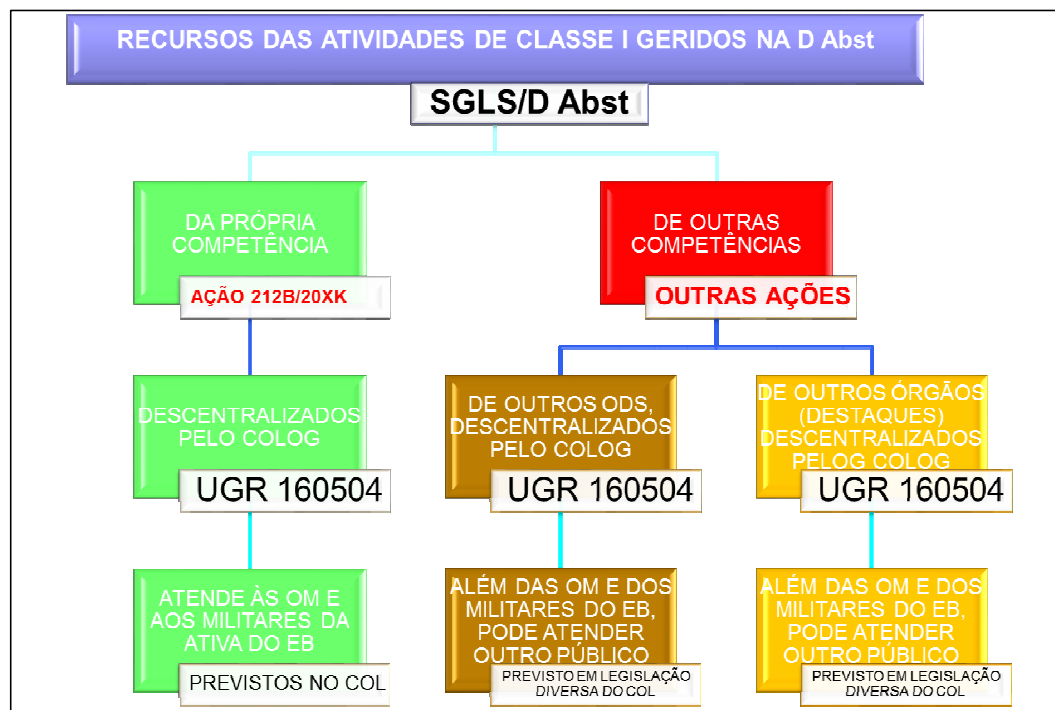
2. Atualmente, são de **responsabilidade exclusiva da Seção da Gestão Logística de Suprimento**, no que tange à alimentação em rancho, os recursos das ações:

a. **212B (em substituição à ação 2012) – PLANO ORÇAMENTÁRIO 06 - PTRES 138790**: atende as atividades do COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6;

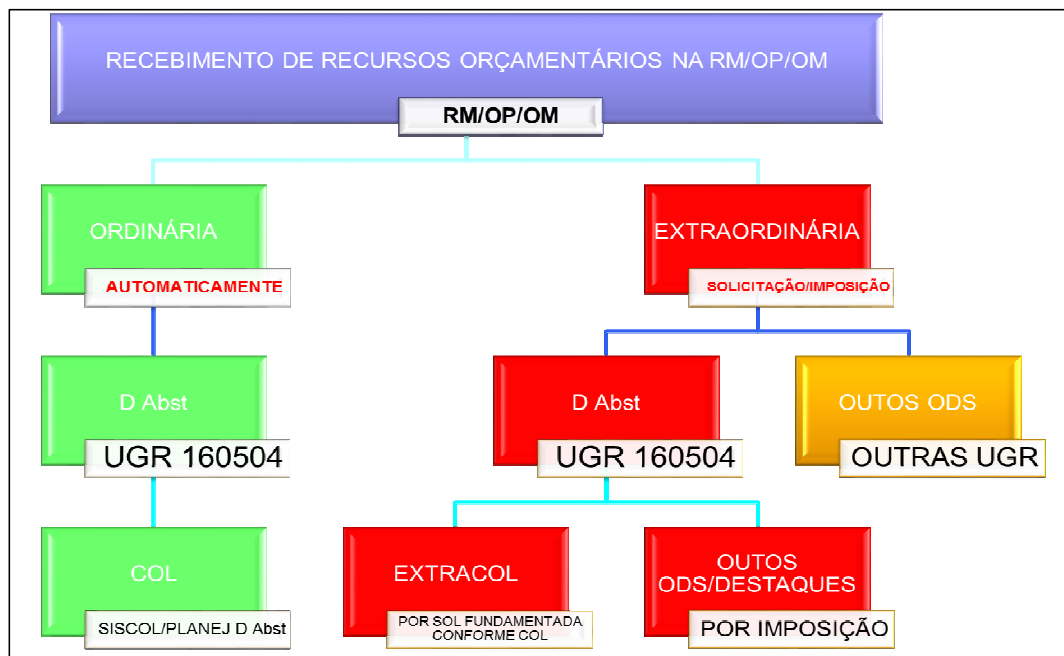
b. **20XK – PLANO ORÇAMENTÁRIO Nº 03 – PTRES 089000**: atende as atividades do COL A5 e COL A6, além de assuntos de apoio como despesas com publicações, diárias e passagens.

3. Contudo, há outras dotações orçamentárias que podem ser geridas pela SGLS e descentralizadas às OM do sistema de subsistência por intermédio do COLOG afim de custear os diversos assuntos dos COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6.

4. Dessa forma, pode-se dizer que D Abst gere recursos orçamentários das seguintes fontes:



5. Em consequência, as RM/OP/OM receberão recursos relativos à atividade de suprimento Classe I das seguintes origens:



6. O ano orçamentário de 2018, para fins de recursos provisionados pela D Abst para aquisição de suprimento Classe I, será executado da seguinte forma:

| COL | DESCENTRALIZAÇÃO | EMPENHO | LIQUIDAÇÃO |
|-------------------|---|--|--|
| COL A1 | Ao longo de 2018, conforme cronograma, sendo a data de limite máximo 15 NOV 2018. Para as solenidades militares, a data de limite máximo será 31 OUT 2018 | Dentro do exercício financeiro de 2018, sendo a data de limite máximo 30 NOV 2018 , respeitando-se o prazo contido na NC. | Excepcionalmente até MAR 2019, em função dos três primeiros meses do exercício financeiro subsequente ao atual serem cobertos por provisão orçamentária do ano corrente. |
| COL A2 | Ao longo de 2018, conforme cronograma, sendo a data de limite máximo 10 NOV 2018. | | |
| COL A3 | | Dentro do exercício financeiro de 2018, sendo a data de limite máximo 31 OUT 2018 , respeitando-se o prazo contido na NC. | |
| COL A4 | Ao longo de 2018, conforme cronograma, sendo a data limite 31 OUT 2018. | | |
| COL A5 | | Dentro do exercício financeiro de 2018, sendo a data de limite máximo 30 SET 2018 , respeitando-se o prazo contido na NC. | |
| COL A6 | Ao longo de 2018, conforme cronograma, sendo a data limite 30 SET 2018. | | |
| RECURSOS EXTRACOL | Ao longo de 2018, conforme cronograma, sendo a data limite 31 OUT 2018. | Dentro do exercício financeiro de 2018, sendo a data de limite máximo 31 OUT 2018 , respeitando-se o prazo contido na NC. | Dentro do exercício financeiro de 2018. |

7. Após as datas limites de empenho descritas anteriormente, **qualquer crédito poderá ser devolvido à D Abst até 30 NOV 2018**. Para tanto, a OM deverá proceder da seguinte forma:

- a. Remeter documento à RM de vinculação;
- b. Informar o motivo da impossibilidade de aplicação do recurso orçamentário;
- c. Após a solicitação de devolução, manter o recurso orçamentário em crédito disponível

- d. A RM deverá encaminhar a solicitação à D Abst.

8. A D Abst padronizará procedimentos e estabelecerá regras a serem cumpridas no que tange à execução orçamentária por parte das OM envolvidas, de modo a facilitar o controle e o melhor aproveitamento dos créditos orçamentários dentro do exercício financeiro.

OM QUE FAZEM PARTE DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

9. Resumidamente, as OM que se inserem no ciclo orçamentário da atividade de Classe I desempenhada pelo COLOG são:

a. **EME:** a quem caberá receber a dotação inicial e suas complementações ao longo do ano, provisionando o COLOG GESTOR com o crédito necessário para a execução das atividades de Classe I.

b. **D Abst/COLOG:** a quem caberá, por intermédio da UG 160504 – COLOG GESTOR, a responsabilidade pela descentralização de todo recurso orçamentário da atividade de suprimento Classe I sob sua responsabilidade.

c. **RM/OP:** a RM/OP caberá receber, especificamente, os créditos de COL A2; ao OP, caberá receber, especificamente, os créditos do COL A6; a RM/OP caberá receber, genericamente, os créditos dos demais COL A1, COL A3, COL A4 e COL A5.

d. **OM:** a quem caberá receber os créditos do COL A1, COL A3, COL A4 e COL A5.

10. Com base nessas definições, tem-se o seguinte quadro:

| OM | AÇÃO | RESPONSABILIDADE COMO OM | RESPONSABILIDADE ESPECÍFICA |
|---------------|----------------|--|---|
| D Abst | Descentralizar | Créditos do COL A1, COL A3, COL A4 e COL A5 a todas OM caso autorizados. | Créditos do COL A2 às RM/OP de direito. Créditos de COL A6 aos OP caso autorizados. |
| RM/OP | Receber | Créditos do COL A1, COL A3, COL A4 e COL A5 caso autorizados. | RM/OP: Créditos do COL A2, caso autorizados; OP: Créditos do COL A6, caso autorizados. |
| OM | Receber | Créditos do COL A1, COL A3, COL A4 e COL A5 caso autorizados. | - |

FORMALIDADES E PADRONIZAÇÕES DE PROCEDIMENTOS

1. No que tange à comunicação entre a D Abst e as OM do EB, tem-se o seguinte:

| OM | ASSUNTOS COL | ASSUNTOS EXTRACOL | TIPO DE CONTATO | DOCUMENTO |
|---|---|---|--|-------------------|
| OM (exceto as citadas a seguir com permissões específicas) | • COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6. | • COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6 | Por meio da RM de vinculação, que fará o contato com a D Abst | DIEEx |
| OP | • COL A6 • COL A2 • COL A1 (somente para AMAN, Gab Cmt Ex e CIE); não está incluindo a transferência, abatimento e estorno de etapa. • COL A4 (somente razão operacional). | • COL A6 • COL A2 • COL A1 (somente para AMAN, Gab Cmt Ex e CIE); | Diretamente com D Abst | DIEEx |
| | • Demais assuntos | • Demais assuntos | Por meio da RM de vinculação, que fará o contato com a D Abst | |
| RM | • COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6. | COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6. | Diretamente com D Abst | DIEEx |
| ODG, ODS, C Mil A e Cmdo RM | • COL A1: Solicitações ordinárias de Cerimonial Militar. • COL A4 (somente para o ODG e ODS): assuntos relativos às operações que empreguem recursos extra orçamentários e que empreguem suprimento Classe I por intermédio de descentralização da D Abst. | • COL A1: Solicitações extraordinárias de Cerimonial Militar; solicitações de QR para cursos e estágios. | Diretamente com D Abst | DIEEx |
| | • Demais assuntos | • Demais assuntos | Por meio da RM de vinculação, que fará o contato com a D Abst | |
| Gab Cmt Ex/CIE | • COL A1 e COL A2: não está incluindo a transferência, abatimento e estorno de etapa. | • COL A2: solicitações extraordinárias de QS • COL A1: Solicitações extraordinárias de Cerimonial Militar; solicitações de QR para cursos e estágios; solicitações de QR para reuniões de Oficiais Gerais. | Diretamente com D Abst | DIEEx |
| | • Demais assuntos | • Demais assuntos | Por meio da RM de vinculação, que fará o contato com a D Abst | |
| D Abst | • Todos – COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6. | Todos – COL A1, COL A2, COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6. | Para todas as OM, Cmdo RM, C Mil A Diretorias, ODS, assim como para o ODG e o Gab Cmt Ex | DIEEx e Msg SIAFI |

2. No que tange aos prazos, tem-se:

| OM | ASSUNTOS | PRAZO DE ENTRADA NA DIRETORIA | PRAZO DE RESPOSTA DA DIRETORIA | DOCUMENTO |
|---|--|--|---|-----------|
| OM, OP, Gpt Log, RM, C Mil A, ODS, ODG | • Solicitações de recursos orçamentários • Solicitações de respostas de documentos • Pareceres • Demandas e solicitações diversas | 30 dias de antecedência da data necessária | 30 dias após o recebimento do documento | DIEEx |

3. No que as notas de créditos provisionadas pela D Abst/COLOG, tem-se:

a. Toda descentralização de recurso orçamentário relativo à atividade de Suprimento Classe I será feita por intermédio da UG 160504 – COLOG GESTOR;

b. Os planos internos, sob responsabilidade da Seção da Gestão Logística de Suprimento, serão iniciados por “E6SU”;

c. Os créditos descentralizados pela Seção da Gestão Logística de Suprimento possuirão, no campo finalidade da nota de crédito, a descrição do emprego autorizado, sendo sempre iniciada por: “(CODOM-OM) DABST-SGLS...”

d. Os créditos orçamentários cujas ações não sejam de competência exclusiva da D Abst, porém descentralizados por intermédio dessa Diretoria, possuirão o campo finalidade igualmente iniciado por: “(CODOM-OM) DABST-SGLS...”

e. A expressão “(CODOM-OM) DABST-SGLS...” contida no início do campo finalidade das notas de créditos da SGLS/D Abst tem o seguinte significado:

1) (CODOM-OM): indica o código e a abreviatura militar da OM que faz jus ao crédito recebido; é muito útil para identificar as OM beneficiárias de uma determinada provisão, quando essas não possuem autonomia administrativa, estando vinculadas a um código de Unidade Gestora Executora de outra OM;

2) DABST: indica que o crédito recebido é da Diretoria de Abastecimento; embora pareça óbvio, visa a facilitar o entendimento por parte da OM provisionada, tendo em vista que o COLOG é composto de diversas outras Diretorias, usando a UGR 160504 para fazer suas provisões.

3) SGLS: indica que o crédito recebido é da Seção da Gestão Logística de Suprimento (Seção de Suprimento Classe I); embora pareça óbvio, visa a facilitar o entendimento por parte da OM provisionada, tendo em vista que a D Abst é composta de diversas outras Seções, usando a UGR 160504 para fazer suas provisões.

f. As notas de crédito ainda indicarão se o recurso orçamentário é ordinário (COL) ou extraordinário (EXTRACOL); Assim:

1) Notas de crédito de recursos orçamentários do COL: conterão a palavra “COL” (como exemplo, “CODOM-OM DABST-SGLS-COL...”);

2) Notas de crédito de recursos extraordinários do COL: conterão a palavra “EXTRACOL” (como exemplo, “CODOM-OM DABST-SGLS-EXTRACOL...”)

g. As notas de crédito, de acordo com o assunto do COL, possuirão na sua parte final ou o prazo para o empenho ou o prazo para a liquidação. Assim fica determinado:

1) COL A1 e COL A2: as notas de crédito do QR, QS e complemento possuirão, no campo descrição, o prazo limite para liquidação (como exemplo, “liquidar até 30 AGO 17”);

2) COL A1, somente solenidades: as notas de créditos do complemento do QR para solenidades militares ordinárias possuirão, no campo descrição, o prazo limite para empenho (como exemplo, “empenhar até 30 AGO 17”);

3) COL A3, COL A4, COL A5 e COL A6: as notas de créditos de todas as suas provisões possuirão, no campo descrição, o prazo limite para empenho (como exemplo, “empenhar até 30 AGO 17”);

4) EXTRACOL: as notas de créditos EXTRACOL, de qualquer assunto da atividade de suprimento Classe I desempenhada pela D Abst (COL A1, COL A2, ETC.), possuirão, no campo descrição, o prazo limite para empenho (como exemplo, “empenhar até 30 AGO 17”);

h. Qualquer crédito orçamentário recebido por intermédio da D Abst não poderá ter sua dotação alterada. **Isso significa que a transação >DETAORC do SIAFI fica proibida de ser utilizada em qualquer nota de crédito dessa Diretoria.** Nesse sentido, orienta-se:

1) caso a OM deseje alterar a natureza de despesa da nota de crédito, deverá fazer o pedido via RM de vinculação;

2) nem todos os pedidos de alteração de natureza de despesa serão atendidos, pois para determinados assuntos, somente algumas ND são autorizadas;

3) Após a solicitação dar entrada na D Abst, o prazo mínimo para seu cumprimento será de 30 (trinta) dias; por isso é necessário que a OM se planeje para que não perca a possibilidade de empenho, alegando que a ND não foi alterada, tendo em vista que este procedimento é uma concessão.

i. Em algumas notas de crédito, a provisão será feita ao nível do subelemento de despesa (subitem); como exemplo, as notas de crédito do QS serão descentralizadas na natureza de despesa detalhada 33.90.30.07 e não mais na natureza de despesa 33.90.30;

4. No que tange aos procedimentos de empenho com qualquer recurso da D Abst/SGLS (Classe I), tem-se:

a. Deverão indicar o número do contrato a que se referem;

b. Serão feitos na modalidade global, prioritariamente, visto que a modalidade licitação pregão exige a adoção de contrato; somente serão ordinários quando a entrega for imediata, sem parcelas e inferior a 30 dias.

c. No campo descrição o número da NC, a requisição e a licitação com o código da UG gerenciadora;

d. Especificamente para o QS, deverá ser feito um empenho para casa artigo do QS, a fim de permitir o controle da liquidação;

e. Antes da realização de cada empenho, a OM deve certificar-se que o item possui NEE, evitando que, quando da escrituração patrimonial, sejam lançados “NEE propostas”.

f. Não está autorizada a utilização de pré-empenho;

g. Jamais fazer o empenho após o vencimento do prazo previsto na nota de crédito. Solicitar prorrogação.

h. Não utilizar itens do SIASG que possuam descrição genérica, como exemplo “CESTA BÁSICA”.

i. Para os empenhos na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, lançar, deve ser lançada, no campo observação, a expressão: “agricultura familiar”.

COL A1 – QUANTITATIVO DE RANCHO (QR)

FINALIDADE

1. Quantitativo de Rancho é a parcela da etapa comum ou complementada de alimentação que se destina à aquisição de gêneros de alimentação não recebidos e não fornecidos pelos Órgãos Provedores (OP) às OM. Trata-se de um conceito por exclusão em relação ao QS, abrangendo gêneros tais como (relação disposta abaixo conforme ordem de prioridade para aquisição):

a. combustível para cocção de alimentos, inclusive por contratação de empresa para fornecimento de gás encanado (não será fornecido crédito complementar para aquisição de combustível para cocção, pois cabe ao gestor incluí-lo no planejamento dos gastos do montante recebido de QR);

b. pão e outros produtos relacionados;

c. laticínios;

d. hortifrutigranjeiros;

e. enlatados;

f. embutidos;

g. condimentos;

h. sobremesas;

i. materiais e embalagem descartáveis para confecção, armazenagem, transporte e consumo;

j. contratação de serviço para confecção de refeições (mediante solicitação à Diretoria de Abastecimento e desde que seja fornecida em caráter temporário, limitado e excepcional).

2. Dessa forma, não existe a hipótese de ser alegada a falta de recurso para aquisição de combustível, por exemplo, pois cabem aos gestores do recurso orçamentário do QR planejar e executar o seu emprego com base na provisão disponibilizada, valendo-se, portanto, das prioridades estabelecidas acima. Lembrar que as necessidades devem se subordinar às disponibilidades e nunca o contrário.

3. As despesas com alimentação de pessoal em atividades institucionais tais como solenidades, cerimônias, homenagens, eventos comemorativos e recepções, deverão obedecer ao prescrito na **Portaria nº 3.771/MD, de 30 NOV 11, e na Portaria nº 125/Cmt Ex, de 24 FEV 12**, sendo atendidas diretamente pela Diretoria de Abastecimento, nas condições e valores regulados pelo Contrato de Objetivos Logísticos.

4. A aquisição de bebidas alcóolicas deve seguir orientação específica da Secretaria de Economia e Finanças, atualizada por meio do DIEx nº 212-ASSE2/SSEF/SEF, de 20 JUN 2018.

a. nesse sentido, deve restringir-se a eventos institucionais, com a devida publicação em boletim interno, com dotação orçamentária específica diversa da ação orçamentária 212B/2012;

b. os recursos do QR descentralizados em qualquer plano interno (iniciados por E6SU), ficam impedidos de serem utilizados na aquisição de bebidas alcóolicas;

c. mesmo para os Planos Internos E6SUEXCSOLE, E6SUCOLSOLE e E6SUSUNSOLE, fica-se desautorizada a aquisição de bebidas alcóolicas, ainda que se trate de evento institucional, respeitando-se as normas sobre o assunto no âmbito da Administração Federal e do Exército Brasileiro.

d. Destaca-se que, independentemente da dotação orçamentária utilizada para a aquisição de bebida alcóolica, a decisão do ordenador de despesas deve se revestir de sobriedade e parcimônia, não ferindo a moralidade e austeridade dos gastos públicos.

5. As aquisições de combustíveis com recursos do QR devem ser exclusivamente voltadas para a atividade de cocção de alimentos, não podendo ser empregados em outras atividades, tais como abastecimento de viaturas, mesmo que estas sejam empregadas em transporte da alimentação.

6. São sumária e terminantemente proibidas as seguintes despesas com recurso do QR:

a. aquisição de material para manutenção de bens imóveis, para manutenção de bens móveis, para manutenção de quaisquer equipamentos (inclusive os de cozinha), e correlatos;

b. aquisição de material de expediente, faxina, limpeza e correlatos; e

c. contratação de quaisquer serviços, tais como manutenção de quaisquer equipamentos (inclusive os de cozinha), de bens imóveis, de lavanderia, etc., exceto para o fornecimento de alimentação em situações extraordinárias.

7. A contratação de serviços para confecção de alimentação deve ser utilizada com parcimônia, em situações, tão somente, na qual o preparo das refeições não puder ser feito pelo Setor de Aprovisionamento da Organização Militar. Sua aplicação deve ser limitada no tempo e na quantidade de pessoas, a fim de evitar o consumo excessivo dos recursos do QR e seu consequente desvio de finalidade.

8. As despesas com suprimentos de fundos somente serão permitidas com a autorização formal (por meio de documento) dessa Diretoria, desde que preenchidos os requisitos legais.

a. Nesse sentido, a D Abst adota a posição mais restritiva de que as aquisições de QR devem ser precedidas, prioritariamente, de licitações.

b. Para fins de orientação, órgãos como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União emitem orientações por meio de publicações e acórdãos onde são categóricos quanto à proibição de despesas de alimentação com suprimentos de fundos, salvo se devidamente justificado e autorizado por setor competente.

c. Em caso de haver militares empregados em viagens, operações, deslocamentos, etc. e outras atividades em serviço, a OM deve proceder ao saque de diária, de gratificação de representação, de ajuda de custo, etc., para os militares envolvidos e de acordo com previsto em legislação, tendo em vista que os recursos provisionados pela Diretoria de Abastecimento destinam-se à aquisição de alimentação em rancho.

ORÇAMENTO

9. O ano orçamentário de 2018, para fins de recursos provisionados pela D Abst para aquisição de suprimento Classe I, será de ABR 2018 a MAR 2019.

10. Para o ano de 2018, os créditos das etapas de QR e seus complementos estão contidos na ação 212B - OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES, Plano Orçamentário nº 06 – ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO, PTRES 138790.

11. Resumidamente, para a aquisição do QR tem-se o seguinte;

| AÇÃO/PERÍODO | INÍCIO | TÉRMINO |
|-------------------------|-----------|-----------|
| 212B PO 06 PTRES 138790 | 01 ABR 18 | 31 MAR 19 |

12. O cálculo do montante do QR a ser provisionado mensalmente para as OM considerará até 22 (vinte e dois) dias de alimentação durante um mês, para o efetivo implantado da OM(efetivo máximo), assim distribuídos:

a. **18 dias úteis** de expediente integral por mês, prevendo que até todo efetivo da OM (100% do efetivo implantado) poderá se alimentar nestes dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento;

b. **8 dias de final de semana (sábado e domingo)**, convertidos em 2 dias úteis para fins de cálculo, prevendo que até um quarto do efetivo da OM (25% do efetivo implantado) poderá se alimentar nesses dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento;

c. **4 dias de meio expediente nas sextas-feiras**, convertidos em 2 dias úteis para fins de cálculo, prevendo que até a metade do efetivo da OM (50% do efetivo implantado) poderá se alimentar nestes dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento.

d. A distribuição acima poderá ser diferente, caso o mês possua mais ou menos dias úteis.

13. Além desses, fica determinado, salvo ordem posterior contrária de autoridade competente, que o efetivo alimentado autorizado em todos os dias úteis dos meses de DEZ 2018 e JAN 2019 corresponderá à metade do efetivo implantado da OM (50% do efetivo implantado); para os dias de final de semana, corresponderá a um quarto do efetivo da OM (25% do efetivo implantado).

14. Para fins de equiparação, qualquer dia da semana sem expediente (como, por exemplo, feriados) possuirá a mesma autorização de alimentação, em termos de efetivo, que os dias de final de semana (25% do efetivo implantado).

15. Resumidamente, tem-se a seguinte distribuição dos dias de provimento:

| DIAS | ABR 18 A NOV 19 | | | FERIADOS | DEZ 18/JAN 19 |
|-------------------------|-----------------|-----|--------------|----------|---------------|
| | SEG À QUI | SEX | SAB E DOM | | |
| Dias Reais | 18 | 4 | 8 | 1 | 30 |
| Dias Convertidos | 18 | 2 | 2 | 0,5 | 11 |

16. Caso o montante de recurso orçamentário de QR recebido pela OM para o período determinado de emprego seja maior do que o suficiente para o saque do efetivo alimentado, deverá ser solicitado à Diretoria de Abastecimento que proceda ao estorno do valor excedente de etapas ou ao abatimento do valor excedente da provisão subsequente.

a. **O Estorno de Valor Excedente de Etapas** será realizado na forma a seguir:

1) as OM solicitarão o estorno a sua RM de vinculação até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de crédito de QR relativa a uma das provisões previstas no ano;

2) os Cmdo RM, C Mil A, Diretorias e ODS, assim como o ODG, deverão fazer solicitação igualmente por intermédio da RM de vinculação.

3) ao Gab Cmt Ex e à AMAN fica facultada a solicitação via RM ou diretamente à D Abst, sendo a última possível desde que seja feita no prazo de remessa da Região Militar à Diretora;

4) caso julguem necessário, as OM poderão solicitar, de forma única, o estorno acumulado no ano do valor de excedente de etapas, sendo igualmente feito a sua RM de vinculação em até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de crédito de QR da última provisão do ano;

5) em seguida, as RM deverão encaminhar à D Abst, de forma única e centralizada, as solicitações de estorno, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da nota crédito de QR pelas OM;

6) o estorno será feito pela D Abst caso a OM mantenha o saldo disponível na conta contábil “Crédito Disponível”, devendo a RM fiscalizar e impedir que as OM façam o empenho do saldo demandado para recolhimento;

7) a fim de facilitar o entendimento, temos com exemplo: a 1ª provisão do QR para o ano de 2017 está prevista para ocorrer até 15 MAIO 17, sendo relativa ao período de JUN 17 a AGO 17; a nota de crédito chega à OM no dia 15 MAIO 17; logo a OM deverá solicitar a sua RM de vinculação o estorno do valor de etapas que não serão utilizadas até 20 MAIO 17; em seguida, a RM consolida as solicitações e as remete à D Abst até 25 MAIO 17.

b. o **Abatimento do Valor Excedente de Etapas** será realizado na forma a seguir:

1) o abatimento do valor deverá ser solicitado pela OM a sua Região Militar de vinculação, de forma parcelada, até o último dia do mês anterior ao previsto para a realização da provisão do QR;

2) os Cmdo RM, C Mil A, Diretorias e ODS, assim como o ODG, deverão fazer a solicitação igualmente por intermédio da RM de vinculação;

3) ao Gab Cmt Ex e a AMAN fica facultada a solicitação via RM ou diretamente a D Abst, sendo a última possível desde que seja feita no mesmo prazo de remessa da Região Militar à Diretoria;

4) caso julguem necessário, as OM poderão solicitar, de forma única, o abatimento acumulado no ano do valor de excedente de etapas apenas no último período do ano, ou seja, até o último dia do mês anterior ao previsto para a realização da provisão última provisão do QR;

5) a RM de vinculação remeterá, de forma única e centralizada, as solicitações de abatimento de etapa juntamente com as solicitações de transferência de etapa (ou seja, no mesmo documento e no mesmo período), em documento a ser regulado pela D Abst.

6) o valor excedente de etapas será abatido da próxima provisão de QR prevista para a OM solicitante;

7) o valor solicitado de abatimento de etapas não interfere e não se relaciona com a transferência de etapa, sendo, portanto, procedimentos com fatos geradores distintos;

8) a fim de facilitar o entendimento, temos com exemplo: a 1ª provisão do QR para o ano de 2017 está prevista para ocorrer até 15 MAIO 17, sendo relativa ao período de JUN 17 a AGO 17; logo a OM deverá solicitar a sua RM de vinculação o abatimento do valor de etapas não utilizadas até 30 ABR 17, bem como daquelas que não poderão ser sacadas até o dia 31 MAIO 17 (projeção de saque para o último mês do período considerado); em

seguida, a RM consolida as solicitações e as remete à D Abst juntamente com as transferências de etapa, nos prazos previstos.

17. Para fins de definição das etapa e complementos do QR, A Diretoria de Abastecimento dividiu as OM do Exército Brasileiro por tipos, conforme a seguir:

| TIPO DE OM | UNIVERSO DE OM | ETAPA COMUM | UNIVERSO DE APLICAÇÃO DA ETAPA COMUM | COMPLEMENTO | UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO COMPLEMENTO |
|--|---|---|--|---|--|
| Estabelecimento de ensino de formação com internato obrigatório (Escolas) | AMAN, EsPCEX, EsSA e EsSLog | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 20% a mais sobre o valor da etapa do QR | Previsto a todo efetivo de alunos e cadetes, bem como todo efetivo implantado que esteja empregado na docência e instrução |
| Categoria A, comum e especial | OM em Categoria A em guarnição comum e especial | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 20% a mais sobre o valor da etapa do QR | Previsto a todo efetivo implantado da OM |
| Categoria B, comum e especial | OM em Categoria A em guarnição comum e especial | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 10% a mais sobre o valor da etapa do QR | Previsto a todo efetivo implantado da OM |
| OM de saúde com leitos hospitalares | Somente OM de saúde que possuam leitos hospitalares autorizados pela Diretoria de Saúde | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 1 (uma) etapa de QR, por homem, por dia, durante o período de internação, caso a situação seja de fator de custo ou outra motivada em face atividade do militar em ato de serviço. Caberá à legislação demonstrar que outro ODS ou Diretoria não é responsável pelo saque desse complemento, a fim de que sua provisão seja autorizada. | Previsto a todo efetivo internado e/ou acompanhante, desde que haja amparo legal |
| OM com tropa especiais de fronteira | Somente OM que possuam subunidades, pelotões e destacamentos especiais de fronteira | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 1 (uma) etapa de QR por homem, por dia, até o máximo de 8 dias, a fim de completar 30 dias úteis de saque autorizados no mês. | Previsto a todo efetivo em Quadro de Cargos Previstos dos Dst, Pel e Cia Fron |
| OM Comum | Demais OM | 1 (uma) etapa de QR por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | - | - |

18. Extraordinariamente, as OM acima ainda poderão ser provisionadas, se a situação permitir e se houver amparo legal, com etapas e complementos de QR EXTRACOL descritos nesse Livro.

19. Dessa forma, algumas situações curiosas podem ocorrer, como as citadas a seguir:

a. uma OM de saúde poderá ser considerada OM comum, caso não possua leitos hospitalares autorizados pela Diretoria de Saúde. Ex: Policlínica Militar de Niterói (Pol Mil Niterói);

b. um Estabelecimento de Ensino poderá ser considerado OM comum, caso não possua curso de formação com regime de internato obrigatório. Ex: Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx);

c. uma OM de Selva poderá ser considerada OM comum, caso não possua tropa especial de fronteira. Ex: 1º Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS).

20. O valor da etapa comum de alimentação, para todo território nacional, foi fixado pela Diretoria de Abastecimento em R\$ 11,65 (onze reais e sessenta e cinco centavos). Deste montante, o valor do Quantitativo de Subsistência (QS) foi fixado em R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) para o período de ABR 2018 a MAR 2019.

| ETAPA/QUANTITATIVO | QR | QS | TOTAL | INÍCIO | FIM |
|--------------------|------|------|-------|-----------|-----------|
| ETAPA | 5,45 | 6,20 | 11,65 | 01 ABR 18 | 31 MAR 19 |

21. O valor mensal do crédito de QR, descentralizado para cada OM, será calculado pelo produto entre o valor da etapa do QR, a média aritmética do efetivo mensal da OM do ano de 2017 (banco de dados do CPEX) e o número de dias alimentados no mês. Poderá, ainda, conforme o tipo de OM, ser acrescido do valor de complementos. Resumidamente, tem-se:

| |
|--|
| $\text{Crédito QR} = \text{R\$ } 5,45 \times \text{até 22 dias} \times \text{média do efetivo mensal da OM (CPEX) durante o ano de 2017} + \text{Complemento (se for o caso)}$ |
|--|

22. Caso a média do efetivo da OM para o ano de 2017 seja prejudicial em relação a que se configura durante o ano de 2018, a D Abst poderá estudar o caso e corrigir o cálculo, adotando o seguinte procedimento:

a. refazer o cálculo da média do efetivo da OM de 2017, substituindo-o pela

1) média obtida dos últimos 12 meses anteriores ao mês da realização da descentralização;

2) pela média de anos anteriores ou, por último;

3) pela média obtida entre os meses do ano de 2018.

b. nessa situação, para que faça jus ao pleito, a OM embasará o motivo e fará a solicitação para a D Abst por meio de sua RM de vinculação, que avaliará a pertinência de prosseguir com o pedido para a Diretoria;

c. antes de proceder com a solicitação, a OM deverá estudar, minuciosamente, o seu efetivo atual, comparando-o com o do ano anterior tomado por base para a composição da média aritmética; Os Cmdo RM, C Mil A, Diretorias e ODS, assim como o ODG, deverão fazer a mesma solicitação por intermédio da RM de vinculação;

d. apenas as divergências acentuadas no comparativo entre as médias do ano atual e do ano anterior (tomado por base para fins de provisão) serão levadas em consideração para possível correção; não será levado em consideração somente o efetivo de um determinado mês para fins de comparação;

e. no estudo do caso, a D Abst poderá solicitar documentos comprobatórios de arranhamento, como as grades de etapas completas e reduzidas, a fim de mensurar se houve prejuízo concreto à OM que justifique o repletamento de etapas com base em nova média de efetivo;

f. nesse estudo, ainda será levado em conta a existência de recursos orçamentários não liquidados, como crédito disponível, empenhos a liquidar e restos a pagar não liquidados, bem como o valor patrimonial existente na conta corrente gêneros de alimentação da OM da conta contábil estoque interno.

g. caso o pedido seja julgado procedente, as demais provisões do ano serão realizadas com base na nova média obtida.

23. O pessoal PTTC (considerado militar em atividade) somente será computado para fins de provisão de QR, caso a OM consiga demonstrar que sua existência gerou impacto no montante de gêneros alimentícios a ser adquirido para um determinado período. Nesse caso, deve-se obedecer ao seguinte:

a. na prática, deverá ser demonstrado que todas as etapas de QR foram consumidas em uma determinada OM, para um determinado período, para, tão somente, se pleitear as etapas dos PTTC;

b. para cada provisão, serão verificados os contratos vigentes para o período considerado, por nome e por OM, tomando por base a data da provisão.

c. caso algum contrato de PTTC seja assinado após a descentralização, a OM poderá solicitar a complementação retroativa à D Abst por meio da RM de vinculação, indicando o nome do militar, o período de vigência do contrato e a OM responsável por sua assinatura.

d. a D Abst procederá à comparação do efetivo de PTTC da OM previsto por ocasião da descentralização do QR com o efetivo que realmente se consolidou findo o período considerado para a provisão.

e. não fazem jus à alimentação em rancho e, portanto, ao QR, os PTTC que recebem qualquer forma de auxílio-alimentação.

24. No que tange ao direito de receber os créditos orçamentários das etapas de QR, somente as Unidades Gestoras (UG) dotadas de Setor de Aprovisionamento poderão recebê-lo. A OM que não possuir Setor de Aprovisionamento terá sua parcela de QR provisionada àquela onde seu efetivo realiza as refeições cotidianas.

25. As descentralizações do QR para todas as OM, no ano de 2018, serão as seguintes:

- a. a primeira provisão cobrirá o período de ABR 18 a JUL 18;
- b. a segunda provisão cobrirá o período de AGO 18 a NOV 18; e
- c. a terceira provisão cobrirá o período de DEZ 18 a MAR 19.

26. As descentralizações do QR para as OM ocorrerão com antecedência de até 15 (quinze) dias do primeiro dia do período previsto para o consumo. Assim, resumidamente, tem-se:

| PROVISÃO | PERÍODO | PREVISTO ATÉ | OBS |
|--------------------|-----------------|--------------|--|
| 1ª PROVISÃO | ABR 18 a JUL 18 | 15 MAR 18 | Datas da realização das provisões poderão sofrer atrasos |
| 2ª PROVISÃO | AGO 18 a NOV 18 | 15 JUL 18 | |
| 3ª PROVISÃO | DEZ 18 a MAR 19 | 15 NOV 18 | |

27. As descentralizações de QR para as OM poderão sofrer variações em seus valores previstos para cada período, em face de:

- a. abatimento do montante previsto em face de saldo de crédito disponível, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- b. abatimento do montante previsto em face de saldo de empenhos a liquidar maior ou igual a um mês de provisão do ano corrente, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- c. para a primeira provisão do ano, abatimento do montante previsto em face de saldo de restos a pagar a liquidar maior ou igual a um mês de provisão do ano corrente, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- d. para as demais provisões do ano (ou seja, exceto a primeira), abatimento do montante previsto em face de saldo de restos a pagar a liquidar, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- e. abatimento ou acréscimo de etapas transferidas (sistemática demonstrada nesse livro);
- f. abatimento ou estorno por solicitação da OM em face de não conseguir sacar determinado número de etapas no período previsto para o seu consumo (sistemática demonstrada nesse livro);
- g. abatimentos de eventuais adiantamentos de crédito;
- h. adoção de outra média do efetivo considerado.

28. Os abatimentos serão aplicados em cada provisão prevista ao longo do ano.

- a. O Diretor de Abastecimento poderá não aplicar um ou mais tipos dos abatimentos descritos anteriormente em umas das provisões caso julgue necessário;

b. O Diretor de Abastecimento poderá aplicar um ou mais tipos dos abatimentos descritos anteriormente somente na última provisão do ano caso julgue necessário.

29. Por ocasião da descentralização do QR, o saldo a ser enviado à OM será o valor líquido, resultante do somatório do valor previsto com os abatimentos e os acréscimos existentes. Dessa forma, a D Abst remeterá às RM, caso essas solicitem, uma planilha com a memória de cálculo, demonstrando como foi obtido o valor líquido do QR. As OM de uma determinada RM poderão contatar o Escalão Logístico, a fim de obter informações sobre o cálculo do seu QR provisionado.

30. Afim de evitar problemas quanto ao valor a ser recebido de QR por uma determinada OM, recomenda-se que, ao se aproximar o fechamento do mês anterior às provisões previstas, seja feito um estudo detalhado nos empenhos em restos a pagar a liquidar, a liquidar e no crédito disponível existente.

31. Recomenda-se, ainda, que seja dada atenção especial aos empenhos em restos a pagar, sobretudo aqueles que foram reinscritos de outros exercícios. Anualmente, o Governo Federal publica decretos que preveem o bloqueio de restos a pagar. A fim de evitar transtornos, os saldos ainda não liquidados devem sofrer minucioso acompanhamento, objetivando que sejam adimplidos até o final de MAR 2018. Nesse sentido, ressalta-se:

a. os empenhos em restos a pagar, cujas previsões de entrega do objeto tenham ultrapassado o prazo pactuado em contrato, ensejam a abertura de processo administrativo;

b. nenhum resto a pagar pode ser cancelado sem o devido processo legal, sob pena de responsabilização dos agentes administrativos envolvidos.

32. Caso a OM não consiga proceder à liquidação dos restos a pagar a liquidar e dos empenhos a liquidar até os prazos previstos para acontecer os abatimentos, somente poderá justificar o ocorrido caso esses empenhos se encontrem em lide administrativa ou judicial, com o devido processo aberto. Assim poderá remeter a solicitação à D Abst, via RM de vinculação, informando:

a. o motivo da impossibilidade da liquidação;

b. o número do empenho;

c. o favorecido do empenho;

d. o prazo contratual previsto para a entrega do objeto;

e. se há ou não abertura de processo administrativo por parte da OM;

f. o número do processo administrativo.

33. Os créditos disponíveis que, por ventura, sejam descontados nos abatimentos não terão nenhum tipo de justificativa aceita pela D Abst.

34. Para o ano de 2018, os valores previstos para o QR, por Região Militar, serão os seguintes:

| RM | EFETIVO RM | % | VALOR QR REGIONAL | RM/OM | EFETIVO OM | VALOR QR TOTAL 2018 |
|--------|------------|---------|-------------------|-------------|------------|---------------------|
| 1ª RM | 43.315,31 | 19,77% | 57.128.556,50 | Cmdo 1ª RM | 39.047,64 | 51.499.930,93 |
| | | | | AMAN | 4.267,67 | 5.628.625,57 |
| 2ª RM | 18.658,03 | 8,52% | 24.608.080,16 | Cmdo 2ª RM | 18.658,03 | 24.608.080,16 |
| 3ª RM | 34.495,40 | 15,74% | 45.495.987,25 | Cmdo 3ª RM | 34.495,40 | 45.495.987,25 |
| 4ª RM | 9.985,67 | 4,56% | 13.170.095,77 | Cmdo 4ª RM | 9.985,67 | 13.170.095,77 |
| 5ª RM | 17.155,08 | 7,83% | 22.625.839,41 | Cmdo 5ª RM | 17.155,08 | 22.625.839,41 |
| 6ª RM | 4.854,83 | 2,22% | 6.403.039,68 | Cmdo 6ª RM | 4.854,83 | 6.403.039,68 |
| 7ª RM | 15.198,67 | 6,94% | 20.045.521,47 | Cmdo 7ª RM | 15.198,67 | 20.045.521,47 |
| 8ª RM | 9.673,89 | 4,41% | 12.758.888,73 | Cmdo 8ª RM | 9.673,89 | 12.758.888,73 |
| 9ª RM | 14.981,43 | 6,84% | 19.759.012,42 | Cmdo 9ª RM | 14.981,43 | 19.759.012,42 |
| 10ª RM | 5.960,58 | 2,72% | 7.861.413,36 | Cmdo 10ª RM | 5.960,58 | 7.861.413,36 |
| 11ª RM | 24.659,42 | 11,25% | 32.523.304,64 | Cmdo 11ª RM | 23.675,92 | 31.226.166,49 |
| | | | | Gab Cmt Ex | 537,92 | 709.458,29 |
| | | | | CIE | 445,58 | 587.679,86 |
| 12ª RM | 20.180,83 | 9,21% | 26.616.501,08 | Cmdo 12ª RM | 20.180,83 | 26.616.501,08 |
| Total | 219.119,15 | 100,00% | 288.996.240,46 | | 219.119,15 | 288.996.240,46 |

35. Os valores contratados poderão sofrer modificações ao longo do ano em função da variação do efetivo, do acréscimo ou abatimento de transferência de etapa, de abatimentos previstos nesse livro, da dilação do prazo de emprego do recurso, da variação do valor da etapa e, até mesmo, disponibilidade orçamentária.

36. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A1 são compostos, ordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|--|---------------|-------------|---|
| Etapa comum do QR | E6SUCOLA1QR | Etapa | É a etapa comum e ordinária do dia-a-dia das OM, sendo valor base para os demais complementos. Seu valor destina-se ao sustento de um homem por dia (incluindo café, almoço e jantar). |
| Complemento de OM em localidades especial ou comum, tipo A e B | E6SUCOLCEQR | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM em Categoria A ou B, em localidade Especial e Comum, correspondendo a 10% ou 20% da etapa base do QR, conforme a localidade seja, respectivamente, Comum ou Especial. |
| Complemento de OM de Saúde com leito hospitalar | E6SUCOLUSQR | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM de saúde, correspondendo a 1 (uma) etapa a mais de QR por homem, durante o período de internação dos militares em fator de custo ou que se encontram baixados em face de enfermidade no cumprimento do dever legal, caso a legislação ampare o saque pela D Abst. |
| Complemento de EE de formação com internato obrigatório | E6SUCOLESCO | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM com cursos de formação em Estabelecimento de Ensino com internato obrigatório, correspondendo a 1 (uma) etapa de QR por homem para os dias restantes do mês não provisionados, destinados, desde que seja aluno/cadete e/ou esteja diretamente envolvido na atividade de formação. |
| Complemento de Frações Especiais de Fronteira | E6SUCOLTRFR | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM com destacamentos, pelotões e subunidades especiais de fronteira, correspondendo a 1 (uma) etapa de QR por homem para os dias restantes do mês não provisionados, destinados, tão somente, aqueles que se encontram efetivamente internados nesse tipo de tropa. |
| Complemento do QR para solenidades militares ordinárias | E6SUCOLSOLE | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM que realizem os cerimoniais militares autorizados em legislação e cujo atendimento está previsto no COL; o valor será em função do tipo da OM e do posto do comandante/chefe/diretor, conforme regras estabelecidas pela D Abst. |

37. Os recursos orçamentários do COL A1 também são compostos, extraordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|---|---------------|-------------------|---|
| Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR | E6SUEXCA1QR | Etapa/Complemento | É a etapa extraordinária de QR, prevista para situações nas quais a etapa comum não é empregada, ou seja, não pode ser concomitante à etapa comum. Possui o mesmo valor da etapa comum, devendo ser sacada por homem e por dia. Quando empregado como complemento, possuirá o mesmo valor dos complementos previstos para a etapa comum e poderá ser empregada em caráter cumulativo à etapa. Ainda como complemento para demais situações, sobretudo aquelas que envolvam emprego de refeições não usais, terá valor diferenciado, de modo que não poderá ser superior a uma etapa comum de QR. Caberá ao Diretor de Abastecimento propor, de acordo com o caso concreto, os valores diversos, devendo justificar o motivo. |
| Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR para operações militares, manobras e operações logísticas | E6SUEXCOPQR | Etapa/Complemento | É a etapa extraordinária de QR, destinada às OM que empreguem homens em operações militares, manobras e operações logísticas de caráter real, cuja dotação orçamentária específica não foi prevista pelo EB. Além disso, destina-se as situações nas quais a etapa comum não é empregada, ou seja, não pode ser concomitante a essa. Possui o mesmo valor da etapa comum, devendo ser sacada por homem e por dia. O Diretor de Abastecimento poderá propor, de acordo com o caso concreto, valor diverso, devendo justificar o motivo. Quando empregado como complemento, não poderá exceder o valor de 1 (uma) etapa de QR e poderá ter o emprego cumulativo à etapa comum ou à dotação orçamentária específica, devendo-se justificar o motivo. |
| Complemento do QR para solenidades militares extraordinárias | E6SUEXCSOLE | Complemento | É o valor além da etapa comum, destinado às OM que realizem os cerimoniais militares autorizados em legislação do Exército Brasileiro, para os quais o atendimento não esteja previsto no COL; o valor será em função do tipo da OM e do posto do comandante, conforme regras estabelecidas pela D Abst. |

[PGODB2] Comentário:

38. Os recursos de COL A1, tanto ordinários quanto extraordinários, disponibilizados no PI E6SUCOLA1QR, E6SUCOLCEQR, E6SUCOLUSQR, E6SUCOLESCO, E6SUCOLTRFR, E6SUEXCA1QR, E6SUEXCOPQR, E6SUCOLSOLE e E6SUEXCSOLE terão aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos |

b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

39. Os quadros anteriores demonstram a possibilidade de empenho em diversos subitem de despesas nos diversos planos internos do COL A1 (tanto COL como EXTRACOL), sendo seu rol taxativo (não admite ampliação). Porém as diversas possibilidades elencadas não afastam a preocupação principal do gestor de que o objeto principal é aquisição de alimentação. Dessa forma, a maior parte das despesas deverá ser concentrada na aquisição de gêneros de alimentação em si.

a. No que tange ao cerimonial militar, sobretudo, o foco da aquisição deve abranger os subitens 07 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO e/ou 41 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO;

b. Embora o rol das tabelas anteriores seja taxativo, destaca-se que não estão autorizadas despesas de alimentação nos subitens 15 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS, 22 – EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS e/ou 23 – FESTIVIDADES E HOMENAGENS, mesmo no emprego de despesas com cerimonial militar.

40. O prazo máximo para empenho dos recursos orçamentários do COL A1 é 30 NOV 18.

APLICAÇÃO

41. Caberá ao Ordenador de Despesas de cada OM justificar o saque das etapas do QR, bem como de seus complementos, nos documentos usuais de serviço do aprovisionamento previstos na Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987 e nas orientações estabelecidas neste Livro, ao longo dos dias do mês.

42. Em caso da OM receber QR extraordinário, além da sua etapa comum (Ex: QR para solenidade ou reuniões) ou receber complementos em face do tipo de OM, inclusive os extraordinários (Ex: Complemento de Categoria A e B, comum ou especial; ou complemento hospitalar), seu valor deverá ser igualmente sacado nos documentos comprobatórios;

43. Os seguintes documentos da Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987, continuam em vigor e subsidiam o saque das etapas do QS:

- a. Vale Diário;
 - b. Vale Total;
 - c. Cardápio;
 - d. Mapa de Gêneros;
 - e. Grade Numérica de Etapas Reduzidas;
 - f. Grade Numérica de Etapas Completas;
 - g. Nota para Boletim Interno.
44. Dessa forma, as OM deverão observar o seguinte:

- a. as OM que adquirem e recebem os artigos do QR devem executar escrituração contábil necessária do suprimento durante o ciclo de seu consumo.
- b. os gêneros do QR deverão ser recebidos por notas fiscais emitidas pela contratada, realizando a devida quitação;
- c. as notas fiscais deveram ser apropriadas no SIAFI e no SIMATEX, considerando valor e as quantidades constantes do documento;
- d. o saque das quantidades do QR nas OM deve ser feito com base no efetivo alimentado, e não no efetivo implantado;
- e. o arranhamento nominal e os vales diários serão a base para compor o EFETIVO ALIMENTADO do dia, por meio de consolidação do vale total;
- f. compõem o efetivo alimentado os militares autorizados a realizar refeição em rancho;
- g. as etapas completas serão a base para o saque do QR;
- h. os vales totais serão a base para compor o total das etapas completas do dia, que indicaram o maior efetivo do dia que compareceu a uma determinada refeição;
- i. os cardápios nortearão quais gêneros serão sacados no dia, uma vez que indicam o que será servido de alimentação em cada refeição;
- j. com base no cardápio, nas etapas completas do vale total de rações, no valor permitido para saque e nas quantidades efetivamente sacadas de cada artigo do QR, será confeccionado o mapa de gêneros, documento que discrimina a quantidade total de gêneros que será sacada do depósito de gêneros (o QR também deve ser lançado no mapa de gêneros, independente de possuir quantidade tabelar);
- k. no que tange às quantidades tabelares, deve-se considerar as especificações da Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos da Ração, prevista na Portaria no 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, no que couber ao QR;
- l. uma vez sacadas as etapas de QR, essas devem ser publicadas em Boletim da OM, por dia e por refeição;
- m. As saídas diárias de material devem ser lançadas, igualmente, no SISCOFIS, a fim de registrar o movimento patrimonial;
- n. o desrelacionamento contábil dos gêneros, para fins de movimentação patrimonial no SIAFI, deve ser feito, pelo menos, uma vez por semana, com base no Boletim emitido pelo SIMATEX;
- o. a atualização do SISCOFIS WEB deve ser feita, pelo menos uma vez por semana, com base no SIMATEX.

45. Resumindo, os conceitos de etapa Tipo I, II, III e IV ficam em desuso, assim como seus complementos RR, RRM, QRM, Complemento Financeiro, Complemento

Escolar, Complemento Regional, Complemento de Tripulante de Aeronave ou de Embarcações, todos previstos na Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987, devendo as OM fazer as seguintes equivalências:

| NOMENCLATURA NA Portaria nº 25 – DGS | NOMENCLATURA NO COL 2018 | EQUIVALÊNCIA |
|---|--|--|
| Etapa Comum | Etapa Comum | Fica mantido o conceito de etapa comum igual ao somatório de QR mais o QS. |
| Etapa Complementada | Etapa Complementada | Fica mantido o conceito de etapa comum igual ao somatório de QR mais o QS, acrescida de complementos. |
| RR | Etapa Comum do QR | O RR fica convertido em QR em termos de aplicação e valor, deixando de existir. |
| QR | Etapa Comum do QR | O QR, além da aplicação antiga, passa a englobar o antigo universo de militares do RR; torna-se único para todos militares. |
| RRM e QRM | Etapa/Complemento Extraordinária do QR | Ambos deixam de existir e passam a ser substituídos pela etapa/complemento extraordinário de QR, que será fornecida somente extraordinariamente. |
| Complemento Financeiro | - | Deixa de existir. |
| Complemento Escolar | Complemento de EE/OM de formação com internato obrigatório | Passa a ser empregado apenas às OM autorizadas, tendo como fator de cálculo o número de dias restantes de um mês que não foram provisionados com base no efetivo implantado. |
| Complemento Regional | - | Deixa de existir. |
| Complemento de Tripulante de Aeronave ou de Embarcações | - | Deixa de existir. |

46. Portanto, feitas as devidas equivalências, o Setor de Aprovisionamento deverá proceder ao preenchimento da documentação constante da Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987 para todos os dias do ano calendário;

LICITAÇÃO

47. Os Comandos de Região Militar (Cmdo RM) devem realizar os pregões de forma centralizada, para todas as OM localizadas na sua sede.

a. Caso haja interesse da RM, a licitação poderá ser delegada a uma OM de sua sede, que será responsável pela condução centralizada do processo licitatório do QR, nas mesmas condições que esse originariamente seria realizado pelo Cmdo RM.

b. A delegação deve revestir-se de formalidade, sendo necessária sua publicação em Boletim Regional.

c. As OM da sede devem ser participantes da licitação realizada pelo Cmdo RM de vinculação (ou da OM delegada), manifestando seu interesse em aderir ao registro de preços.

48. As OM fora de sede devem realizar sua própria licitação.

49. Os OP não estão autorizados a realizarem a licitação do QR.

50. Quando houver mais de uma OM fora da sede da RM localizadas em uma mesma guarnição, deverá ser adotado o Pregão Eletrônico por Registro de Preços centralizado, sendo uma das OM a gerenciadora da licitação e as demais, seus participantes.

a. Sugere-se que a OM com o comandante mais antigo presente numa determinada guarnição coordene os trabalhos no sentido de realizar ou indicar o responsável pela condução do processo licitatório, a fim de obter a economia de escala em virtude da centralização processual.

51. As RM/OM devem promover um metuculoso estudo dos artigos e das quantidades a serem adquiridas, empregando a descrição mais detalhada possível. A fim de obter um melhor aproveitamento do crédito orçamentário disponível, deve-se, portanto, considerar os seguintes fatores:

a. a pesquisa de satisfação das OM dos artigos licitados anteriormente, bem como suas novas sugestões, a fim de definir o que será licitado;

b. o consumo real de QR das OM durante o ano, evitando a formação de atas de registro de preços com quantidades superestimadas e sua consequente deturpação do preço final dos itens licitados;

c. a capacidade de estocagem das OM, a fim de verificar se as OM suportam a armazenagem dos itens a serem adquiridos;

d. os cardápios previstos nas OM no cotidiano, podendo a RM promover tentativas de padronização por meio de auxílio de nutricionistas, a fim de licitar todos os artigos necessários;

e. a sazonalidade dos produtos, a fim de aproveitar a melhor época para sua aquisição em termos qualitativos;

f. a variação dos preços dos produtos durante o ano, a fim de obter um preço vantajoso e garantir o equilíbrio contratual durante toda a vigência.

52. Dessa forma, as RM/OM devem realizar pelo menos dois pregões de QR por ano, com validade de oito meses, a fim de dar flexibilidade na sobreposição de dois meses de uma licitação para outra. Além disso, em face da recente instabilidade econômica do País, caso a RM/OM não realizem mais de um pregão durante o ano, poderão ensejar oportunidades para que a licitante e/ou contratada pleiteiem reajuste do preço da ata e/ou reequilíbrio econômico do contrato, prejudicando, sobremaneira, o planejamento orçamentário desta Diretoria.

53. O procedimento licitatório deve ser iniciado com, pelo menos, seis meses de antecedência em relação à data prevista para o recebimento dos artigos, seguindo a legislação vigente e as orientações dos controles interno e externo.

54. A RM ou a OM responsável pela realização da licitação do QR deve planejar a quantidade total de cada item a ser licitado com base no consumo histórico, não devendo esta quantidade ser superior a oito meses de consumo.

55. A modalidade de licitação prevista para aquisição do QR é o pregão, na forma eletrônica, não sendo admissível outra modalidade.

56. As RM/OM devem observar, ainda, o seguinte:

a. não podem adquirir artigos de subsistência em lotes, uma vez que, “a regra a ser observada pela Administração nas licitações é o parcelamento do objeto, da disputa por itens específicos, e não por lotes, conforme determinam o art. 15, IV e o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União expressa na Súmula 247 (item 28 do Parecer nº 5922/2012/CJU/CGU).

b. deve-se prever apresentação de amostras daqueles artigos cuja entrega possa suscitar dúvidas quanto à qualidade do produto, tanto na fase de licitação quanto na fase de contratação, estabelecendo regras e parâmetros objetivos de exigências em conformidade com legislação vigente;

c. deve-se exigir as garantias contratuais previstas em legislações relativas às licitações;

d. deve-se exigir a capacitação técnica operacional das licitantes, a fim de se evitar “empresas de fachada” ou “aventureiras”, desprovidas de condição de cumprirem o que foi contratado;

e. deve-se prever cronograma de execução para a entrega das licitantes, formalizando as contratações por meio de termos de contrato e as operacionalizando por meio de empenhos globais, nomeando-se fiscais de contrato para acompanhar sua execução.

57. As contratações oriundas das licitações devem ser efetuadas por meio de empenhos tipo “global”, associados às suas respectivas minutas de contratos devidamente formalizadas. Os empenhos ordinários devem ser utilizados somente nas situações de entrega imediata (ou pronta entrega) e não parcelada.

58. Deve-se evitar o uso da “carona” em licitações que não sejam da RM/OM autorizadas para realizarem a licitação do QR, sobretudo daquelas fora da Força. O Decreto nº 7.892, de 23 JAN 13 e a Portaria nº 01 – SEF, de 27 JAN 14 são as legislações vigentes que regulamentam o Sistema de Registro de Preços, no âmbito do Exército.

LICITAÇÃO POR CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

59. Os Comandos de Região Militar (Cmdo RM) devem realizar as chamadas públicas de forma centralizada, para todas as OM localizadas na sua sede tendo como referencial de recursos a serem provisionados o valor médio mensal recebido no ano de 2017 vezes 11 meses.

a. Caso haja interesse da RM, a licitação poderá ser delegada a uma OM de sua sede, que será responsável pela condução centralizada do processo licitatório, nas mesmas condições que esse originariamente seria realizado pelo Cmdo RM.

b. A delegação deve revestir-se de formalidade, sendo necessária sua publicação em Boletim Regional.

c. As OM da sede devem ser participantes da licitação realizada pelo Cmdo RM de vinculação (ou da OM delegada), manifestando seu interesse em aderir ao certame.

d. No endereço eletrônico do Ministério da Defesa existe o modelo de edital de Chamada Pública e Projeto Básico, onde consta a previsão de aquisição mensal do item.

e. As OM devem firmar contrato, de acordo com o edital e projeto básico, com os licitantes vencedores confeccionando notas de empenho estimativas que serão reforçadas de acordo com as provisões recebidas.

60. As OM fora de sede devem realizar sua própria chamada pública.

61. Quando houver mais de uma OM fora da sede da RM localizadas em uma mesma guarnição, deverá ser adotado a chamada pública centralizada, sendo uma das OM a gerenciadora da licitação e as demais, seus participantes.

a. Sugere-se que a OM com o comandante mais antigo presente numa determinada guarnição coordene os trabalhos no sentido de realizar ou indicar o responsável pela condução do processo licitatório, a fim de obter a economia de escala em virtude da centralização processual.

62. As RM/OM devem promover um metódico estudo dos artigos e das quantidades a serem adquiridas, empregando a descrição mais detalhada possível. A fim de obter um melhor aproveitamento do crédito orçamentário disponível, deve-se, portanto, considerar os seguintes fatores:

a. a pesquisa de satisfação das OM dos artigos licitados anteriormente, bem como suas novas sugestões, a fim de definir o que será licitado;

b. o consumo real de das OM durante o ano, evitando a formação de contratos com quantidades superestimadas e sua conseqüente deturpação do preço final dos itens licitados;

c. a capacidade de estocagem das OM, a fim de verificar se as OM suportam a armazenagem dos itens a serem adquiridos;

d. os cardápios previstos nas OM no cotidiano, podendo a RM promover tentativas de padronização por meio de auxílio de nutricionistas, a fim de licitar todos os artigos necessários;

e. a sazonalidade dos produtos, a fim de aproveitar a melhor época para sua aquisição em termos qualitativos;

f. a variação dos preços dos produtos durante o ano, a fim de obter um preço vantajoso e garantir o equilíbrio contratual durante todo o contrato.

63. Dessa forma, as RM/OM devem realizar pelo menos uma chamada pública por ano, com validade de doze meses.

64. O procedimento licitatório deve ser iniciado com, pelo menos, seis meses de antecedência em relação à data prevista para o recebimento dos artigos, seguindo a legislação vigente e as orientações dos controles interno e externo.

65. A RM ou a OM responsável pela realização da licitação deve planejar a quantidade total de cada item a ser licitado com base no consumo histórico, não devendo esta quantidade ser superior a doze meses de consumo.

66. A modalidade de licitação prevista para aquisição da Agricultura Familiar é a chamada pública, não sendo admissível outra modalidade.

67. As RM/OM devem observar, ainda, o seguinte:

a. não podem adquirir artigos de subsistência em lotes, uma vez que, “a regra a ser observada pela Administração nas licitações é o parcelamento do objeto, da disputa por itens específicos, e não por lotes, conforme determinam o art. 15, IV e o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União expressa na Súmula 247 (item 28 do Parecer nº 5922/2012/CJU/CGU).

b. deve-se prever apresentação de amostras daqueles artigos cuja entrega possa suscitar dúvidas quanto à qualidade do produto, tanto na fase de licitação quanto na fase de contratação, estabelecendo regras e parâmetros objetivos de exigências em conformidade com legislação vigente;

c. deve-se exigir as garantias contratuais previstas em legislações relativas às licitações;

d. deve-se exigir a capacitação técnica operacional das licitantes, a fim de se evitar “empresas de fachada” ou “aventureiras”, desprovidas de condição de cumprirem o que foi contratado;

e. deve-se prever cronograma de execução para a entrega das licitantes, formalizando as contratações por meio de termos de contrato e as operacionalizando por

meio de empenhos globais, nomeando-se fiscais de contrato para acompanhar sua execução.

68. As contrações oriundas das licitações devem ser efetuadas por meio de empenhos tipo “global”, associados às suas respectivas minutas de contratos devidamente formalizadas. Os empenhos ordinários devem ser utilizados somente nas situações de entrega imediata (ou pronta entrega) e não parcelada.

69. Item excluído.

70. As RM/OM devem divulgar o edital de chamada pública no Portal de Compras Governamentais e no Portal de Compras da Agricultura Familiar - www.comprasagriculturafamiliar.gov.br, através do e-mail paacomprainstitucional@mds.gov.br, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias.

71. As RM/OM devem sempre divulgar os editais e enquadrar as notas de empenho referentes aos contratos da agricultura familiar no Art 17 da Lei 12.512.

TRANSFERÊNCIA DE ETAPA

72. A transferência de etapa do QR ocorrerá somente entre OM do EB, sempre que houver o arranhamento de militares de uma determinada OM em outra.

73. Para as transferências de etapas envolvendo militares, servidores e/ou empregados fora do Exército Brasileiro, a OM deverá se ligar com seu Escalão Superior, a fim de que interceda junto ao Estado Maior do Exército, por se tratar de operações de provisão de recurso entre Unidades Orçamentárias distintas.

74. Não existe transferência de etapa para militar, servidor ou empregado que receba alguma forma de auxílio-alimentação, sobretudo em pecúnia, ainda que esta pessoa faça parte do Exército Brasileiro.

75. As transferências de etapa descritas neste livro referem-se aos recursos orçamentários destinados à aquisição de QR pela D Abst, na ação orçamentária que lhe for de responsabilidade. Subsidiariamente, para as demais dotações orçamentárias que tratem de provisão de etapa de alimentação em situação específica de emprego, ou complementem aquela provisionada pela D Abst, ainda que sejam de competência de outros ODS ou Diretorias, pode-se empregar as regras descritas a seguir como parâmetro lógico e objetivo.

76. Nas ações orçamentárias sob responsabilidade da D Abst as transferências de etapa serão creditadas ou debitadas apenas no PI EUSUCOLA1QR, ainda que as OM envolvidas façam jus a complementos. Para tanto, os valores devidos dos complementos,

caso necessários, poderão ser somados ao valor da etapa do QR, a fim de facilitar a operacionalização e o controle do procedimento.

77. A transferência de etapa é regra geral e primeira opção a ser considerada quando houver deslocamento de militar, empregado ou servidor que faça alimentação no rancho de sua OM de origem para outra OM. Assim a OM apoiadora não poderá solicitar crédito extraordinário quando tal premissa for concretizada.

78. A transferência de etapa ocorrerá nas seguintes situações:

- a. PCI;
- b. Cursos;
- c. Estágios;
- d. Simpósios;
- e. Reuniões;
- f. Visitas de auditoria e inspeção;
- g. Operações militares;
- h. entre outras.

79. Nas operações militares em que o efetivo de uma OM se arranche em outra, mesmo havendo dotação orçamentária específica para isto, a OM de origem dos militares terá sua etapa descontada pela D Abst, evitando o duplo saque de etapas.

i. Exceção será feita caso a dotação orçamentária específica destine-se a complementar a etapa de alimentação.

80. No ciclo da transferência de etapa figuram três agentes:

a. **A Organização Militar Apoiadora**, a quem cabe solicitar o valor de QR a ser transferido e creditado na sua OM a sua Região Militar de Vinculação, após concordar com o apoio solicitado pela OM apoiada, remetendo-a um documento formal;

b. **A Organização Militar Apoiada**, de quem será estornado o crédito a ser transferido para a OM na qual se encontram seus militares apoiados, que deverá solicitar o apoio via documento formal a OM apoiadora;

c. **A Região Militar da OM Apoiadora**, a quem cabe à solicitação formal, para a Diretoria de Abastecimento, do valor a ser transferido entre as OM.

81. A transferência de etapa deverá ser executada da seguinte forma:

a. Antes de enviar a solicitação a sua RM de vinculação, a OM Apoiadora deverá fazer contato com a OM Apoiada, a fim de receber deste documento autorizando o apoio a ser prestado. Este documento embasará a solicitação à RM da OM Apoiadora;

b. A OM Apoiadora solicita a sua RM de vinculação (Região Militar da OM Apoiadora) que remeta à D Abst o pedido de transferência da etapa. O pedido da OM deverá conter as seguintes informações:

- 1) Código da Unidade Gestora da OM Apoiada;
- 2) Código de OM da OM Apoiada;
- 3) Sigla da OM Apoiada;
- 4) Efetivo apoiado;
- 5) Número de dias apoiados;
- 6) Documento da OM Apoiada informando à OM Apoiadora que autorizará o apoio

a ser prestado;

- 7) Motivo do apoio;
- 8) Ação Orçamentária e PTRES do recurso utilizado para aquisição dos gêneros

empregados no apoio.

c. A RM de vinculação das OM apoiadoras consolida todas as solicitações de transferência de etapa em um único documento, remetendo-o à D Abst nos períodos determinados neste livro. Este documento deverá conter, por OM:

- 1) Código da Unidade Gestora da OM Apoiadora;
- 2) Código de OM da OM Apoiadora;
- 3) Sigla da OM Apoiadora;
- 4) Código da Unidade Gestora da OM Apoiada;
- 5) Código de OM da OM Apoiada;
- 6) Sigla da OM Apoiada;
- 7) Valor total da transferência (a D Abst não analisará os cálculos);
- 8) Ação orçamentária e PTRES do recurso utilizado para aquisição dos gêneros

empregados no apoio;

- 9) Referência do documento da OM Apoiada autorizando a transferência;

82. A D Abst, recebendo o documento, procede ao desconto das transferências de etapas da próxima provisão de QR da OM apoiada, acrescentando o valor correspondente nas provisões de QR das OM apoiadoras.

83. As transferências de etapas somente serão recebidas pela D Abst caso deem entrada nesta Diretoria na primeira semana do mês anterior ao período previsto da provisão do QR. Ex: período da 1ª Provisão do QR: MAIO a AGO; logo, a semana para solicitação de transferência de etapa será a primeira semana do mês de ABR.

a. É importante que a RM remeta o documento no período indicado, pois a intempestividade acarretará no descarte do pedido.

b. Da mesma forma, as padronizações e as formalidades exigidas no documento poderão acarretar em sua inutilização, caso não sejam observadas.

84. Serão três períodos para que a documentação de transferência de etapa do QR remetida pela RM dê entrada na D Abst:

| PROVISÃO/DATA | DATA DA TRANSFERÊNCIA DE ETAPA | DOCUMENTAÇÃO | UNIVERSO |
|--------------------|--|---|---|
| 1ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de MAR 2018 | DIEx às RM, que encaminhará a D Abst conforme regra do COL A1 | Todos os militares do EB que tenha feito refeições fora de sua OM de origem |
| 2ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de JUL 2018 | | |
| 3ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de NOV 2018 | | |

85. Para fins de quantificar o valor a ser transferido de etapa entre OM, será adotada a seguinte fórmula:

Crédito consumido = valor do QR (poderá ser acrescido o valor do completo) X duração do apoio em dias X efetivo apoiado

86. O valor do QR utilizado na transferência será sempre o empregado na OM Apoiadora: Ex: se 10 militares da OM “A” se arrancharem durante 2 dias na OM “B” que se encontra em Categoria A Especial, o valor do QR a ser transferido será: [5,45 + 5,45 (20%)] x 2 dias x 10.

a. Caso não haja interesse da OM apoiadora, fica liberado o acréscimo do complemento ao valor do QR nas transferências de etapa, a fim de dinamizar o processo.

87. Caberá à **Região Militar da OM Apoiadora** a execução desse cálculo, enviando, tão somente, o resultado final à D Abst, que não entrará no mérito de como seu resultado foi obtido.

88. A D Abst padronizará o documento que será remetido das RM para a Diretoria, solicitando a transferência de etapas, a fim de facilitar o trabalho de consolidação.

89. Ao CIE e ao Gab Cmt Ex poderá ser concedido, a critério do Diretor de Abastecimento, procedimento diverso ao elencado anteriormente.

DESPESAS COM CERIMONIAL MILITAR

90. A Diretoria de Abastecimento será responsável pela descentralização de créditos orçamentários para atender às despesas com aquisição de QR para cerimonial militar, amparadas na Portaria nº 3.771/MD, de 30 NOV 11, e na Portaria nº 125/Cmt Ex, de 24 FEV 12.

91. Da mesma forma, somente as solenidades relativas ao aniversário e à passagem de comando das OM são passíveis de atendimento.

92. Para fins de Organização Militar, serão consideradas somente aquelas que possuem COMDOM próprio e toda estrutura de uma Unidade Administrativa, ainda que não seja autônoma.

93. Os recursos provisionados deverão ser aplicados em despesas **exclusivamente com alimentação para cerimonial militar**, sendo somente permitida a:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

94. Os pedidos, tanto para passagem de comando quanto para aniversário da OM devem ser feitos via DEx diretamente à D Abst, em caso de Gabinete do Comandante do Exército, ODG, ODS, Diretoria, Comando Militar de Área e Comando de Região Militar; para os demais casos, somente via RM de vinculação:

95. As solicitações, obrigatoriamente, devem conter, a fim de se analisar e mensurar o caso concreto:

- Nome do cerimonial;
- Data de realização;
- Previsão normativa;
- Natureza do público alvo (da ativa do EB ou de outro órgão, instituição, etc.);
- Efetivo atendido;
- Autoridades militares e civis envolvidas (Oficiais Gerais, Embaixadores, etc.);
- Publicação em Boletim Interno da OM sobre o acontecimento do evento;
- Valor do cerimonial solicitado com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem).

96. Não serão considerados pedidos feitos por meio de mensagem SIAFI, pois esses carecem da comprovação da assinatura da autoridade responsável.

97. Da mesma forma, os pedidos feitos em desrespeito às regras e aos procedimentos estabelecidos pela D Abst não serão atendidos, não importando em necessidade de resposta por parte da Diretoria sobre o assunto para a OM não contemplada.

98. Os pedidos para aniversário da OM seguirão o Boletim do Exército nº 1, de 05 JAN 18.

99. Se, por ventura, houver alguma OM não contemplada nesse Boletim, durante a solicitação, deverá enviar, por meio de DIEx, o documento que comprove sua criação.

100. As solicitações para passagem de comando devem ser acompanhadas do Boletim do Exército ou do INFORMEX que indicam a transmissão do Comando/Direção/Chefia.

101. A Diretoria de Abastecimento será responsável, igualmente, pela descentralização de créditos orçamentários para as comemorações relativas ao dia da Arma, Quadro ou Serviço, no âmbito das Regiões Militares.

102. Neste sentido, cada Região Militar somente receberá crédito para 1 (uma) comemoração de cada dia da Arma, Quadro e Serviço, no universo de todas suas OM vinculadas.

103. Após a RM escolher, no âmbito daquelas jurisdicionadas, qual OM fará jus ao crédito para a comemoração do dia da Arma, Quadro ou Serviço, deverá remeter um DIEx à D Abst com os seguintes dados:

a. O nome da comemoração (Ex: Dia da Arma de Infantaria) a solicitação e o valor necessário.

b. O nome da OM que receberá o crédito (Ex: 22 BI)

c. O valor e natureza de despesa (Ex: R\$ 2.000,00, ND 33.90.30.07)

104. Devido à indisponibilidade orçamentária, não será possível provisionar as OM que não foram indicadas pela RM de vinculação com créditos para comemoração das festividades da Arma, Quadro e Serviço, mesmo as que se encontrem fora de sede.

105. No que tange à comemoração do dia da Arma, Quadro e Serviço das Escolas de Formação, essas serão igualmente provisionadas nos dias relativos aos cursos que ministram; nesse caso, poderão solicitar o recurso diretamente à D Abst.

106. A Diretoria de Abastecimento estabelecerá limites de valores para as provisões de cerimonial militar, com base no posto do Comandante/Chefe/Diretor e no tipo da OM, os quais poderão sofrer variações ao longo do ano, a depender da disponibilidade orçamentária.

107. Caberá ao Cmt/Ch/Dir decidir sobre seu emprego ou devolução do recurso orçamentário recebido da D Abst, caso julgue que a provisão é insuficiente.

108. Em caso de aplicação indevida do recurso, a OM poderá ser penalizada, inclusive com o abatimento do valor empenhado indevidamente da próxima provisão de QR, sem prejuízo das demais sanções legais.

109. Os créditos orçamentários para atender às despesas com aquisição de QR para cerimonial militar serão provisionados no PI E6SUCOLSOLE, por meio da UGR 160504 – COLOG.

110. O recurso disponibilizado pela D Abst deverá ser aplicado até a data da solenidade.

111. As solicitações serão atendidas até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo do documento na D Abst (planejamento antecipado).

112. Os créditos provisionados para a aquisição de alimentação em cerimonial militar terão prazo certo para aplicação na NC, de modo que, findo esse, serão recolhidos.

113. As solicitações de recursos para cerimonial militar só poderão ser feitas até a data limite de 31 OUT 18. Após essa data, todos os pedidos serão desconsiderados, sem reaproveitamento para o próximo exercício orçamentário, independente de pronunciamento da D Abst.

114. As solicitações dos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2019 deverão ser feitas dentro do exercício financeiro de 2018, respeitando-se os devidos prazos limites.

SOLICITAÇÕES EXTRADORINÁRIAS DO COL A1 (SOLICITAÇÕES EXTRACOL)

115. As solicitações de recursos extraordinários do COL A1, solicitações EXTRACOL, estão dispostas ao final do contrato de objetivos da SGLS, na seção “SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS”.

COL A2 – QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS)

FINALIDADE

1. Quantitativo de Subsistência é a parcela da etapa comum ou complementada de alimentação que se destina, estritamente, à aquisição de gêneros básico da alimentação, previstos no Catálogo de Especificações dos Artigos de Subsistência (CEAS), para armazenagem nos OP e posterior distribuição às OM apoiadas.

2. De acordo no o novo Catálogo de Especificações de Artigos de Subsistência (CEAS) – edição 2017 (EB40-C-30.001), Portaria nº 40-COLOG, de 10 de abril de 2017, publicado na Separata ao Boletim do Exército nº 18, de 5 de maio de 2017, deixam de ser Quantitativo de Subsistência, ficando sua licitação e aquisição proibidas como tal:

- a. Carne ovina;
- b. Doce de leite;
- c. Aveia;
- d. Flocos Açucarados;
- e. Farinha de Trigo;
- f. Mistura pronta pra pães;
- g. Tapioca;
- h. Chocolate em pó;
- i. Condimentos.

3. As RM/OP/OM que possuem esses itens já licitados, ficam proibidas de efetuar novas aquisições a partir da assinatura deste Livro. Os contratos em andamento deverão ser finalizados pelas RM/OP/OM e os gêneros recebidos pelos OP, ainda na condição de QS, a fim de que a distribuição seja feita até o consumo do estoque existente.

4. São sumaria e terminantemente proibidas quaisquer despesas com o recurso do QS que não se enquadrem em gêneros de alimentação e que não estejam previstas no CEAS, tais como:

- a. aquisição de qualquer gênero ou material que não estejam previstos no CEAS;
- b. contratação de qualquer serviço;
- c. despesas com combustíveis e energia elétrica, ainda que relacionadas com a atividade de recebimento, armazenagem e distribuição do QS.

ORÇAMENTO

5. O ano orçamentário de 2018, para fins de recursos provisionados pela D Abst para aquisição de suprimento Classe I, será de ABR 2018 a MAR 2019.

6. Para o ano de 2018, os créditos de QS e seus complementos estão contidos na ação 212B - OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES, Plano Orçamentário nº 06 – ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO, PTRES 138790.

7. Resumidamente, para a aquisição do QS tem-se o seguinte;

| AÇÃO/PERÍODO | INÍCIO | TÉRMINO |
|-------------------------|-----------|-----------|
| 212B PO 06 PTRES 138790 | 01 ABR 18 | 31 MAR 19 |

8. O cálculo do montante do QS a ser provisionado mensalmente para as RM/OP/OM considerará até 22 (vinte e dois) dias de alimentação durante um mês, para o efetivo implantado das OM (efetivo máximo) apoiadas pelos OP, assim distribuídos:

a. 18 dias úteis de expediente integral por mês, prevendo que até todo efetivo da OM (100% do efetivo implantado) poderá se alimentar nesses dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento;

b. 8 dias de final de semana (sábado e domingo), convertidos em 2 dias úteis para fins de cálculo, prevendo que até um quarto do efetivo da OM (25% do efetivo implantado) poderá se alimentar nesses dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento;

c. 4 dias de meio expediente nas sextas-feiras, convertidos em 2 dias úteis para fins de cálculo, prevendo que até a metade do efetivo da OM (50% do efetivo implantado) poderá se alimentar nestes dias, mediante justificativa e embasamento no arranhamento.

d. A distribuição acima poderá ser diferente, caso o mês possua mais ou menos dias úteis.

9. Além desses, fica determinado, salvo ordem posterior contrária de autoridade competente, que o EFETIVO ALIMENTADO AUTORIZADO em todos os dias úteis dos meses de DEZ 2018 e JAN 2019 corresponderá à metade do EFETIVO IMPLANTADO da OM (50% do efetivo implantado); para os dias de final de semana, corresponderá a um quarto do efetivo da OM (25% do efetivo implantado).

10. Para fins de equiparação, qualquer dia da semana sem expediente (como, por exemplo, feriados) possuirá a mesma autorização de alimentação, em termos de efetivo, que os dias de final de semana (25% do efetivo implantado).

11. Resumidamente, tem-se a seguinte distribuição dos dias de provimento:

| DIAS | ABR 18 A NOV 19 | | | FERIADOS | DEZ 18/JAN 19 |
|------------------|-----------------|-----|-----------|----------|---------------|
| | SEG À QUI | SEX | SAB E DOM | | |
| Dias Reais | 18 | 4 | 8 | 1 | 30 |
| Dias Convertidos | 18 | 2 | 2 | 0,5 | 11 |

12. Caso o montante de recurso orçamentário de QS recebido pela RM/OP/OM para o período determinado de emprego seja maior do que o suficiente para o saque do efetivo alimentado, deverá ser solicitado à Diretoria de Abastecimento que proceda ao estorno do valor excedente de etapas ou ao abatimento do valor excedente da provisão subsequente.

a. **O Estorno de Valor Excedente de Etapas** será realizado na forma a seguir:

1) os OP e as OM que recebem QS solicitarão o estorno a sua RM de vinculação em até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de crédito de QS relativa a uma das provisões previstas no ano;

2) em seguida, as RM deverão encaminhar à D Abst, de forma única e centralizada, as solicitações de estorno das OM e dos OP, bem como as suas (caso ela receba o crédito orçamentário), no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da nota crédito de QS;

3) ao Gab Cmt Ex, à AMAN fica facultada a solicitação via RM ou diretamente à D Abst, sendo a última possível desde que seja feita no prazo de remessa da Região Militar à Diretora;

4) às OM e aos OP que recebem crédito de QS fica facultada a solicitação via RM ou diretamente à D Abst, sendo a última possível mediante autorização documental da RM de vinculação e desde que seja feita no prazo de remessa da Região Militar à Diretora;

5) caso julguem necessários, a RM, o OP e as OM que recebem QS poderão solicitar, de forma única, o estorno acumulado no ano do valor de excedente de etapas, sendo feito após o recebimento da nota de crédito de QS da última provisão do ano e respeitando o procedimento descrito para as demais provisões;

6) o estorno será feito pela D Abst caso a RM/OP/OM mantenha o saldo disponível na conta contábil “Crédito Disponível”, devendo a RM fiscalizar e impedir que os OP/OM façam o empenho do saldo demandado para recolhimento;

7) a fim de facilitar o entendimento, temos com exemplo (datas exemplificativas): a 1ª provisão do QS para o ano de 2017 está prevista para ocorrer até 15 MAIO 17, sendo relativa ao período de JUN 17 a AGO 17; a nota de crédito chega ao OP/OM no dia 15 MAIO 17; logo o OP/OM deverá solicitar a sua RM de vinculação o estorno do valor de etapas que não serão utilizadas até 20 MAIO 17; em seguida, a RM consolida as solicitações e as remete à D Abst até 25 MAIO 17.

b. **o Abatimento do Valor Excedente de Etapas** será realizado na forma a seguir:

1) o abatimento do valor deverá ser solicitado pelos OP/OM que recebem QS a sua Região Militar de vinculação, até o último dia do mês anterior ao previsto para a realização da provisão do QR;

2) ao Gab Cmt Ex e a AMAN fica facultada a solicitação via RM ou diretamente à D Abst, sendo a última possível desde que seja feita no mesmo prazo de remessa da Região Militar à Diretoria;

3) caso julguem necessário, a RM, o OP e as OM que recebem QS poderão solicitar, de forma única, o abatimento acumulado no ano do valor de excedente de etapas apenas no último período do ano, ou seja, até o último dia do mês anterior ao previsto para a realização da provisão última provisão do QS, respeitando o procedimento descrito para as demais provisões;

4) a RM de vinculação remeterá, de forma única e centralizada, as solicitações de abatimento de etapa juntamente com as solicitações de transferência de etapa (ou seja, no mesmo documento e no mesmo período), em documento a ser regulado pela D Abst.

5) o valor excedente de etapas será abatido da próxima provisão de QS prevista para a RM/OP/OM solicitante;

6) o valor solicitado de abatimento de etapas não interfere e não se relaciona com a transferência de etapa, sendo, portanto, procedimentos com fatos geradores distintos;

7) a fim de facilitar o entendimento, temos com exemplo (datas exemplificativas): a 1ª provisão do QS para o ano de 2017 está prevista para ocorrer até 15 MAIO 17, sendo relativa ao período de JUN 17 a AGO 17; logo o OP/OM deverá solicitar a sua RM de vinculação o abatimento do valor de etapas não utilizadas até 30 ABR 17, bem como daquelas que não poderão ser sacadas até o dia 31 MAIO 17 (projeção de saque para o último mês do período considerado); em seguida, a RM consolida as solicitações e as remete à D Abst juntamente com as transferências de etapa, nos prazos previstos.

13. Para fins de definição das etapas e complementos do QS, a Diretoria de Abastecimento dividiu as OM do Exército Brasileiro por tipos, conforme a seguir:

| TIPO DE OM | UNIVERSO DE OM | ETAPA COMUM | UNIVERSO DE APLICAÇÃO DA ETAPA COMUM | COMPLEMENTO | UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO COMPLEMENTO |
|--|---|---|--|---|--|
| Categoria comum especial A, e | OM em Categoria A em guarnição comum e especial | 1 (uma) etapa de QS por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 20% a mais sobre o valor da etapa do QS | Previsto a todo efetivo implantado da OM |
| Categoria comum especial B, e | OM em Categoria A em guarnição comum e especial | 1 (uma) etapa de QS por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | 10% a mais sobre o valor da etapa do QS | Previsto a todo efetivo implantado da OM |
| OM de saúde com leitos hospitalares | Somente OM de saúde que possuam leitos hospitalares autorizados pela Diretoria de Saúde | 1 (uma) etapa de QS por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | - | - |

| | | | | | |
|---|---|---|--|---|---|
| OM com tropas especiais de fronteira | Somente OM que possuam subunidades, pelotões e destacamentos especiais de fronteira | 1 (uma) etapa de QS por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | - | - |
| OM Comum | Demais OM | 1 (uma) etapa de QS por homem e por dia | Previsto a todo efetivo implantado da OM | - | - |

14. Extraordinariamente, as OM acima ainda poderão ser provisionadas, se a situação permitir e se houver amparo legal, com etapas e complementos de QS EXTRACOL descritos nesse Livro.

15. O valor da etapa comum de alimentação, para todo território nacional, foi fixado pela Diretoria de Abastecimento em R\$ 11,65 (onze reais e sessenta e cinco centavos). Deste montante, o valor do Quantitativo de Subsistência (QS) foi fixado em R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) para o período de ABR 2018 a MAR 2019.

| ETAPA/QUANTITATIVO | QR | QS | TOTAL | INÍCIO | FIM |
|--------------------|------|------|-------|-----------|-----------|
| ETAPA | 5,45 | 6,20 | 11,65 | 01 ABR 18 | 31 MAR 19 |

16. O valor mensal do crédito de QS, descentralizado para as RM/OP/OM, será calculado pelo produto entre o valor do quantitativo do QS, o somatório das médias aritméticas do efetivo mensal das OM apoiadas pelos OP do ano de 2017 (banco de dados do CPEx) e o número de dias alimentados no mês. Poderá, ainda, conforme o tipo de OM, ser acrescido do valor de complementos. Resumidamente, tem-se:

| |
|---|
| $\text{Crédito QS} = \text{R\$ } 6,20 \times \text{até 22 dias} \times \sum \text{média do efetivo mensal das OM (CPEx) durante o ano de 2017 Ap por OP + Complemento (se for o caso)}$ |
|---|

17. Caso a média do efetivo apoiado para o ano de 2017 seja prejudicial em relação a que se configura durante o ano de 2018, a D Abst poderá estudar o caso e corrigir o cálculo, adotando o seguinte procedimento:

- a. refazer o cálculo da média do efetivo apoiado de 2017, substituindo-o pela:
 - 1) média obtida dos últimos 12 meses anteriores ao mês da realização da descentralização;
 - 2) média de anos anteriores ou, por último;
 - 3) média obtida entre os meses do ano de 2018.
- b. antes de proceder com a solicitação, a RM/OP/OM deverá estudar, minuciosamente, o seu efetivo atual, comparando-o com o do ano anterior tomado por base para a composição da média aritmética;
- c. apenas as divergências acentuadas no comparativo entre as médias do ano atual e do ano anterior (tomado por base para fins de provisão) serão levadas em

consideração para possível correção; não será levado em consideração somente o efetivo de um determinado mês para fins de comparação;

d. no estudo do caso, a D Abst poderá solicitar documentos comprobatórios às RM e/ou OP, como o inventário de estoque de gêneros nos OP, a quantidade de gêneros a receber de empenhos não liquidados e/ou em restos a pagar, a quantidade de gêneros existentes nas OM apoiadas, entre outros que demonstrem a situação patrimonial e a necessidade de se corrigir o efetivo para fins de complemento de etapas;

e. caso o pedido seja julgado procedente, as demais provisões do ano serão realizadas com base na nova média obtida.

18. O pessoal PTTC (considerado militar em atividade) somente será computado para fins de provisão de QS, caso a RM/OP/OM consigam demonstrar que sua existência gerou impacto no montante de gêneros alimentícios a ser adquirido para um determinado período. Nesse caso, deve-se obedecer ao seguinte:

a. na prática, deverá ser demonstrado que todas as etapas de QR foram consumidas em uma determinada OM, para um determinado período, para, tão somente, se pleitear as etapas dos PTTC;

b. nessa situação, adotar-se-á o procedimento de cálculo previsto para o QR relativo aso PTTC, aos demais militares no que tange aos PTTC;

c. não fazem jus à alimentação em rancho e, portanto, ao QS, os PTTC que recebem qualquer forma de auxílio-alimentação.

19. No que tange ao direito de receber os créditos orçamentários das etapas de QR, somente as RM/OP poderão recebe-lo. O crédito do QS será descentralizado diretamente às RM/OP autorizadas. Constituem exceção as seguintes OM:

- a. Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva;
- b. Academia Militar das Agulhas Negras;
- c. Centro de Inteligência do Exército; e
- d. Gabinete do Comandante do Exército.

20. Durante o exercício financeiro e mediante informação antecipada, o Diretor de Abastecimento poderá mudar a destinação do envio do crédito de QS da RM para os OP, ou vice-versa, a fim obter melhor eficiência e controle da execução orçamentária.

21. As descentralizações do QS para todas as OM, no ano de 2018, serão as seguintes:

- a. a primeira provisão cobrirá o período de ABR 18 a JUL 18;
- b. a segunda provisão cobrirá o período de AGO 18 a NOV 18; e
- c. a terceira provisão cobrirá o período de DEZ 18 a MAR 19.

22. As descentralizações do QS ocorrerão com antecedência de até 20 (vinte) dias do primeiro dia do período previsto para o consumo. Assim, resumidamente, tem-se:

| PROVISÃO | PERÍODO | PREVISTO ATÉ | OBS |
|-------------|-----------------|--------------|--|
| 1ª PROVISÃO | ABR 18 a JUL 18 | 10 MAR 18 | Datas da realização das provisões poderão sofrer atrasos |
| 2ª PROVISÃO | AGO 18 a NOV 18 | 10 JUL 18 | |
| 3ª PROVISÃO | DEZ 18 a MAR 19 | 10 NOV 18 | |

23. As descentralizações de QS poderão sofrer variações em seus valores previstos para cada período, em face de:

- a. abatimento do montante previsto em face de saldo de crédito disponível, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- b. abatimento do montante devido em face de saldo de empenhos a liquidar maior ou igual a um mês de provisão do ano corrente, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- c. para a primeira provisão do ano, abatimento do montante previsto em face de saldo de restos a pagar a liquidar maior ou igual a um mês de provisão do ano corrente, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- d. para as demais provisões do ano (ou seja, exceto a primeira), abatimento do montante previsto em face de saldo de restos a pagar a liquidar, existente no último dia do mês anterior ao da provisão;
- e. abatimento ou acréscimo de etapas transferidas (sistemática demonstrada nesse livro);
- f. abatimento ou estorno por solicitação da OM em face de não conseguir sacar determinado número de etapas no período previsto para o seu consumo (sistemática demonstrada nesse livro);
- g. abatimentos de eventuais adiantamentos de crédito.
- h. adoção de outra média do efetivo considerado.

24. Os abatimentos serão aplicados em cada provisão prevista ao longo do ano.

- a. O Diretor de Abastecimento poderá não aplicar um ou mais tipos dos abatimentos descritos anteriormente em umas das provisões caso julgue necessário;
- b. O Diretor de Abastecimento poderá aplicar um ou mais tipos dos abatimentos descritos anteriormente somente na última provisão do ano caso julgue necessário.

25. Por ocasião da descentralização do QS, o saldo a ser enviado à OM será o valor líquido, resultante do somatório do valor previsto com os abatimentos e os acréscimos existentes. Dessa forma, a D Abst remeterá às RM, caso essas solicitem, a memória de cálculo, demonstrando como foi obtido o valor líquido do QS. Os OP/RM/Gpt Log/OM poderão contatar a D Abst, para obterem informações sobre o cálculo do QS provisionado.

26. Afim de evitar problemas quanto ao valor a ser recebido de QS por uma determinada RM/OP/OM, recomenda-se que, ao se aproximar o fechamento do mês anterior às provisões previstas, seja feito um estudo detalhado nos empenhos em restos a pagar a liquidar, a liquidar e no crédito disponível existente.

27. Recomenda-se, ainda, que seja dada atenção especial aos empenhos em restos a pagar, sobretudo aqueles que foram reinscritos de outros exercícios. Anualmente, o Governo Federal publica decretos que preveem o bloqueio de restos a pagar. A fim de evitar transtornos, os saldos ainda não liquidados devem sofrer minucioso acompanhamento, objetivando que sejam adimplidos até o final de MAR 2018. Nesse sentido, ressalta-se:

a. os empenhos em restos a pagar, cujas previsões de entrega do objeto tenham ultrapassado o prazo pactuado em contrato, ensejam a abertura de processo administrativo;

b. nenhum resto a pagar pode ser cancelado sem o devido processo legal, sob pena de responsabilização dos agentes administrativos envolvidos.

28. Caso a OM não consiga proceder à liquidação dos restos a pagar a liquidar e dos empenhos a liquidar até os prazos previstos para acontecer os abatimentos, somente poderá justificar o ocorrido caso esses empenhos se encontrem em lide administrativa ou judicial, com o devido processo aberto. Assim poderá remeter a solicitação à D Abst, via RM de vinculação, informando:

a. o motivo da impossibilidade da liquidação;

b. o número do empenho;

c. o favorecido do empenho;

d. o prazo contratual previsto para a entrega do objeto;

e. se há ou não abertura de processo administrativo por parte da OM;

f. o número do processo administrativo.

29. Os créditos disponíveis que, por ventura, sejam descontados nos abatimentos não terão nenhum tipo de justificativa aceita pela D Abst.

30. Para o ano de 2018, os valores previstos para o QS, por RM/OP/OM, serão os seguintes:

| RM | EFETIVO RM | % | VALOR QS REGIONAL | RM/OM | EFETIVO OM | VALOR QS TOTAL 2018 |
|-------|------------|--------|-------------------|------------|------------|---------------------|
| 1ª RM | 43.315,31 | 19,77% | 64.990.284,46 | Cmdo 1ª RM | 38.727,39 | 58.106.574,29 |
| | | | | AMAN | 4.587,92 | 6.883.710,17 |
| 2ª RM | 18.658,03 | 8,52% | 27.994.513,21 | Cmdo 2ª RM | 18.658,03 | 27.994.513,21 |
| 3ª RM | 34.495,40 | 15,74% | 51.756.902,92 | Cmdo 3ª RM | 13.573,94 | 20.366.334,34 |
| | | | | DSSA | 7.859,50 | 11.792.393,80 |
| | | | | DSSM | 13.061,97 | 19.598.174,79 |
| 4ª RM | 9.985,67 | 3,59% | 14.982.494,27 | Cmdo 4ª RM | 9.985,67 | 14.982.494,27 |
| 5ª RM | 17.155,08 | 5,96% | 25.739.487,03 | Cmdo 5ª RM | 17.155,08 | 25.739.487,03 |

| | | | | | | |
|--------|------------|---------|----------------|---------------------|------------|----------------|
| 6ª RM | 4.854,83 | 4,56% | 7.284.191,93 | Cmdo 6ª RM | 4.854,83 | 7.284.191,93 |
| 7ª RM | 15.198,67 | 7,83% | 22.804.079,47 | Cmdo 7ª RM | 15.198,67 | 22.804.079,47 |
| 8ª RM | 9.673,89 | 2,22% | 14.514.699,10 | Cmdo 8ª RM | 9.673,89 | 14.514.699,10 |
| 9ª RM | 14.981,43 | 6,94% | 22.478.142,57 | 9ª B Sup | 14.981,43 | 22.478.142,57 |
| 10ª RM | 5.960,58 | 4,41% | 8.943.259,23 | Cmdo 10ª RM | 5.960,58 | 8.943.259,23 |
| 11ª RM | 24.659,42 | 11,25% | 36.998.988,77 | 11ª D Sup | 23.675,92 | 35.523.345,37 |
| | | | | Gab Cmt Ex | 537,92 | 807.090,17 |
| | | | | CIE | 445,58 | 668.553,23 |
| 12ª RM | 20.180,83 | 9,21% | 30.279.322,33 | Cmdo 12ª RM | 15.188,00 | 22.788.075,20 |
| | | | | Cmdo 17ª Bda Inf SI | 4.992,83 | 7.491.247,13 |
| Total | 219.119,15 | 100,00% | 328.766.365,30 | | 219.119,15 | 328.766.365,30 |

31. Os valores contratados poderão sofrer modificações ao longo do ano em função da variação do efetivo, do acréscimo ou abatimento de transferência de etapa, de abatimentos previstos nesse livro, da dilação do prazo de emprego do recurso, da variação do valor da etapa e, até mesmo, disponibilidade orçamentária.

32. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A2 são compostos, ordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|--|---------------|-------------|--|
| Etapa comum do QS | E6SUCOLA2QS | Etapa | É a etapa comum e ordinária do dia-a-dia das OM, sendo valor base para os demais complementos. Seu valor destina-se ao sustento de um homem por dia (incluindo café, almoço, jantar). |
| Complemento de OM em localidades especial ou comum, tipo A e B | E6SUCOLCEQS | Complemento | É o valor além da etapa comum, em caráter ordinário, destinado às OM em Categoria A ou B, em localidade Especial e Comum, correspondendo a 10% ou 20% da etapa base do QS, conforme a localidade seja, respectivamente, Comum ou Especial. |

33. Os recursos orçamentários do COL A2 também são compostos, extraordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|---|---------------|-------------------|---|
| Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS | E6SUEXCA2QS | Etapa/Complemento | É a etapa extraordinária de QS, prevista para situações nas quais a etapa comum não é empregada, ou seja, não pode ser concomitante à etapa comum. Possui o mesmo valor da etapa comum, devendo ser sacada por homem e por dia. Quando empregado como complemento, possuirá o mesmo valor dos complementos previstos na etapa comum e poderá ser empregada em caráter cumulativo à etapa. Ainda como complemento para demais situações, sobretudo aquelas que envolvam emprego de refeições não usuais, terá valor diferenciado, de modo que não poderá ser superior a uma etapa comum de QS. Caberá ao Diretor de Abastecimento propor, de acordo com o caso concreto, os valores diversos, devendo justificar o motivo. |
| Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS para operações militares, manobras e operações logísticas | E6SUEXCOPQS | Etapa/Complemento | É a etapa extraordinária de QS, destinada às OM que empreguem homens em operações militares, manobras e operações logísticas de caráter real, cuja dotação orçamentária específica não foi prevista pelo EB. Além disso, destina-se às situações nas quais a etapa comum não é empregada, ou seja, não pode ser concomitante a essa. Possui o mesmo valor da etapa comum, devendo ser sacada por homem e por dia. O Diretor de Abastecimento poderá propor, de acordo com o caso concreto, valor diverso, devendo justificar o motivo. Quando empregado como complemento, não poderá exceder o valor de 1 (uma) etapa de QS e poderá ter o emprego cumulativo à etapa comum ou à dotação orçamentária específica, devendo-se justificar o motivo. |

34. Os recursos de COL A2, tanto ordinários quanto extraordinários, disponibilizados no PI E6SUCOLA2QS, E6SUCOLCEQS, E6SUEXCA2QS e E6SUEXCOPQS terão aplicação limitada ao seguinte subitem:

- a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|------------------------|
| 07 | Gêneros de alimentação |

35. O quadro anterior demonstra, claramente, que a possibilidade de empenho dos planos internos do COL A2 está restringida, tão somente, à aquisição de gêneros de alimentação. Essa limitação decorre do próprio conceito de QS, que visa a adquirir, apenas, gêneros de alimentação descritos no CEAS.

36. O prazo máximo para empenho dos recursos orçamentários do COL A2 É 30 NOV 18.

APLICAÇÃO

37. Durante os 22 (vinte e dois) dias de provimento do QS, considerados para fins orçamentários, o OP somente poderá fornecer gêneros correspondentes aos dias efetivamente alimentados pelas OM.

38. Dessa forma, o fato da RM/OP terem sido provisionadas com tantos dias de recurso orçamentário, não implica que o fornecimento de gêneros deverá ser com base na mesma quantidade de dias.

39. O que reflete o consumo de gêneros do QS, da mesma forma que o QR, é o EFETIVO ALIMENTADO, e não o EFETIVO IMPLANTADO.

40. Para tanto, o OP deverá observar o seguinte:

a. as OM deverão enviar seus QDAA (Quadro Demonstrativo de Atividade Aprovisionamento) aos OP até o 5º dia do mês subsequente ao vencido, a fim de que esse possa calcular a provisão subsequente de QS;

b. com base nos QDAA, os OP calcularão o ressuprimento de gêneros das OM;

c. o ressuprimento de QS deve se basear no conceito de Fator de Consumo de cada gênero, que deverá ser feito para cada artigo do QS, tanto ao nível de OM quanto ao nível Regional (somatório dos FC das OM);

d. o FC de cada artigo do QS por OM deve ser resultado da média aritmética dos últimos doze meses de expediente integral;

e. em caso de mês com meio expediente, o FC não pode ser superior a 50 % daquele considerado para o expediente integral;

f. o FC de cada artigo do QS por OM deve refletir a realidade de arranhamento das OM, ou seja, ser fruto do saque com base no efetivo alimentado;

g. Deverá, ainda, ser observado que os OP serão responsáveis por consolidarem os FC regionais para cada artigo do QS, o que auxiliará quando da confecção da requisição ao processo licitatório e/ou de aquisição.

h. Porém, a fim de estabelecer margem de segurança, sugere-se que os OP façam o ressuprimento mensal das OM para cada artigo do QS, recompletando a quantidade prevista para os 22 (vinte e dois) dias.

i. sugere-se que os OP façam o ressuprimento mensal das OM para cada artigo do QS, recompletando a quantidade prevista para os 22 (vinte e dois) dias.

**Quantidade de ressuprimento = 22 dias de suprimento de QS – consumo mensal
(base no efetivo alimentado e no saque de etapas reduzidas)**

j. os OP deverão guiar os seus artigos do QS por meio de guia de fornecimento (e não por outro documento);

k. as guias de fornecimento devem:

1) ser acompanhadas de Nota de Sistema/Lançamento movimentando o saldo para OM destinatária;

2) estar devidamente numeradas e assinadas pelo Chefe do OP;

3) ser quitadas pelo militar responsável pelo recebimento na OM.

l. os OP deverão fazer a transferência patrimonial dos gêneros guiados as OM tempestivamente, observando:

1) tão logo a guia de fornecimento seja emitida, o mesmo deverá ser feito com documento contábil no SIAFI, colocando o saldo patrimonial em trânsito;

2) tão logo a guia de fornecimento seja quitada pela OM recebedora do QS, o OP deverá envidar esforços para que essa proceda a baixa da conta em trânsito, dando a quitação da guia.

m. o ressuprimento das OM deve ser automático, sem a emissão de Ordem de Fornecimento das RM.

41. Caberá ao Ordenador de Despesas de cada OM justificar o saque das etapas do QS, bem como de seus complementos, nos documentos usuais de serviço do aprovisionamento previstos na Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987 e nas orientações estabelecidas neste Livro.

42. Os seguintes documentos da Portaria nº 25 – DGS, de 26 de novembro de 1987, continuam em vigor e subsidiam o saque das etapas do QS:

a. Vale Diário;

b. Vale Total;

- c. Cardápio;
- d. Mapa de Gêneros;
- e. Grade Numérica de Etapas Reduzidas;
- f. Grade Numérica de Etapas Completas;
- g. Nota para Boletim Interno.

43. Dessa forma, as OM deverão observar o seguinte:

- a. as OM que recebem os artigos do QS dos OP devem executar escrituração contábil necessária do suprimento durante o ciclo de seu consumo.
- b. os gêneros do QS deverão ser recebidos por guias de fornecimento emitidas pelo OP (e não por outro documento), realizando a devida quitação;
- c. as guias deverão ser apropriadas no SIAFI e no SIMATEX, considerando valores e quantidades constantes do documento;
- d. o saque das quantidades do QS nas OM deve ser feito com base no efetivo alimentado, e não no efetivo implantado;
- e. o arranchamento nominal e os vales diários serão a base para compor o EFETIVO ALIMENTADO do dia, por meio de consolidação do vale total;
- f. compõem o efetivo alimentado os militares autorizados a realizar refeição em rancho;
- g. as etapas reduzidas serão a base para o saque do QS;
- h. os vales totais serão a base para compor o total das etapas reduzidas do dia, que devem ser discriminadas por refeição;
- i. os cardápios nortearão quais gêneros serão sacados no dia, uma vez que indicam o que será servido de alimentação em cada refeição;
- j. com base no cardápio, nas etapas reduzidas do vale total de rações e na quantidade tabelar para cada artigo do QS, será confeccionado o mapa de gêneros, documento que discrimina a quantidade total de gêneros que será sacada do depósito de gêneros;
- k. no que tange às quantidades tabelares, deve-se considerar as especificações da Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos da Ração, prevista na Portaria no 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005;
- l. uma vez sacadas as etapas de QS, essas devem ser publicadas em Boletim da OM, por dia e por refeição;
- m. As saídas diárias de material devem ser lançadas, igualmente, no SISCOFIS, a fim de registrar o movimento patrimonial;

n. o desrelacionamento contábil dos gêneros, para fins de movimentação patrimonial no SIAFI, deve ser feito, pelo menos, uma vez por semana, com base no Boletim emitido pelo SIMATEX;

o. a atualização do SISCOFIS WEB deve ser feita, pelo menos uma vez por semana, com base no SIMATEX.

p. uma vez encerrado o mês, as OM deverão remeter aos OP, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente o QDAA (Quadro Demonstrativo de Atividade Aprovisionamento), documento responsável por indicar o movimento de saldos dos artigos do QS que entram, que são consumidos e que restam em depósito da OM no final de cada mês.

44. As RM/OP devem fazer a gestão do crédito para aquisição do QS, acompanhando o consumo mensal das OM apoiadas, a fim de dimensionar a quantidade de suprimento a ser adquirida, a demanda total das OM vinculadas, a capacidade de armazenagem do OP, a capacidade de armazenagem das OM, o modal de transporte para as OM, o tempo de transporte até as OM e o tempo de validade dos itens de suprimento. A não observância deste procedimento poderá acarretar a quebra de estoque, por falta de gêneros ou por vencimento do prazo de validade.

45. As RM devem analisar o consumo das OM apoiadas em conjunto com os OP, para fins de composição do FC regional de cada artigo, realizando estudos nos Quadros Demonstrativos de Atividade de Aprovisionamento (QDAA), e se preparando para efetuar o provimento das OM apoiadas. Deve-se, ainda, destacando-se os seguintes aspectos:

46. Não haverá transposição de crédito do QS para QR (economia de QS), pois os saldos de crédito de QS não executados serão recolhidos para novo emprego a ser definido pela D Abst.

47. Os OP devem, até o quinto dia útil de cada mês, enviar à D Abst e às RM o Mapa de Acompanhamento da Gestão de Artigos de Subsistência (MAGAS) relativo ao mês anterior, juntamente com o inventário do SISCOFIS e o saldo patrimonial do SIAFI da conta gêneros de alimentação em estoque de distribuição, cujos valores deverão estar conciliados.

TRANSFERÊNCIA DE ETAPA

48. A transferência de etapa do QS entre OM ocorrerá sempre que houver o arranchamento de militares de uma OM do EB estranhos à outra.

49. A transferência de etapa é regra geral e primeira opção a ser considerada quando houver deslocamento de militares entre OM com respectivo consumo de alimentação, não devendo, portanto, a OM apoiadora solicitar crédito extraordinário.

50. A transferência de etapa ocorrerá nas seguintes situações:

- a. PCI;
- b. Cursos;
- c. Estágios;
- d. Simpósios;
- e. Reuniões;
- f. Visitas de auditoria e inspeção;
- g. Operações militares;
- h. Demais assuntos.

51. No ciclo da transferência de etapa figuram os seguintes agentes:

- a. A Organização Militar Apoiadora, quem fornece alimentação aos militares de outras OM;
- b. A Organização Militar Apoiada, cujos militares recebem alimentação em outras OM;
- c. A Região Militar da OM apoiadora, aquela cujas OM apoiadoras estão sob sua jurisdição;
- d. A Região Militar da OM apoiada, aquela cujas OM apoiadas estão sob sua jurisdição;
- e. O Órgão Provedor das OM Apoiada: aquele cujas OM apoiadas estão vinculadas para fins de recebimento do QS;
- f. O Órgão Provedor das OM Apoiadoras: aquele cujas OM apoiadoras estão vinculadas para fins de recebimento do QS.

52. **Transferência de etapas entre OM apoiadas por um mesmo OP/RM:**

- a. A OM Apoiadora remete o QDAA para o seu OP de vinculação, informando o número de militares, o número de seus dias arranchados e as suas OM de origem;
- b. O OP, após receber o QDAA, na provisão seguinte do QS, realiza automaticamente a suplementação de gêneros do QS na OM apoiadora e o desconto nas OM apoiada.

53. **Transferência de etapas entre OM apoiadas por OP/RM distintos:**

- a. A OM Apoiadora remete o QDAA para o seu OP de vinculação, informando o número de militares, o número de seus dias arranchados e as suas OM de origem;

b. O OP consolida a quantidade de gêneros consumida, com base na quantidade tabelar, no número de militares e no número de dias de arranhamento, calculando o valor necessário para reposição desses artigos, tomando por base os preços de sua licitação vigente;

c. O OP que prestou o apoio à OM apoiadora informa a sua Região Militar de vinculação o tipo de artigo, a quantidade e o valor necessário a ser transferido, indicando de qual OP e de qual RM deve ser descontado o montante, com base nas informações recebidas dos QDAA das OM;

d. A RM do OP e da OM que prestaram o apoio informa a RM das OM que foram apoiadas que será descontado o valor necessário à reposição dos artigos consumidos.

e. A RM das OM apoiadas remete documento concordando ou alterando o desconto do valor;

f. A RM do OP que prestou o apoio remete a D Abst os valores necessários a serem descontados nas janelas indicadas nesse livro, com a indicação dos documentos das RM apoiadas que concordaram com o desconto do valor;

g. A D Abst, recebendo o documento, procede ao desconto das de etapas na próxima provisão de QS da RM/OP apoiados, acrescentando o valor correspondente nas provisões de QS das RM/OP apoiadores.

54. As transferências de etapas somente serão recebidas pela D Abst caso deem entrada nesta Diretoria na primeira semana do mês anterior ao período previsto da provisão do QS. Ex: período da 1ª Provisão do QR: MAIO a AGO; logo, a semana para solicitação de transferência de etapa será a primeira semana do mês de ABR.

55. Serão três períodos de para que a documentação de transferência de etapa do QS remetida pela RM dê entrada na D Abst:

| PROVISÃO/DATA | DATA DA TRANSFERÊNCIA DE ETAPA | DOCUMENTAÇÃO | UNIVERSO |
|--------------------|--|---|---|
| 1ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de MAR 2018 | DIEx às RM, que encaminhará a D Abst conforme regra do COL A2 | Todos os militares do EB que tenha feito refeições fora de sua OM de origem |
| 2ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de JUL 2018 | | |
| 3ª PROVISÃO | Até o final da primeira semana de NOV 2018 | | |

56. Para fins de quantificar o valor a ser transferido de etapa entre RM/OP, será adotada a seguinte fórmula:

| |
|---|
| Crédito consumido = valor do QS X duração do apoio em dias X efetivo apoiado |
|---|

57. Nas operações militares em que o efetivo de um OM se arranche em outra, mesmo havendo dotação orçamentária específica para isto, a OM de origem dos militares terá sua etapa descontada pela D Abst, evitando o duplo arranhamento.

58. A D Abst padronizará o documento que será remetido das RM para a Diretoria, solicitando a transferência de etapas, a fim de facilitar o trabalho de consolidação.

LICITAÇÃO

59. Os Comandos de Região Militar (Cmdo RM) devem realizar os pregões de forma centralizada, para todas as OM sob sua jurisdição. Além das RM, somente as seguintes OM estão autorizadas a realizar licitação própria do QS:

- a. Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva;
- b. Academia Militar das Agulhas Negras;
- c. Gabinete do Comandante do Exército;
- d. Centro de Inteligência do Exército.

60. Os RM/OP e as demais UG provisionadas com crédito do QS devem promover um metódico estudo dos artigos e das quantidades a serem adquiridas, empregando a descrição mais detalhada possível. Para isso, deve-se considerar, a fim de obter um melhor aproveitamento do crédito orçamentário disponível, entre outros fatores:

- a. A pesquisa de satisfação das OM dos artigos licitados anteriormente, bem como suas novas sugestões, a fim de definir o que será licitado;
- b. O consumo real de QR das OM durante o ano, evitando a formação de atas com quantidades superestimadas e conseqüente deturpação do preço final;
- c. A capacidade de estocagem da OM, a fim de verificar se a OM suporta o tipo de item a ser adquirido;
- d. Os cardápios previstos nas OM, podendo a RM promover tentativas de padronização, a fim de licitar todos os artigos necessários;
- e. A sazonalidade dos produtos, a fim de aproveitar a melhor época para a aquisição do produto;
- f. A variação dos preços dos produtos durante o ano, a fim de obter um preço vantajoso e garantir o equilíbrio contratual durante toda a vigência.

61. Dessa forma, as RM/OP e as demais UG provisionadas com crédito do QS devem realizar pelo menos dois pregões de QS por ano, com validade de oito meses, a fim de dar flexibilidade na sobreposição de dois meses de uma licitação para outra. Além disso, em face da recente instabilidade econômica do País, caso a RM/OP/OM não realizem mais

de um pregão durante o ano, poderão ensejar oportunidades para que a licitante e/ou contratada pleiteiem reajuste do preço da ata e/ou reequilíbrio econômico do contrato, prejudicando, sobremaneira, o planejamento orçamentário desta Diretoria.

62. O procedimento licitatório deve ser iniciado com, pelo menos, seis meses de antecedência em relação à data prevista para o recebimento dos artigos, seguindo a legislação vigente e as orientações dos controles interno e externo. A RM/OP ou a OM responsável pela realização da licitação do QS deve planejar a quantidade total de cada item a ser licitado com base no consumo histórico, não devendo esta quantidade ser superior a oito meses de consumo.

63. A modalidade de licitação prevista para aquisição do QS é o pregão, na forma eletrônica, não sendo admissível outra modalidade. As RM/OM devem observar, ainda, o seguinte:

a. as quantidades licitadas levem em conta o FC regional de cada artigo do QS, multiplicado pelo número de meses que se pretende fazer a duração da ata (oito meses, preferencialmente);

b. as pesquisas de preços sejam realizadas levando-se em conta a pesquisa nacional do valor do item, acrescida dos preços praticados em outras licitações (especialmente nas licitações das outras RM);

c. os prazos de entrega dos gêneros sejam exequíveis por parte da contratante (ao menos vinte dias), evitando-se a restrição ao caráter de competição e sua consequente elevação dos preços licitados;

d. as licitações prevejam capacitação técnica para as licitantes dentro dos limites legais, exigindo-se documentação que comprove que a licitante tem condições de entregar gêneros similares ou correlatos em quantidades compatíveis com as licitadas;

e. os editais de licitação prevejam, obrigatoriamente, a existência de minuta de contrato com todas as cláusulas obrigatórias legais;

f. seja exigida amostra na fase de aceitação de proposta, dado que é um excelente mecanismo de comprovação daquilo que a licitante pretende ofertar, desde que previamente disciplinado em edital e prevendo tempo razoável para a entrega por parte da licitante; e

g. seja exigida garantia contratual ou de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido, dado que são mecanismos eficazes para inibir a participação de empresas aventureiras nos certames licitatórios.

64. Para que o COLOG possa acompanhar a situação dos preços praticados para cada artigo do QS no âmbito regional, os Cmdo RM/OP e demais UG provisionadas com

crédito do QS devem enviar à D Abst, até o quinto dia útil após a homologação do certame licitatório, os seguintes documentos:

- a. cópia das requisições que originaram o processo licitatório;
- b. cópia do parecer jurídico que autorizou a realização do processo licitatório;
- c. cópia do termo de homologação da licitação; e
- d. planilha editável contendo o valor de cada item da licitação do QS.

65. A requisição para o processo licitatório deve ser elaborada pelo OP vinculado à RM e a descrição dos itens deve observar, rigorosamente, as normas estabelecidas no Catálogo de Especificações de Artigos de Subsistência (CEAS) – edição 2017 (EB40-C-30.001), Portaria nº 40-COLOG, de 10 de abril de 2017, publicado na Separata ao Boletim do Exército nº 18, de 5 de maio de 2017. A requisição para o processo licitatório deve conter, obrigatoriamente:

- a. a descrição do item conforme o CEAS;
- b. as quantidades de cada item com base no FC regional;
- c. a data prevista para a duração das quantidades de cada item do QS a ser adquirido; e
- d. a quantidade existente de cada artigo do QS em estoque de distribuição na data prevista para remessa da requisição à RM.

66. Da mesma forma, para cada aquisição da RM ou do OP, deve ser emitida uma requisição do OP que justifique a demanda, contendo as mesmas informações do parágrafo anterior.

67. A fiscalização contratual, durante todo o processo de recebimento dos artigos do QS, deve ser exercida. As contratadas que não tenham cumprido o prazo contratual para a entrega dos artigos do QS, devem ser, de imediato, sancionadas, evitando acordos não oficiais para dilação do prazo de entrega e perda do poder sancionador. Sobre a fiscalização contratual, observa-se, ainda:

- a. a aplicação de sanções de modo oportuno e legal é um instrumento eficaz para coibir a participação de fornecedores inidôneos nos futuros processos licitatórios;
- b. não se deve oportunizar às Contratadas que costumam praticar inexecuções totais ou parciais contratuais novas tentativas de entrega do objeto, pois, nas diversas auditorias realizadas por esta Diretoria, tem-se verificado que os problemas existentes na entrega do QS são oriundos, em boa parte, de empresas reincidentes.
- c. as punições devem ser registradas no SICAF; e

d. a abertura de processo administrativo disciplinar não impede a iniciativa de outros processos nas esferas civil e penal, de modo que estas devem ser provocadas sempre que haja existência de fato gerador cabível.

68. A fim de permitir a fiscalização por parte das RM e das ICFEx, bem como dos auditores da D Abst, os COS dos OP deverão manter arquivo, em processo autuado único, dos seguintes documentos para o recebimento de cada item do QS (o que não exclui a existência dos originais em registro de conformidade de gestão):

- a. Nota de Empenho;
- b. Termo de Contrato;
- c. Termo de Recebimento Provisório;
- d. Termo de Análise Prévia;
- e. Termo de Recebimento Definitivo;
- f. Laudo Fiscal Conclusivo;
- g. NL de apropriação Patrimonial;
- h. Termo de Retirada de Amostras;
- i. Boletim Interno de nomeação da equipe de recebimento do gênero;
- j. Boletim Administrativo que publicou a inclusão em carga do gênero; e
- k. processo administrativo de apuração em caso de inexecução parcial ou total do contrato e aplicação de penalidades contratuais previstas (se for o caso).

69. Empenhos inscritos em Restos a Pagar devem ser liquidados antes do final de março de 2018. No entanto, a RM deve executar, quase que totalmente, o recebimento dos itens do QS dentro do ano calendário de 2018, sobretudo aqueles de maior valor e durabilidade (carnes, leite, arroz, feijão e café), a fim de evitar a inscrição desnecessária em restos a pagar e a consequente falta de flexibilização em caso de rescisão contratual. A RM deve observar, ainda:

a. Em data próxima do encerramento do exercício financeiro, analisar se os valores previstos para inscrição em restos a pagar são relativos aos gêneros do QS que estejam dentro do cronograma contratado para a entrega, promovendo, desde já, a abertura de processo administrativo disciplinar daqueles fornecedores que já se encontram em mora e inexecução contratual (parcial ou total) e, se possível, a anulação do empenho, a fim de possibilitar nova contratação oportuna;

b. a RM/OP deve promover a análise prévia das empresas que terão seus empenhos inscritos em restos a pagar, a fim de verificar se elas são contumazes em inexecução contratual e/ou pedidos de reequilíbrio contratual; e

c. os empenhos inscritos em RP não devem ser cancelados sem o devido processo administrativo, a fim de apurar a responsabilidade das partes.

70. Atingidas as metas estabelecidas por este COL A2 para duração dos estoques, as RM poderão adquirir outros itens de alimentação, de acordo com os hábitos alimentares do efetivo apoiado, observando-se os parâmetros técnicos do CEAS na aquisição, o controle de qualidade no recebimento (LIAB) e a relação: validade do item versus tempo de armazenamento no OP.

LICITAÇÃO POR CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

71. As licitações por chamada pública para aquisição na de gêneros alimentícios na agricultura familiar deverão seguir o mesmo procedimento descrito na seção desse livro que trata sobre esse assunto, disposta no COL A1 – QUANTITATIVO DE RANCHO.

SOLICITAÇÕES EXTRADORINÁRIAS DO COL A2 (SOLICITAÇÕES EXTRACOL)

72. As solicitações de recursos extraordinários do COL A2, solicitações EXTRACOL, estão dispostas ao final do contrato de objetivos da SGLS, na seção “SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS”.

COL A3 – RESERVA REGIONAL

FINALIDADE

1. A Reserva Regional (Res Reg) é o complemento ou o quantitativo da etapa (dependendo do emprego) que visa a atender às necessidades eventuais das OM das Regiões Militares, sendo, portanto, destinada à aquisição de gêneros do Quantitativo de Rancho (QR) ou ao fornecimento de alimentação em rancho.

2. Pode ser empregado como quantitativo de etapa comum ou complementada, bem como algum de seus complementos, tanto em caráter ordinário ou em extraordinário, sendo este último autorizado pelo Diretor de Abastecimento.

3. A forma de emprego dependerá da solicitação da RM, do enquadramento pela D Abst e da autorização do Diretor de Abastecimento.

4. Engloba as seguintes atividades (rol taxativo):

- a. estágios de instrução, especialmente aqueles a cargo da RM, inclusive os de formações de praças e oficiais temporários;
- b. cursos, especialmente aqueles a cargo da RM, inclusive os de formações de praças e oficiais temporários;
- c. simpósios;
- d. reuniões diversas no âmbito da Região Militar;
- e. reuniões de comando no âmbito da Região Militar;
- f. treinamentos para formaturas e operações militares;
- g. formaturas e operações militares no âmbito da Região Militar para as quais não se destinem disponibilidade orçamentária específica;
- h. cerimonial militar não previsto para atendimento no Contrato de Objetivos Logísticos.

5. Como regra geral, as despesas extraordinárias de QR ou fornecimento de alimentação que se fizerem necessárias no âmbito das OM de uma determinada RM deverão ser atendidas pela Reserva Regional, excetuando-se aquelas que já possuem outras formas de atendimento específicas.

ORÇAMENTO

6. O valor destinado a cada Região Militar corresponde a 2% (dois por cento) do somatório do QR ordinário (COL) das suas OM jurisdicionadas, ficando este crédito hipotecado ao controle da Diretoria de Abastecimento.

7. Os valores previstos para Reserva Regional para o ano de 2018 são os que se seguem:

| RM | EFETIVO RM | % | VALOR QR REGIONAL | VALOR RESERVA REGIONAL 2018 |
|--------------|-------------------|----------------|-----------------------|-----------------------------|
| 1ª RM | 43.315,31 | 19,77% | 57.128.556,50 | 1.142.571,13 |
| 2ª RM | 18.658,03 | 8,52% | 24.608.080,16 | 492.161,60 |
| 3ª RM | 34.495,40 | 15,74% | 45.495.987,25 | 909.919,74 |
| 4ª RM | 9.985,67 | 4,56% | 13.170.095,77 | 263.401,92 |
| 5ª RM | 17.155,08 | 7,83% | 22.625.839,41 | 452.516,79 |
| 6ª RM | 4.854,83 | 2,22% | 6.403.039,68 | 128.060,79 |
| 7ª RM | 15.198,67 | 6,94% | 20.045.521,47 | 400.910,43 |
| 8ª RM | 9.673,89 | 4,41% | 12.758.888,73 | 255.177,77 |
| 9ª RM | 14.981,43 | 6,84% | 19.759.012,42 | 395.180,25 |
| 10ª RM | 5.960,58 | 2,72% | 7.861.413,36 | 157.228,27 |
| 11ª RM | 24.659,42 | 11,25% | 32.523.304,64 | 650.466,09 |
| 12ª RM | 20.180,83 | 9,21% | 26.616.501,08 | 532.330,02 |
| Total | 219.119,15 | 100,00% | 288.996.240,46 | 5.779.924,81 |

8. Caso não haja mais saldo da Res Reg, a descentralização não será realizada, não cabendo solicitação de complementação por parte da RM.

a. O diretor de Abastecimento poderá decidir sobre a ampliação dos limites de Reserva Regional das RM se a situação orçamentária permitir;

b. Nessa situação, o montante ampliando para cada região será considera recurso extraordinário, portanto EXTRACOL.

9. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A3 são compostos, ordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|--|---------------|--------------------|---|
| Quantitativo de Rancho (QR) /Complemento de Reserva Regional | E6SUCOLA3RR | Etapa/ Complemento | É a etapa de QR para fins de reserva regional, em caráter ordinário, sendo empregada em situações não previstas pelo atendimento dos demais COL. Embora em caráter ordinário, seu emprego é decidido pela RM. Seu valor destina-se ao sustendo de um homem por dia (incluindo café, almoço, jantar) e é igual aquele estabelecido à etapa comum do QR do COL A1. Quando empregado como complemento, não poderá exceder o valor de 1 (uma) etapa de QR e poderá ter o emprego cumulativo à etapa comum ou à outra dotação orçamentária específica, devendo-se justificar o motivo. Quando empregado em cerimoniais, terá o valor discricionário. |

10. Os recursos orçamentários do COL A3 também são compostos, extraordinariamente (NÃO PODEM SER SOLICITADOS), por:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|--|---------------|--------------------|---|
| Quantitativo de Rancho (QR) /Complemento de Reserva Regional | E6SUEXCLA3RR | Etapa/ Complemento | É a etapa de QR para fins de reserva regional, em caráter extraordinário, sendo empregada em situações não previstas pelo atendimento COL A3. O caráter extraordinário é em função de exceder a reserva regional prevista no COL. Seu valor destina-se ao sustendo de um homem por dia (incluindo café, almoço, jantar) e é igual aquele estabelecido à etapa comum do QR do COL A1. Quando empregado como complemento, não poderá exceder o valor de 1 (uma) etapa de QR e poderá ter o emprego cumulativo à etapa comum ou à dotação orçamentária específica, devendo-se justificar o motivo. Quando empregado em cerimoniais, terá o valor discricionário. |

11. Os recursos de COL A3, tanto ordinários quanto extraordinários, disponibilizados no PI E6SUCOLA3QR e E6SUEXCA3RR terão aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos |

b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

12. Os quadros anteriores demonstram a possibilidade de empenho em diversos subitem de despesas nos diversos planos internos do COL A3 (tanto COL como EXTRACOL), sendo seu rol taxativo (não admite ampliação). Porém as diversas possibilidades elencadas não afastam a preocupação principal do gestor de que o objeto principal é aquisição de alimentação. Dessa forma, a maior parte das despesas deverá ser concentrada na aquisição de gêneros de alimentação em si.

a. No que tange ao cerimonial militar com utilização de recursos da Res Reg, sobretudo, o foco da aquisição deve abranger os subitens 07 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO e/ou 41 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO;

b. Embora o rol das tabelas anteriores seja taxativo, destaca-se que não estão autorizadas despesas de alimentação nos subitens 15 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS, 22 – EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS e/ou 23 – FESTIVIDADES E HOMENAGENS, mesmo no emprego de despesas com cerimonial militar.

13. O prazo para emprego (empenho) da Res Reg no exercício financeiro será até 31 OUT 2018.

APLICAÇÃO

14. A utilização do valor disponibilizado de Reserva Regional deve atingir, de forma mais abrangente, as OM vinculadas da Região Militar, buscando-se o emprego mais razoável e isonômico possível.

15. Deve-se evitar a o favorecimento de determinadas OM em detrimento de outras.

16. Da mesma forma, deve-se priorizar o atendimento das atividades de instrução e emprego operacional, em relação às de cerimoniais e congêneres.

17. A fim de que algumas atividades não sejam prejudicadas pela falta de crédito da Reserva Regional, principalmente ao final do ano, a RM deverá fazer um planejamento judicioso para a aplicação de seu recurso.

a. Sugere-se que seja confeccionada uma planilha por parte das RM, listando-se todas as OM jurisdicionada e seus principais acontecimentos em ordem de prioridade, a fim de obter uma distribuição coerente e abrangente ao longo do exercício financeiro.

b. Em seguida, do montante destinado à RM, deve-se prever uma reserva de valor discricionário, para fazer face às imprevisibilidades, pois a Reserva Regional não será complementada.

18. A reserva regional será empregada, prioritariamente, em relação a qualquer outra solicitação extraordinária de recurso para aquisição de QR.

a. havendo uma demanda por parte de uma OM à D Abst e essa estando enquadrada no rol de responsabilidade de possibilidades da Reserva Regional, não haverá atendimento por parte da Diretoria enquanto a RM não fizer o emprego de sua reserva.

b. havendo a possibilidade de emprego da transferência de etapa, a Reserva Regional não pode ser utilizada.

c. da mesma forma, não poderá a RM, antecipadamente, esgotar sua reserva e repassar as demandas de suas OM à D Abst, pois não serão atendidas.

19. Ressalta-se o fato de que a Reserva Regional não é objeto de transferência de etapas. Dessa forma, sua aplicação é restrita aos códigos de Unidade Gestora das OM de vinculação da RM, não podendo ser aplicada em outros.

20. As despesas com atividades institucionais previstas na Portaria nº 3.771-MD, de 30 de novembro de 2011, complementada pela Portaria nº 125-Cmt EB, de 24 de fevereiro de 2012, podem ser atendidas com a Reserva Regional, caso não possuam previsão de atendimento ordinário pela D Abst. Da mesma forma, caso a RM deseje complementar um determinado cerimonial militar cuja competência de atendimento seja da D Abst, também poderá fazer por meio do uso de complemento com a Reserva Regional.

21. No ciclo de solicitação da Res Reg figuram três agentes:

a. **A Região Militar**; a quem cabe a solicitação formal do valor a ser provisionado;

b. **A Diretoria de Abastecimento**; a quem cabe analisar e provisionar a Unidade Gestora (UG) destinatária com o valor solicitado pela Região Militar; e

c. **A Organização Militar** que figura como Unidade Gestora; a quem cabe receber e empregar adequadamente o valor que lhe foi provisionado.

22. O ciclo começa com a solicitação da OM, mediante documento formal para a RM, de determinado valor para ser utilizado em atividade prevista para o emprego da Res Reg;

a. A RM também poderá destinar determinado valor as suas OM sem que estas lhe solicitem formalmente, devendo as informar mediante documento formal;

23. De posse das solicitações das OM ou do seu planejamento para provisão, a RM consolidará os pedidos em um Documento Interno do Exército (DIEx), publicando-os em Boletim Interno Regional e os remeterá para a Diretoria de Abastecimento, a qualquer época do ano, contendo os seguintes dados (ver modelo nessa nota):

a. Documentos das OM que deram origem ao pedido;

b. Número do Boletim Interno Regional que autorizou o da Reserva Regional (enviar cópia anexada);

c. Nome das UG serem provisionadas (Ex: 505º Depósito de Suprimento);

d. Código das UG a serem provisionadas (Ex: 199999);

e. Valor a ser provisionado (Ex: R\$ 2.000,00);

f. Natureza de despesa detalhada;

g. Enquadramento da atividade (Ex: simpósio, estágio de instrução, etc.);

h. O objetivo do emprego do recurso (Ex: simpósio dos agentes de administração da RM; estágio de instrução do EST, etc.);

i. Número de vezes que a OM já foi provisionada, anteriormente, com Res Reg no corrente ano (Ex: OM já foi provisionada duas vezes com Res Reg, requerendo uma terceira vez);

j. Número do documento que deu origem ao pedido (DIEx nº 345/Cmdo-505º D Sup, de 23 JUN 14).

24. A Diretoria de Abastecimento receberá o documento da RM, o qual deverá ser protocolado na Diretoria com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao evento, verificando sua formalidade e o atendimento às exigências estabelecidas.

25. Caso o documento atenda às exigências estabelecidas, havendo saldo disponível na Res Reg da RM solicitante, a D Abst provisionará as OM de destino, por intermédio da UGR 160504 (COLOG).

26. A RM poderá verificar, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), se as solicitações pleiteadas foram atendidas, a fim de manter o controle dos recursos demandados.

27. Em hipótese alguma será permitida a solicitação direta da OM para a D Abst para saque da Res Reg.

COL A4 – ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA

FINALIDADE

1. Destina-se a atender as demandas relacionadas à atividade de alimentação nas operações, nas manobras e nos exercícios escolares planejados pelo COTER e pelo DECEEx, estabelecidas por meio de Contrato de Objetivos Logístico daqueles ODS com o COLOG.
2. O apoio é feito por meio de fornecimento de recurso para:
 - a. aquisição de QR como reforço (complemento de etapa);
 - b. manutenção de equipamento de cozinha e refrigeração; e
 - c. fornecimento de ração operacional adquirida pelo COLOG.
3. Somente as OM que foram indicadas por meio de Contrato de Objetivo Logístico assinado previamente entre o COLOG e o COTER/DECEEx serão atendidas nos montantes previamente acordados.

ORÇAMENTO

4. DECEEx:
 - a. Não houve contratação entre o COLOG e o DECEEx para o fornecimento de crédito para reforço do QR e para a manutenção de equipamento de rancho para o ano corrente.
 - b. As necessidades de Rç Op apresentadas pelo DECEEx, por intermédio do DIEx nº 164-SA2/APA/DECEEx, de 28 JUL 2016 serão atendidas pelo estoque já existente nos OP e pela aquisição realizada pelo COLOG ao longo do presente ano, com entregas previstas nos diversos OP.
5. COTER:
 - a. Os valores previstos para o fornecimento de crédito para reforço do QR e para a manutenção de equipamento de rancho (excluída Rç Op) são os seguintes:

| FINALIDADE | TOTAL |
|----------------------|-------------------------|
| REFORÇO PARA RANCHO | R\$ 1.833.119,59 |
| Mnt Eqp COZINHA | R\$ 66.258,39 |
| Mnt Eqp REFRIGERAÇÃO | R\$ 55.357,80 |
| TOTAL | R\$ 1.954.735,78 |

b. O crédito destinado para o reforço do QR e para a Mnt Eqp de rancho, necessário para as operações previstas no ano de instrução de 2018, será descentralizado diretamente às OM contempladas, de acordo com o estabelecido no Contrato de Objetivos entre o COTER e o COLOG e com o DIEx nº 7419-DPG/1ª Sch/COTER, de 19 OUT 2017.

c. As necessidades de Rç Op, apresentadas pelo COTER por intermédio do DIEx nº 4219-DPG/1ª Sch/COTER, de 06 JUL 2016, serão atendidas pelo estoque já existente nos OP e pela aquisição realizada pelo COLOG ao longo do presente ano, com entregas previstas nos diversos OP.

6. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A4 são compostos de:

| TIPO | PLANO INTERNO | TIPO | DESCRIÇÃO |
|---|---------------|-------------------|--|
| Etapa/Complemento do QR para alimentação em campanha mediante COL | E6SUCOLA4QR | Etapa/Complemento | É a etapa/complemento de QR, destinada a suprir as OM constantes do COL entre a D Abst e ODS. Possui o mesmo valor da etapa comum, devendo ser sacada por homem e por dia. Quando empregado como complemento, possuirá o mesmo valor dos complementos previstos para a etapa comum e poderá ser empregada em caráter cumulativo à etapa. Ainda como complemento para demais situações, sobretudo aquelas que envolvam emprego de refeições não usuais, terá valor diferenciado, de modo que não poderá ser superior a uma etapa comum de QR. Caberá ao Diretor de Abastecimento propor, de acordo com o caso concreto, os valores diversos, devendo justificar o motivo. |
| Recurso ordinário para manutenção de equipamento de Cozinha e de Refrigeração | E6SUCOLA4MC | - | É o valor ordinário destinado à manutenção de equipamento de cozinha e de refrigeração, provisionado às OM constante do COL entre a D Abst e o ODS. |
| Recurso ordinário para aquisição de Ração Operacional | E6SUCOLA4RO | - | É o valor ordinário destinado à aquisição de ração operacional para as OM constante do COL entre a D Abst e o ODS. |
| Recurso extraordinário para aquisição de Ração Operacional | E6SUEXCA4RO | - | É o valor extraordinário destinado à aquisição de ração operacional para as OM constante do COL entre a D Abst e o ODS. |

7. O prazo máximo para empenho dos recursos orçamentários do COL A4 é 31 OUT 18.

APLICAÇÃO

8. RAÇÃO OPERACIONAL:

a. As rações operacionais devem seguir as hipotecas distribuídas ao COTER e ao DECEX, sendo os excedentes automaticamente hipotecados ao COLOG/D Abst. As orientações para essa distribuição ao longo do ano de 2018 estão contidas no DIEx nº 914-SGLS/D Abst – CIRCULAR, de 19 FEV 15, podendo haver complementação por novos documentos.

b. O consumo das rações hipotecadas deve ser feita com autorização dos respectivos ODS cotistas, por intermédio dos Comandos Militares de Área.

c. As RM/OP não poderão distribuir ração operacional sem que haja autorização ou do COTER, ou do DECEX ou da D Abst, respeitando-se a cota de cada ODS/Diretoria.

d. Não está permitido o remanejamento de ração operacional entre OP sem a devida autorização da D Abst.

e. O planejamento do consumo da Rç Op deve considerar seu prazo de validade, sendo o OP responsável por aplicar o método “primeiro que vence, primeiro que sai”.

f. Nos dias que houver uso de ração operacional, não poderá ser sacado QS e QR.

g. A D Abst, a fim de evitar duplicidade no saque de etapas, poderá consultar os ODS que solicitaram e fundamentaram o pedido de aquisição de ração operacional, a fim de saber quais OM serão contempladas, permitindo o desconto prévio de etapas.

h. Atualmente, estão em vigor os seguintes contratos de aquisição de ração operacional:

| FINALIDADE | LICITAÇÃO | QTD RC OP | EMPREGO |
|-----------------------|-------------------------|-----------|---------|
| Contrato nº 59-COLOG | Pregão nº 02/2017-COLOG | 653.537 | EM 2018 |
| Contrato nº 127-COLOG | | 653.713 | EM 2019 |
| TOTAL | - | 1.307.250 | - |

9. REFORÇO DE QR:

a. Os créditos destinados à aquisição de reforço de QR devem ser utilizados no custeio da alimentação nas operações/manobras programadas pelo COTER/DECEX.

b. Deve-se **observar o descrito no COL A1 – QUANTITATIVO DE RANCHO**, no que tange à finalidade e à aplicação do QR, para fins de utilização do reforço de rancho do COL A4.

c. Destaca-se, mais uma vez, **a impossibilidade de uso desse crédito em suprimento de fundos.**

10. MATERIAL DE COZINHA E REFRIGERAÇÃO

a. Os créditos destinados à aquisição de material de cozinha e refrigeração devem ser empregados, tão somente, na aquisição de utensílios de cozinha em apoio à atividade de alimentação, desde que relacionadas com operações/manobras programadas pelo COTER/DECEX.

b. Deve-se **observar o descrito no COL A5 – PROGRAMA DE AUDITORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PASA)**, no que tange à finalidade e à aplicação, para fins de aquisição de material de cozinha e refrigeração do COL A4.

COL A5 – PROGRAMA DE AUDITORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PASA)

FINALIDADE

1. Destina-se à manutenção, adequação e modernização do Setor de Aproveitamento da OM conforme estabelecido no Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015.

2. O PASA é um conjunto de medidas destinadas a garantir a adoção dos requisitos essenciais de Boas Práticas e de Procedimentos Operacionais Padrão nos serviços de alimentação, aliados à gestão correta dos recursos orçamentários recebidos.

APLICAÇÃO

3. Para fins de auditoria e gestão de risco será verificado todo fluxo de produção: procedimentos técnicos e administrativos, recebimento e armazenamento de gêneros, adequação das edificações, instalações, equipamentos, móveis e utensílios, procedimentos durante a manipulação, preparo e distribuição dos alimentos, procedimentos de higienização (pessoal e das instalações), controle integrado de pragas, manejo de resíduos, documentação e registro das operações e fiscalização do emprego dos recursos destinados à finalidade do PASA.

4. O instrumento de avaliação utilizado nas auditorias é a Lista de Verificação de Risco, remetida às RM através do DIEx nº 8734-SGLS/D Abst-Circular de 16 DEZ 15, e disponibilizada no site da D Abst.

5. A Lista de Verificação de Risco é focada nas questões mais críticas das Boas Práticas de um serviço de alimentação, atribuindo um sistema de pontuação diferenciado (PESO 1, 2, 3 ou 4) para cada quesito avaliado.

6. De maneira geral, quanto maior o percentual de conformidades obtido, menos impactante à saúde serão as desconformidades observadas.

7. Foram estabelecidas pela D Abst quatro categorias de desempenho, relacionadas à qualidade sanitária e nível de risco à saúde do público interno, conforme tabela abaixo:

| CONFORMIDADES (%) | QUALIDADE SANITÁRIA |
|--------------------------|----------------------------|
| ≥ 85,0 | ÓTIMA |
| 63,0 a 84,9 | BOA |
| 41,0 a 62,9 | ACEITÁVEL |
| ≤ 40,9 | CRÍTICA |

8. Cabe aos Cmdo RM/Gpt Log planejar seu cronograma de auditorias, com o objetivo de perfazer a avaliação de 100% de suas OM jurisdicionadas, no máximo a cada dois anos.

9. A atividade de auditoria tem como objetivo orientar a OM na adoção de medidas corretivas e preventivas, apresentar uma análise de risco do Sv Aprv auditado e indicar, através de critérios técnicos, as prioridades na aplicação dos recursos do PASA.

10. A visita de auditoria deve ser realizada em horários que permitam o acompanhamento da produção das refeições, para que possam ser avaliados os processos de pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos.

11. As equipes de auditoria regionais são compostas por, no mínimo, dois auditores capacitados, sendo que nenhum membro da equipe deve pertencer a OM avaliada.

12. Após a auditoria, deverão ser confeccionados dois relatórios, pela equipe de auditores, conforme modelo constante do DIEx nº 8734- SGLS/D Abst-Circular de 16 DEZ 15 e no site da D Abst:

a. Relatório de auditoria/OM: deve obrigatoriamente apontar as não conformidades e ações corretivas a serem adotadas para melhoria dos processos e sugerir as prioridades na aplicação dos recursos do PASA, de acordo com o critério de risco. Deve ser enriquecido com fotos e outros documentos que possibilitem melhor avaliação. Deve ser encaminhado à OM auditada juntamente com o quadro resumo da lista de verificação;

b. Relatório de auditoria/D Abst: deve conter o quadro resumo da lista de verificação com o percentual final alcançado pela OM e, se for o caso, informações que a equipe de auditoria avaliar como relevante.

13. Os auditores regionais são os responsáveis pelo preenchimento da Lista de Verificação de Risco e emissão dos relatórios acima referenciados.

14. É de responsabilidade da RM/Gpt Log a análise, consolidação e a remessa da documentação do PASA, em até 10(dez) dias úteis após a data de auditoria, para:

a. OM auditada: Lista de Verificação de Risco e Relatório de auditoria/OM;

b. D Abst: Lista de Verificação de Risco e Relatório de auditoria/D Abst.

15. A OM que obtiver perfil sanitário CRÍTICO deverá ser submetida a uma nova auditoria pela RM, com prazo préestabelecido, a fim de serem verificadas se as melhorias sugeridas foram implementadas. Cabe a RM fazer o diagnóstico de risco da OM e adotar medidas que possam minimizar a situação de risco, como: atuação dos auditores na capacitação de pessoal e melhoria dos processos, melhoria da gestão na aplicação dos recursos recebidos, levantamento de demandas emergenciais e solicitação de recursos extracol para D Abst, se for o caso.

16. A capacitação de auditores regionais do PASA é responsabilidade da RM/Gpt Log, que deverá manter um quadro permanente de auditores, em número suficiente, para cumprir o calendário de atividades de auditoria. A formação de novos auditores deve seguir os requisitos estabelecidos pela D Abst, conforme DIEx nº 393-SGLS/D Abst-Circular, de 11 Fev 16.

17. A relação nominal e OM dos militares habilitados deve ser publicada no BI das RM e informada à D Abst para cadastro e controle.

18. A OM que obtiver perfil sanitário ÓTIMO, na auditoria regional, poderá receber recursos extraordinários do PASA, para sanar as desconformidades encontradas na auditoria, conforme registro no relatório de auditoria da OM.

19. Anualmente, o COLOG estabelece o calendário de eventos do SISCOL. Com base nas informações contidas no Relatório de Auditoria, as OM deverão planejar e cadastrar suas necessidades no SISCOL, para fins de recebimento de recursos do COL.

ORÇAMENTO

20. O crédito destinado a cada RM para o ano de 2018 foi calculado tendo por base o efetivo total das OM jurisdicionadas existente em cada RM, conforme quadro a seguir:

| RM | EFETIVO RM | % | GND 3 | GND 4 | TOTAL PASA 2018 |
|-------------|------------|------|---------------|---------------|-----------------|
| 1ª RM | 43.315,31 | 20% | 3.953.584,75 | 5.139.660,17 | 9.093.244,92 |
| 2ª RM | 18.658,03 | 9% | 1.703.003,48 | 2.213.904,52 | 3.916.908,00 |
| 3ª RM | 34.495,40 | 16% | 3.148.552,18 | 4.093.117,84 | 7.241.670,02 |
| 4ª RM | 9.985,67 | 5% | 911.437,16 | 1.184.868,32 | 2.096.305,48 |
| 5ª RM | 17.155,08 | 8% | 1.565.822,40 | 2.035.569,12 | 3.601.391,52 |
| 6ª RM | 4.854,83 | 2% | 443.122,69 | 576.059,50 | 1.019.182,19 |
| 7ª RM | 15.198,67 | 7% | 1.387.251,36 | 1.803.426,77 | 3.190.678,13 |
| 8ª RM | 9.673,89 | 4% | 882.979,56 | 1.147.873,43 | 2.030.852,99 |
| 9ª RM | 14.981,43 | 7% | 1.367.423,49 | 1.777.650,54 | 3.145.074,03 |
| 10ª RM | 5.960,58 | 3% | 544.049,52 | 707.264,38 | 1.251.313,90 |
| 11ª RM | 24.659,42 | 11% | 2.250.777,00 | 2.926.010,10 | 5.176.787,10 |
| 12ª RM | 20.180,83 | 9% | 1.841.996,41 | 2.394.595,31 | 4.236.591,72 |
| Total Geral | 219.119,15 | 100% | 20.000.000,00 | 26.000.000,00 | 46.000.000,00 |

21. Qualquer provisão relativa ao PASA, tanto em grupo 3 quanto em grupo 4, deve, obrigatoriamente, ser empenhada em aquisições e serviços cuja finalidade seja minimizar o grau de risco em segurança alimentar.

22. Os recursos do COL, do grupo 3, serão descentralizados conforme proposta apresentada pela RM/Gpt Log e deverão contemplar, no mínimo, 80% das OM jurisdicionadas.

23. Os recursos do COL, do grupo 4, serão descentralizados após aprovação dos lançamentos do SISCOL pela D Abst e prioridade estabelecida pela RM/Gpt Log.

24. O crédito para as despesas que envolvam alteração na estrutura do imóvel, e/ou exijam projeto de engenharia no Sv Aprv deve ser solicitado à DOM/DEC, por intermédio da RM de vinculação, com a utilização do SISTEMA OPUS, conforme as Orientações aos Agentes da Administração 2016, da DGO, combinado com DIEx nº 25-VCh/DEC - CIRCULAR, de 11 DEZ 14.

25. Nesse sentido, qualquer solicitação de serviço a ser executado com créditos orçamentários provenientes da Diretoria de Abastecimento deve ser lançada no OPUS, não podendo ser enquadrado como serviço ou obra de engenharia, por estarem em Grupo 3.

26. Os recursos do PASA (E6SUCOLA5PA) NÃO são destinados para melhoria de áreas do Sv Aprv não relacionadas à armazenagem, produção e distribuição dos alimentos. Enquadram-se nesse conceito as dependências administrativas (escritórios), depósito de gás, depósito de material de limpeza, depósito de lixo da OM, banheiro dos refeitórios, vestiário.

27. Qualquer solicitação referente a crédito extraordinário do PASA deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, para RM/Gpt Log de vinculação.

28. Cabe a RM/Gpt Log, a análise da solicitação EXTRACOL através da consulta do relatório de auditoria da OM emitido. O pleito será encaminhado à D Abst, contendo as seguintes informações:

- a. parecer da RM/Gpt Log: favorável ou desfavorável, e justificativa;
- b. qualidade sanitária obtida na auditoria regional;
- c. histórico de recursos recebidos (COL/EXTRACOL) no corrente ano;
- d. no caso de adequação de instalações, se há solicitação do mesmo assunto para outro local competente além da Diretoria de Abastecimento e a documentação deverá vir acompanhada de registro fotográfico das áreas e descrição das necessidades com a distinção das naturezas de despesas; e
- e. documentação que comprove condições de empenho imediato pela OM solicitante.

29. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A5 são compostos, ordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | DESCRIÇÃO |
|-------------------------------|---------------|---|
| Recurso ordinário para o PASA | E6SUCOLA5PA | É o valor ordinário destinado ao PASA para manutenção das instalações do Setor de |

30. Os recursos orçamentários do COL A5 também são compostos, extraordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | DESCRIÇÃO |
|---|---------------|--|
| Recurso extraordinário para o PASA | E6SUEXCA5PA | É o valor extraordinário destinado ao PASA para manutenção das instalações do Setor de Aproveitamento. |

31. Os recursos de COL A5, tanto ordinários quanto extraordinários, disponibilizados no PI E6SUCOLA5PA e E6SUEXCA5PA terão aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|-----------|---|
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 20 | Material de Cama, Mesa e Banho |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 23 | Uniformes, Tecidos e Aviamentos |
| 24 | Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações |
| 26 | Material Elétrico e Eletrônico |
| 28 | Material de Proteção e Segurança |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|-----------|---|
| 05 | Serviços técnicos profissionais |
| 16 | Manutenção e conservação de bens Imóveis |
| 17 | Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos |
| 48 | Serviço de seleção e treinamento |
| 51 | Serviço de análise e pesquisa científica |
| 78 | Limpeza e conservação |
| 82 | Serviços de controle ambiental |

c. Para a Natureza de Despesa 44.90.52:

| SI | MATERIAL PERMANENTE |
|-----------|---|
| 04 | Aparelhos de medição e orientação. |
| 12 | Aparelhos e utensílios domésticos. |
| 28 | Máquinas e equipamentos de natureza industrial. |

32. Os quadros anteriores demonstram a possibilidade de empenho em diversos subitem de despesas nos diversos planos internos do COL A5 (tanto COL como EXTRACOL), sendo seu rol taxativo (não admite ampliação). Porém as diversas possibilidades elencadas não afastam a preocupação principal do gestor de que o objeto principal é aquisição e a contratação de serviços cuja aplicação se destine ao setor de aprovisionamento das OM. Dessa forma, os recursos orçamentários deverão ser aplicados nas áreas de produção do alimento e de armazenagem/estocagem.

33. O prazo máximo para empenho dos recursos orçamentários do COL A5 é 30 SET 18.

MANUTENÇÃO EMERGENCIAL DE CÂMARA FRIGORÍFICA

34. A Diretoria de Abastecimento será responsável pela descentralização de créditos orçamentários destinados à manutenção emergencial de câmara frigorífica (SOMENTE).

35. A razão para esse tipo de manutenção ser emergencial é o dano iminente ao erário (quebra de suprimento), pois, havendo suprimento Classe I frigorificado, não há outro local para se estocar que não uma câmara frigorífica.

36. Manutenções de caldeiras, autoclaves, fogões e etc. não se enquadram em situação emergencial, pois não oferecem risco de quebra de suprimento Classe I, embora demonstrem caráter urgência.

37. Em consequência, torna-se necessário informar os procedimentos a seguir que devem ser observados pelas Unidades Gestoras e/ou OM requisitantes:

a. as solicitações de créditos para manutenção emergencial, somente neste caso, podem ser remetidas diretamente à Diretoria de Abastecimento via DIEx a fim de que a autoridade responsável assine o documento;

b. Unidade Gestora e/ou OM deverá fundamentar a solicitação, enviando (OBRIGATORIAMENTE) os dados básicos do problema, como se segue:

- 1) Justificativa do enquadramento da solicitação como emergencial;
- 2) Breve histórico do problema, informando se já houve situação semelhante;
- 3) Descrição detalhada do objeto;
- 4) Fotos do Local, a fim de identificar o caráter emergencial e para a composição do "antes e depois" (a D Abst poderá solicitar fotos após a conclusão da manutenção da instalação);

5) Se há solicitação do mesmo assunto para outro local competente além da Diretoria de Abastecimento

6) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

7) Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;

8) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, na dispensa ou na inexigibilidade indicadas, discriminado por item, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

9) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

38. Deverá se buscar, durante a contratação, a distinção das naturezas de despesa, empenhando-se, separadamente, serviço e material.

39. A provisão do crédito demandado dependerá de disponibilidade orçamentária e do despacho com autorização do Diretor de Abastecimento.

40. Não será feita a provisão a OM que não possua processo licitatório para o empenho da despesa, ainda que esteja em fase de conclusão.

SOLICITAÇÕES EXTRADORINÁRIAS DO COL A5 (SOLICITAÇÕES EXTRACOL)

41. As solicitações de recursos extraordinários do COL A5, solicitações EXTRACOL, estão dispostas ao final do contrato de objetivos da SGLS, na seção "SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS".

COL A6 – MANUTENÇÃO DE ÓRGÃO PROVEDOR

FINALIDADE

1. Destina-se, exclusivamente, à manutenção dos armazéns/depósitos de víveres, das câmaras frigoríficas, do LIAB e dos equipamentos de manipulação de carga, bem como à aferição e calibração do instrumental analítico.

2. O que permitirá o atendimento da demanda da OM por parte da D Abst com recursos ordinários para manutenção de órgão provedor é estar inserido na cadeia de suprimento Classe I, possuindo:

- a. a destinação para funcionamento como Órgão Provedor;
- b. Armazém/depósito de gêneros secos e/ou câmaras frigoríficas para o recebimento, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios do QS, adquiridos com recursos da D Abst.

ORÇAMENTO

3. O crédito é descentralizado diretamente para os OP, devendo seu emprego ser precedido de um meticuloso planejamento, objeto de verificação pela D Abst por ocasião da viagem de orientação técnica (VOT) e ser fiscalizado pelo Cmdo RM.

4. Valores previstos para Manutenção de Órgão Provedor em 2018:

| RM | OP | EFETIVO | % | GND 3 | GND 4 | GND 3 LIAB (NÃO SOMA) | GND 4 LIAB (NÃO SOMA) | TOTAL Mnt OP 2018 |
|-------------|-------------|------------|------|--------------|--------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| 1ª RM | 1º D Sup | 38.727,39 | 18% | 1.060.447,42 | 706.964,95 | 85.000,00 | 20.000,00 | 1.767.412,37 |
| | AMAN | 4.587,92 | 2% | 125.628,00 | 83.752,00 | 42.200,00 | 39.000,00 | 209.380,00 |
| 2ª RM | 21º D Sup | 18.658,03 | 9% | 510.901,04 | 340.600,69 | 40.600,00 | 21.500,00 | 851.501,73 |
| 3ª RM | 3º B Sup | 13.573,94 | 6% | 371.686,45 | 247.790,97 | 47.200,00 | 8.000,00 | 619.477,42 |
| | DSSM | 13.061,97 | 6% | 357.667,51 | 238.445,00 | 27.800,00 | 10.500,00 | 596.112,51 |
| | DSSA | 7.859,50 | 4% | 215.211,68 | 143.474,45 | 17.400,00 | - | 358.686,13 |
| 4ª RM | 4º D Sup | 9.985,67 | 5% | 273.431,15 | 182.287,43 | 40.500,00 | 1.500,00 | 455.718,58 |
| 5ª RM | 5º B Sup | 17.155,08 | 8% | 469.746,72 | 313.164,48 | 41.800,00 | 82.000,00 | 782.911,20 |
| 6ª RM | 6º D Sup | 4.854,83 | 2% | 132.936,80 | 88.624,53 | 31.600,00 | - | 221.561,33 |
| 7ª RM | 7º D Sup | 15.198,67 | 7% | 416.175,40 | 277.450,27 | 22.600,00 | 20.500,00 | 693.625,67 |
| 8ª RM | 8º D Sup | 9.673,89 | 4% | 264.893,86 | 176.595,91 | 34.000,00 | 23.500,00 | 441.489,77 |
| 9ª RM | 9º B Sup | 14.981,43 | 7% | 410.227,04 | 273.484,69 | 46.500,00 | 17.200,00 | 683.711,73 |
| 10ª RM | 10º D Sup | 5.960,58 | 3% | 163.214,85 | 108.809,90 | 31.800,00 | 13.600,00 | 272.024,75 |
| 11ª RM | 11º D Sup | 23.675,92 | 11% | 648.302,54 | 432.201,69 | 51.400,00 | 17.800,00 | 1.080.504,23 |
| 12ª RM | 12º B Sup | 10.899,42 | 5% | 298.451,78 | 198.967,85 | 25.900,00 | 25.000,00 | 497.419,63 |
| | 1º B Log SI | 3.229,33 | 1% | 88.426,77 | 58.951,18 | - | - | 147.377,95 |
| | 16ª Ba Log | 1.059,25 | 0% | 29.004,76 | 19.336,51 | - | - | 48.341,27 |
| | 17ª Ba Log | 4.992,83 | 2% | 163.646,23 | 109.097,50 | 33.000,00 | 25.000,00 | 272.743,73 |
| Total Geral | | 219.119,15 | 100% | 6.000.000,00 | 4.000.000,00 | 619.300,00 | 325.100,00 | 10.000.000,00 |

5. Para a primeira provisão, caso o Diretor de Abastecimento julgue necessário, poderão ser descontados os valores de restos a pagar inscritos e reinscritos das UG, relativos à data da provisão, tomando por base a proporcionalidade entre o saldo existente e o período original do crédito provido.

6. A D Abst reserva-se o direito e o dever de realocar os valores discriminados no quadro acima, visando atender necessidades especiais de determinado OP, tendo em vista a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que comprometam a normalidade do seu fluxo logístico.

7. Para fins de entendimento, os recursos orçamentários do COL A6 são compostos, ordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | DESCRIÇÃO |
|---|---------------|--|
| Recurso ordinário para manutenção de Órgão Provedor | E6SUCOLA6OP | É o valor ordinário destinado ao OP para manutenção das suas instalações de Suprimento Classe I. |

8. Os recursos orçamentários do COL A6 também são compostos, extraordinariamente, por:

| TIPO | PLANO INTERNO | DESCRIÇÃO |
|--|---------------|---|
| Recurso extraordinário para manutenção de Órgão Provedor | E6SUEXCA6OP | É o valor extraordinário destinado ao OP para manutenção das suas instalações de Suprimento Classe I. |

9. Os recursos de COL A6, tanto ordinários quanto extraordinários, disponibilizados no PI E6SUCOLA6OP e E6SUEXCA6OP terão aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|---|
| 11 | Material Químico |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 22 | Material de Limpeza e Prod. de Higienização |
| 24 | Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações |
| 25 | Material p/ Manutenção de Bens Móveis |
| 26 | Material Elétrico e Eletrônico |

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 28 | Material de Proteção e Segurança |
| 35 | Material Laboratorial |
| 36 | Material Hospitalar |
| 39 | Material p/ Manutenção de Veículos |
| 40 | Material Biológico |
| 42 | Ferramentas |
| 44 | Material de Sinalização Visual e outros |
| 58 | Sobressalentes para máquinas e equipamentos para produção industrial |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|---|
| 05 | Serviços Técnicos Profissionais |
| 16 | Manutenção e conservação de bens Imóveis |
| 17 | Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos |
| 19 | Manutenção e conservação de veículos |
| 48 | Serviços de seleção, capacitação e treinamento |
| 82 | Serviços de controle ambiental |

c. Para a Natureza de Despesa 44.90.52:

| SI | MATERIAL PERMANENTE |
|----|--|
| 04 | Aparelhos de medição e orientação. |
| 08 | Aparelhos, utensílios médicos, odontológicos e laboratoriais |
| 12 | Aparelhos e utensílios domésticos. |
| 24 | Equipamento de proteção, segurança e socorro |
| 28 | Máquinas e equipamentos de natureza industrial. |
| 30 | Máquinas e equipamentos energéticos |
| 34 | Máquinas, utensílios e equipamentos diversos |
| 42 | Mobiliário em geral |
| 48 | Veículos diversos |

10. Os quadros anteriores demonstram a possibilidade de empenho em diversos subitem de despesas nos diversos planos internos do COL A6 (tanto COL como EXTRACOL), sendo seu rol taxativo (não admite ampliação). Porém as diversas possibilidades elencadas não afastam a preocupação principal do gestor de que o objeto principal é aquisição e/ou a contratação de serviços estritamente ligados à atividade de suprimento Classe I dos OP, ou seja, cuja aplicação tenha destinação à estrutura dos armazéns, depósitos, câmaras frigoríficas e equipamentos necessários à execução dos trabalhos do OP no que tange ao suprimento Classe I para distribuição as OM do EB.

11. O prazo máximo para empenho dos recursos orçamentários do COL A6 é 30 SET 18.

APLICAÇÃO

12. Qualquer provisão relativa à manutenção dos OP, tanto em grupo 3 quanto em grupo 4, deve, obrigatoriamente, ser empenhada em aquisições e serviços relacionados com a atividade de suprimento Classe I, sob pena de serem enquadradas em improbidade, impropriedade ou irregularidade administrativa.

13. Caso haja serviço que possa ser enquadrado como obra ou serviço de engenharia, a OM deverá observar o descrito no DIEx nº 25-VCh/DEC – CIRCULAR, de 11 DEZ 14, devendo, no documento solicitante, enquadrar grupos e elementos para as quais pretende realizar a despesa.

SOLICITAÇÕES EXTRADORINÁRIAS DO COL A6 (SOLICITAÇÕES EXTRACOL)

14. As solicitações de recursos extraordinários do COL A6, solicitações EXTRACOL, estão dispostas ao final do contrato de objetivos da SGLS, na seção “SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS”.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. Ao longo do exercício financeiro, as OM poderão solicitar à Diretoria de Abastecimento recursos orçamentários em caráter extraordinário, relativos às atividades de Classe I, desde que fundamentem e justifiquem sua demanda, adequando-as ao procedimento formal a ser descrito.

2. As solicitações devem se enquadrar nas finalidades dos diversos COL previstos na atividade de Classe I (Ex: COL A5 – PASA), as quais já foram explicadas neste livro, sendo essencial que o objeto da demanda seja sempre descrito, a fim de se analisar sua pertinência com algum assunto existente no Contrato de Objetivos Logísticos relativo à Classe I.

3. Destaca-se que qualquer OM, ao optar por uma solicitação EXTRACOL à D Abst, não poderá fazê-la sem antes pleitear seu atendimento pelos canais que originam as demandas ordinárias do Contrato de Objetivos Logísticos. Nesse sentido, ressalta-se que:

a. solicitações de QR e QS não podem ser feitas sem antes a OM esgotar sua possibilidade de atendimento com recursos do COL, com transferência de etapa, com reserva regional ou, até mesmo, com recurso de outra dotação que atenda ao pleito;

b. solicitações de PASA e de manutenção de OP devem esgotar a possibilidade de atendimento via Contrato de Objetivo Logístico, por meio do SISCOL e das RM de vinculação;

c. as OM não podem fazer a mesma solicitação para diversos ODS e Diretorias;

d. caso o Comandante, Chefe ou Diretor receba recurso orçamentário de mais de um ODS ou Diretoria, deverá optar por aquele que melhor se enquadre ao seu caso, devolvendo as solicitações excedente/duplicadas a quem de direito.

4. Qualquer OM que pleitear recursos EXTRACOL deverá fazer um estudo minucioso da sua situação orçamentária e patrimonial, pois a D Abst, como regra geral, avaliará os seguintes critérios gerais antes do atendimento ao pedido:

a. para alimentação:

1) existência de crédito disponível, empenhos a liquidar e empenhos em restos a pagar não processados, relativos aos PI de alimentação.

2) existência de empenhos anulados em restos a pagar;

3) valor patrimonial de alimentação existente na conta estoque interno para consumo da OM;

4) grades de etapas completas e reduzidas, a fim o valor remanescente do saldo de etapas não sacadas;

5) se a solicitação pode ser atendida por meio de transferência de etapa, que é a regra prioritária;

6) se a solicitação pode ser atendida outro recurso ordinário do COL;

7) se a solicitação pode ser atendida outro recurso de outro ODS;

b. para os demais casos:

1) existência de crédito disponível, empenhos a liquidar e empenhos em restos a pagar não processados sobre o assunto demandado;

2) existência de empenhos anulados em restos a pagar;

3) se a solicitação pode ser atendida outro recurso ordinário do COL;

4) existência de solicitações anteriores na D Abst sobre o mesmo assunto e que já constam como atendidas;

5) verificação orçamentária das contas da OM, objetivando encontrar atendimento por outras ODS e Diretorias sobre o mesmo assunto.

5. Como regra geral, as solicitações devem ser feitas pelas OM a sua RM de vinculação. Porém o contato direto de determinadas OM com a D Abst poderá ser feito conforme o tipo de demanda, nas situações particulares que serão detalhadas adiante, podendo se estender somente ao: Gab Cmt EB; ao ODG; aos Cmdo RM e C Mil A; às Diretorias e aos ODS.

6. Nenhuma OM deve planejar e começar suas despesas relativas à atividade de Classe I contando que será provisionada extraordinariamente com crédito pela D Abst, sob pena de apuração de responsabilidade, de inversão de estágio de despesa e, até mesmo, imputação de dano, pois a solicitação não importará no atendimento ao pedido, ainda que haja disponibilidade orçamentária.

7. A solicitação de recurso somente poderá ser feita se o planejamento de emprego estiver claramente definido pela OM, o que significa dizer **que a licitação, a dispensa ou a inexigibilidade devem ser indicadas em documento a ser remetido para a D Abst (REGRA GERAL)**, contendo a discriminação dos itens a serem empenhados em conformidade com o termo de homologação ou similar.

a. Essa medida tem o objetivo de impedir que o recurso fique sem utilização nas Unidades Gestoras Executoras, aguardando processo licitatório para empenho da despesa.

b. Mesmo na dispensa de licitação ou na inexigibilidade, a minuta do que será contratado deve ser demonstrada, pois embora não haja licitação, há necessidade de documento que embase a abertura do processo abertura do processo.

8. O prazo geral para atendimento de qualquer demanda é, de pelo menos, 30 (trinta) dias do ato de protocolo do documento na D Abst, razão pela qual as solicitações que necessitem de prazo menor poderão ser prejudicadas (ANTECIPAR O PLANEJAMETNO).

9. Da mesma forma, o empenho do recurso não poderá ser superior a 30 dias do seu recebimento, sob pena de recolhimento. Essa regra se estende para todo o recurso extraordinário da atividade de classe I, independente do assunto.

10. Caso a OM não consiga ou desista de empregar o recurso solicitado e recebido, não poderá, por decisão própria, empenhá-lo em contratação diversa à demanda inicialmente postulada à D Abst, ainda que guarde relação com a atividade de Classe I.

a. Nessa situação, a OM deverá solicitar o recolhimento do crédito à D Abst, via RM de vinculação.

b. O motivo da impossibilidade de empenho deverá ser demonstrado e justificado.

11. O emprego de recurso fora da finalidade para o qual foi destinado importará na apuração de responsabilidade, podendo cominar em aplicação das sanções legais.

12. Ainda nesse sentido, poderá o Diretor de Abastecimento suspender qualquer outro atendimento à demanda da OM, enquanto a despesa empenhada fora da finalidade não for corrigida;

a. Complementarmente, os órgãos de controle interno serão informados sobre a irregularidade ou improbidade.

b. O comando da RM de vinculação será informado sobre o fato.

13. As solicitações que não forem atendidas no ano corrente não serão aproveitadas para o próximo exercício, sendo, automaticamente, descartadas.

14. Serão sumariamente negadas as seguintes solicitações:

a. Auxílio-alimentação ou benefício semelhante;

b. Suprimento de fundos;

c. Diárias e passagens.

15. Para cada finalidade do COL da atividade de Classe I será seguido o procedimento específico para a demonstração da necessidade e da justificativa da

solicitação, o deve ser estritamente observado como condição sumária para seu atendimento.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A1

CERIMONIAL MILITAR EXTRAORDINÁRIO (EXTRACOL)

16. O Cerimonial Militar Extraordinário (EXTRACOL) é aquele cuja previsão de atendimento no Contrato de Objetivos Logísticos não se encontra definida de modo ordinário, não havendo dotação orçamentária previamente programada.

17. Compreende os demais eventos institucionais da Portaria nº 125-Cmt Ex, de 24 de fevereiro de 2012, que não se encontram atendidos no COL.

a. Caso haja ampliação do rol de eventos institucionais previstos na Portaria supracitada pela autoridade competente, o Diretor de Abastecimento poderá decidir sobre o atendimento dos mesmos.

b. Para fins de definição de autoridade competente e de evento institucional, aplicam-se os conceitos previstos Portaria nº 3.771-MD, de 30 de novembro de 2011.

18. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos extraordinários para esses cerimoniais, ainda que sejam atividades institucionais, é ocorrência da necessidade de alimentação complementar em:

- a. coquetel oficial;
- b. café da manhã, almoço e/ou jantar oficial.

19. Antes de qualquer solicitação, o Comandante, Chefe ou Diretor deverá envia esforços para a realização dessas atividades com economia de etapas não sacadas, desde que as justifique nos documentos comprobatórios do Setor de Aprovisionamento, aplicando os mesmos valores de saque de homem/dia para a atividade.

20. Uma vez verificada a impossibilidade da realização com recursos próprios, a princípio, essas atividades EXTRACOL deverão ser solicitados às RM de vinculação para atendimento por meio da Reserva Regional. A RM de vinculação, como abordado no COL A3, poderá enquadrar a solicitação em um rol de prioridades, de modo que o pleito poderá ser frustrado.

21. Somente após verificada a impossibilidade de atendimento tanto pela OM quanto pela RM de vinculação (situação que será exigida a demonstração), a OM solicitante poderá requer o recurso extraordinário à D Abst para a realização das atividades.

22. O cerimonial militar extraordinário será atendido por meio do plano interno E6SUEXCSOLE, caracterizando o complemento de etapa denominado “**Complemento do QR para solenidades extraordinárias**”, cujo valor além da etapa comum, destinado às OM que realizem os cerimoniais militares autorizados em legislação do Exército Brasileiro, para os quais o atendimento não esteja previsto no COL.

a. Nesse sentido, destaca-se que esse tipo de cerimonial reveste-se de formalidades previstas em normas e destina-se, exclusivamente, ao público militar e civil da ativa do EB.

b. Por exemplo, comemorações de caráter particular ou destinadas ao público que não pertence aos quadros do EB, não podem ser atendidas, ainda que contemplem a presença de militares e civis da ativa.

23. O valor destinado ao cerimonial será em função do tipo da OM e do posto do comandante, chefe ou diretor, conforme regras estabelecidas pela D Abst. Porém, com será explicado, a OM solicitante deverá informar o valor requerido.

24. As OM deverão solicitar o “**Complemento do QR para solenidades extraordinárias**” à D Abst por meio da RM de vinculação, ficando facultado ao Gab Cmt Ex, ao ODG, ao ODS, ao C Mil A, ao Cmdo RM e a Diretoria ligarem-se diretamente com D Abst.

25. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

26. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

27. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, os seguintes quesitos:

- a. Nome do cerimonial;
- b. Data de realização;
- c. Previsão normativa (caso haja alguma norma legal que não as citadas nessa seção);
- d. Natureza do público alvo (da ativa do EB ou de outro órgão, instituição, etc.);
- e. Efetivo atendido;
- f. Autoridades militares e civis envolvidas (Oficiais Gerais, Embaixadores, etc.);
- g. Embasamento Legal (qual norma do EB ou outra recepcionada autoriza a realização do evento);
- h. Publicação em Boletim Interno da OM sobre o acontecimento do evento;
- i. Se já foi solicitado à RM de vinculação o saque da Reserva Regional para o atendimento do cerimonial;
- j. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para atendimento do cerimonial;
- k. Se a OM ou OM apoiadora de racho possui disponibilidade orçamentária para atendimento do cerimonial;
- l. Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;
- m. Termo de homologação da licitação na qual os gêneros serão adquiridos ou o serviço de bufê será contratado;
- n. Valor do cerimonial solicitado com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem).

28. Não será garantida a provisão do recurso solicitado, de modo que as OM solicitantes não podem iniciar atividades que envolvam gastos com alimentação de competência da D Abst sem a prévia autorização.

29. Caso haja a possibilidade de atendimento do cerimonial militar por outro recurso previsto no Contrato de Objetivo Logístico, o pleito não será atendido, de modo que a solicitação será devolvida para que seja refeita.

30. Da mesma forma, caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

REUNIÕES, SIMPÓSIOS, PALESTRAS E CONGÊNERES (EXTRACOL)

31. As reuniões, simpósios, palestras e outros congêneres são eventos institucionais, portanto de caráter oficial, que tratam de assuntos de interesse da Força Terrestre.

32. Compreende atividades como:

- a. Reuniões de Comando que envolvam autoridades militares;
- b. Reuniões no âmbito dos C Mil A e RM que envolvam autoridades militares e comandantes subordinados;
- c. Demais reuniões sob responsabilidade de uma autoridade militar;
- d. Palestras proferidas por autoridades civis ou militares;
- e. Simpósios e Palestras de caráter administrativo voltados para todo público de uma RM ou C Mil A.

33. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos orçamentários para essas cerimônias, ainda que sejam atividades institucionais, é ocorrência da necessidade de alimentação complementar em:

- a. coquetel oficial de abertura ou encerramento;
- b. refeições de apoio do tipo “lanche”, “mesa de cafezinho”, “coquetel em intervalos”, etc.

34. Antes de qualquer solicitação, o Comandante, Chefe ou Diretor deverá enviar esforços para a realização dessas atividades com economia de etapas não sacadas, desde que as justifique nos documentos comprobatórios do Setor de Aprovisionamento, aplicando os mesmos valores de saque de homem/dia para a atividade.

35. Uma vez verificada a impossibilidade da realização com recursos próprios, a princípio, essas atividades EXTRACOL deverão ser solicitados às RM de vinculação para atendimento por meio da Reserva Regional. A RM de vinculação, como abordado no COL A3, poderá enquadrar a solicitação em um rol de prioridades, de modo que o pleito poderá ser frustrado.

36. Somente após verificada a impossibilidade de atendimento tanto pela OM quanto pela RM de vinculação (situação que será exigida a demonstração), a OM solicitante poderá requer o recurso extraordinário à D Abst para a realização das atividades.

37. Caso as atividades envolvam militares e/ou civis de outras OM do EB, deverá ser observado, antes da solicitação, o emprego da transferência de etapa.

38. Essas atividades extraordinárias serão atendidas por meio do plano interno E6SUEXCA1QR, caracterizando a etapa/complemento denominada **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”**, cujo valor para solicitação será o seguinte:

a. se destinado a suprir etapas extraordinárias, seu valor será igual ao da etapa comum do QR, por home e por dia;

b. se destinado a complementar etapas, seu valor será o mesmo dos complementos já existentes;

c. se destinado a complementar etapas em situações diversas, seu valor não poderá exceder a etapa comum do QR.

39. As OM deverão solicitar a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”** à D Abst por meio da RM de vinculação, ficando facultado ao Gab Cmt Ex, ao ODG, ao ODS, ao C Mil A, ao Cmdo RM e a Diretoria ligarem-se diretamente com D Abst.

40. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

41. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos |

b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

42. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

- a. Nome da atividade;
- b. Data/período de realização;
- c. Previsão normativa (caso haja alguma norma legal que não as citadas nessa seção);
- d. Natureza do público alvo (da ativa do EB ou de outro órgão, instituição, etc.);
- e. Efetivo atendido;
- f. Autoridades militares e civis envolvidas (Oficiais Gerais, Embaixadores, etc.);
- g. Publicação em Boletim Interno da OM sobre o acontecimento do evento;
- h. Se já foi solicitado à RM de vinculação o saque da Reserva Regional para o atendimento do cerimonial;
- i. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para atendimento do cerimonial;
- j. Se a OM ou OM apoiadora de racho possui disponibilidade orçamentária para atendimento da atividade;
- k. Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;
- l. Termo de homologação da licitação na qual os gêneros serão adquiridos ou o serviço de bufê será contratado;
- m. Valor da atividade com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem).

43. Não será garantida a provisão do recurso solicitado, de modo que as OM solicitantes não podem iniciar atividades que envolvam gastos com alimentação de competência da D Abst sem a prévia autorização.

44. Caso haja a possibilidade de atendimento da atividade por outro recurso previsto no Contrato de Objetivo Logístico, o pleito não será atendido, de modo que a solicitação será devolvida para que seja refeita.

45. Da mesma forma, caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

ESTÁGIOS DE OFICIAIS, SARGENTOS TEMPORÁRIOS E CABOS TEMPORÁRIOS (EXTRACOL)

46. Estágio de Oficiais e Sargentos temporários são aqueles que têm o objetivo de formar o miar para o desempenho de funções técnicas, logísticas e/ou nas diversas áreas de interesse da Força, tendo como universo de alunos os civis recém-egressos que dispõem da qualificação necessária exigida e que foram aprovados em processo seletivo.

47. Compreende os estágios:

- a. Para oficiais – EAS e EST;
- b. Para sargentos – EBST;
- c. Para cabos – EBCT;
- d. Outros estágios similares de formação de militares temporários.

48. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos orçamentários nessas atividades é a ocorrência de:

- a. estágio de formação coordenado pela RM de vinculação;
- b. existência de civis e/ou militares de outras Forças egressos ao Exército.

49. Essas atividades extraordinárias serão atendidas por meio do plano interno E6SUEXCA1QR, caracterizando a etapa denominada **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”**, cujo valor para solicitação será o seguinte:

- a. se destinado a suprir etapas extraordinárias, seu valor será igual ao da etapa comum do QR, por home e por dia;
- b. se destinado a complementar etapas, seu valor será o mesmo dos complementos já existentes;

50. Somente as RM poderão solicitar a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”** à D Abst, pois lhes cabe a responsabilidade pela condução dos estágios em questão.

51. Caso os estágios envolvam militares e/ou civis de outras OM do EB, tanto como alunos ou instrutores, deverá ser observado, antes da solicitação, o emprego da transferência de etapa.

52. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

53. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

- a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos |

- b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

54. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

- a. Tipo do estágio (EAS, EST, EBST, EBCT, etc.);
- b. Data/período de realização;
- c. Previsão normativa (caso haja alguma norma legal que não as citadas nessa seção);
- d. Natureza do público alvo (MFDV, OTT, CET, etc.);
- e. Efetivo atendido;
- f. Publicação em Boletim Regional contendo a relação nominal dos participantes, discriminando sua origem (civil, militar do EB, militar de outra força, etc.), pois os militares do EB não fazem jus à complementação de etapa, mas sim a transferência desta;
- g. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para a alimentação dos alunos;
- h. A indicação da OM que será responsável pela alimentação dos estagiários, com seu respectivo código de UG, código de OM e abreviatura militar;
- i. O quadro de trabalho do estágio com indicação dos dias e horários das instruções, pois somente os dias úteis serão considerados para fins provimento;

55. Caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

CURSOS E ESTÁGIOS OPERACIONAIS (EXTRACOL)

56. Os cursos de ministrados em qualquer OM do EB que tenham caráter operacional, a princípio, não serão atendidos por solicitação EXTRACOL.

57. Como disposto antes nesse livro, normalmente, nesses cursos e estágios, o militar não sofre desligamento de sua OM de origem, motivo pelo qual sua etapa deve ser transferida para o estabelecimento responsável pela condução dos mesmos.

58. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos orçamentários nessas atividades é a ocorrência de:

- a. Não haver outra forma de atendimento em situação já prevista no COL;
- b. Não haver forma de atendimento por outro ODS ou Diretoria;
- c. Ser aprovado no âmbito do EB;
- d. Não haver dotação orçamentária específica para o apoio de suas atividades.
- e. Existência de civis e/ou militares do Exército;
- f. Existência de civis e/ou militares não pertencentes ao Exército;
- g. Necessidade comprovada, de maior aporte de alimentação.

59. Essas atividades extraordinárias serão atendidas por meio do plano interno E6SUEXCA1QR, caracterizando a etapa denominada **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”**, cujo valor para solicitação será o seguinte:

- a. se destinado a suprir etapas extraordinárias, seu valor será igual ao da etapa comum do QR, por home e por dia;
- b. se destinado a complementar etapas, seu valor será o mesmo dos complementos já existentes;
- c. se destinado a complementar etapas de forma diversa, seu valor será definido pelo Diretor de Abastecimento.

60. Somente os ODS poderão solicitar a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”** à D Abst, pois lhes cabe a responsabilidade pela condução dos cursos e estágios em questão.

61. Caso os estágios envolvam militares e/ou civis de outras OM do EB, tanto como alunos ou instrutores, deverá ser observado, antes da solicitação, o emprego da transferência de etapa.

62. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

63. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos |

b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

64. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

- Nome do curso;
- Tipo de curso ou estágio (extensão, especialização, etc);
- Data/período de realização;
- Previsão normativa;
- Natureza do público alvo (oficiais, praças, cadetes, etc.);
- Efetivo atendido;

g. Publicação em Boletim do Exército, Regional, Interno ou documento semelhante que contenha a relação nominal dos participantes, discriminando sua origem (civil, militar do EB, militar de outra força, etc.), pois os militares do EB não fazem jus à complementação de etapa, mas sim a transferência desta;

h. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para a alimentação dos alunos;

i. A indicação da OM que será responsável pela alimentação dos alunos ou estagiários, com seu respectivo código de UG, código de OM e abreviatura militar;

j. O quadro de trabalho do curso ou estágio com indicação dos dias e horários das instruções, pois somente os dias úteis serão considerados para fins provimento;

65. Caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

OPERAÇÕES, MANOBRAS E EXERCÍCIOS LOGÍSTICOS OU OPERACIONAIS (EXTRACOL)

66. Operações, manobras e exercícios logísticos ou operacionais, a princípio, não serão atendidos por solicitação EXTRACOL.

67. Como disposto antes nesse livro, normalmente, para essas atividades o COTER, ou outro ODS, possuem dotação orçamentária específica, sobretudo quando se trata do emprego conjunto com outros Órgãos de fora da Foça.

68. Acrescenta-se a isso o fato de que, para os militares empregados do EB, podem ocorrer dois casos:

a. Ou o militar já se encontra provisionado com etapa de alimentação prevista no dia-a-dia, fornecida pela própria D Abst;

b. Ou o militar foi considerado para fins de provisão pelo ODS responsável.

69. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos orçamentários nessas atividades é a ocorrência de:

a. Não haver dotação orçamentária específica;

b. Não haver forma de atendimento por outro ODS ou Diretoria;

c. Não haver outra forma de atendimento em situação já prevista no COL;

d. Ser uma atividade aprovado no âmbito do EB, carecendo de documentação oficial;

e. Existência de civis e/ou militares do Exército;

f. Não haver concomitância com o que já foi provisionado pela D Abst no dia-a-dia das OM envolvidas;

g. Necessidade comprovada, de maior aporte de alimentação.

70. Essas atividades extraordinárias serão atendidas por meio do plano interno E6SUEXCOPQR, caracterizando a etapa denominada **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR”**, cujo valor para solicitação será o seguinte:

a. se destinado a suprir etapas extraordinárias, seu valor será igual ao da etapa comum do QR, por homem e por dia;

b. se destinado a complementar etapas, seu valor será o mesmo dos complementos já existentes;

c. se destinado a complementar etapas de forma diversa, seu valor será definido pelo Diretor de Abastecimento.

71. Somente os ODS/C Mil A poderão solicitar a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QR para operações militares, manobras e operações logísticas”** à D Abst, pois lhes cabe a responsabilidade pela condução das atividades em questão.

72. Caso os estágios envolvam militares e/ou civis de outras OM do EB, tanto como alunos ou instrutores, deverá ser observado, antes da solicitação, o emprego da transferência de etapa.

73. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

74. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 03 | Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades |
| 04 | Gás e Outros Materiais Engarrafados |
| 07 | Gêneros de Alimentação |
| 08 | Animais para Pesquisa e Abate |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos |

b. para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|-----------------------------|
| 41 | Fornecimento de alimentação |
| 45 | Serviços de gás |

75. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

- a. Nome da operação, manobra ou exercício logístico/ operacional;
- b. Data/período de realização;
- c. Previsão normativa;
- d. ODS/C Mil A/RM responsáveis pela atividade;
- e. Natureza do público alvo (oficiais, praças, cadetes, etc.), destacando se há militares/civis fora da Força;
- f. Efetivo atendido;
- g. Publicação em Boletim do Exército, Regional, Interno ou documento semelhante que contenha a relação nominal dos participantes, discriminando sua origem (civil, militar do EB, militar de outra força, etc.), pois os militares do EB não fazem jus à complementação de etapa, mas sim a transferência desta;
- h. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para a alimentação dos alunos;
- i. Se já foi recebido algum recurso que não seja do COLOG/D Abst para a realização da atividade;
- j. A indicação da OM que será responsável pela alimentação dos alunos ou estagiários, com seu respectivo código de UG, código de OM e abreviatura militar;
- k. A Ordem de Operações com o cronograma previsto para sua duração;

76. Caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A2

77. As solicitações extraordinárias de QS são aquelas que visam evitar possível interferência no fluxo de suprimento Classe I mantido entre os OP e OM apoiadas no que tange ao QS.

78. O que permitirá o atendimento por parte da D Abst com recursos orçamentários para aquisição de QS EXTRACOL das demandas apresentadas é ocorrência da necessidade de alimentação extraordinária em QS em face de:

- a. quebra de suprimento, após parecer conclusivo de sindicância;
- b. inexecução total ou parcial contratual, em caso de restos a pagar, após parecer conclusivo de processo administrativo;
- c. realização de atividade institucional prevista por autoridade competente, cuja necessidade vultosa demande o emprego de QS;
- d. operações, manobras, exercícios que não disponham de dotação orçamentária específica, após consulta da D Abst ao EME.

79. Antes de qualquer solicitação, as RM/OP devem envidar esforços para a realização das atividades acima elencadas com estoques existentes ou de contratações a receber.

80. Somente após verificada a impossibilidade de atendimento tanto pela OM quanto pela RM de vinculação (situação que será exigida a demonstração pela D Abst), a OM solicitante poderá requerer o recurso extraordinário à D Abst para a realização das atividades.

81. Caso as atividades envolvam militares e/ou civis de outras OM do EB, deverá ser observado, antes da solicitação, o emprego da transferência de etapa.

82. Essas atividades extraordinárias serão atendidas por meio do plano interno E6SUEXCA2QS, caracterizando a etapa/complemento denominada **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS”**, ou por meio do plano interno E6SUEXCOPQS (somente para operações e manobras), caracterizando a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS para operações militares, manobras e operações logísticas”** cujo valor para solicitação será o seguinte:

- a. se destinado a suprir etapas extraordinárias, seu valor será igual ao da etapa comum do QS, por home e por dia;
- b. se destinado a complementar etapas, seu valor será o mesmo dos complementos já existentes;
- c. se destinado a complementar etapas em situações diversas, seu valor não poderá exceder a etapa comum do QS.

83. Somente as RM/OP poderão solicitar a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS”** ou a **“Etapa/Complemento extraordinária(o) do QS para operações militares, manobras e operações logísticas”** à D Abst, pois lhes cabe a responsabilidade pela aquisição e/ou recebimento do QS.

84. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

85. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|------------------------|
| 07 | Gêneros de alimentação |

86. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

a. Nome da atividade;

b. Data/período de realização;

c. Previsão normativa;

d. Natureza do público alvo (da ativa do EB ou de outro órgão, instituição, etc.);

e. Efetivo atendido;

f. Publicação em Boletim Interno da OM em caso de evento de grande vulto

g. Cópia da sindicância, do processo administrativo ou outro processo, em caso de quebra de suprimento ou inexecução contratual;

h. Documento que autorizou a operação, manobra, exercício ou congênere, emitido por autoridade competente, acompanhado da informação que não dotação específica para a realização dessas atividades;

i. Se já foi solicitado a outro ODS/Diretoria/C Mil A/RM recurso orçamentário para atendimento do pleito;

j. Valor da atividade com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem).

87. Não será garantida a provisão do recurso solicitado, de modo que as RM/OP solicitantes não podem iniciar atividades que envolvam gastos com alimentação de competência da D Abst sem a prévia autorização.

88. Caso haja a possibilidade de atendimento da atividade por outro recurso previsto no Contrato de Objetivo Logístico, o pleito não será atendido, de modo que a solicitação será devolvida para que seja refeita.

89. Da mesma forma, caso haja previsão de atendimento do pleito por outro ODS ou Diretoria, ou, ainda, por outra ação orçamentária, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A3

90. Não é permitida a solicitação extraordinária de recurso do COL A3.

91. Somente o Diretor de Abastecimento poderá, em caso de necessidade justificada, determinar a complementação da Reserva Regional com recursos extraordinários.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A4

92. Não é permitida a solicitação extraordinária de recurso do COL A4.

93. Somente o Diretor de Abastecimento poderá, em caso de necessidade justificada, determinar a complementação dos Contratos de Objetivos com o DECEX e com o COTER com recursos extraordinários.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A5

94. A solicitação de recurso extraordinário (EXTRACOL) para aplicação em conformidade com as regras do PASA é aquela cuja previsão de atendimento no Contrato de Objetivos Logísticos não se encontra definida de modo ordinário, não havendo dotação orçamentária previamente programada.

95. O que permitirá o atendimento da demanda da OM por parte da D Abst com recursos extraordinários para assuntos do PASA é a existência se Setor de Aprovisionamento com:

- a. Cozinha, refeitório e depósito;
- b. Pessoal previsto em QCP;
- c. Atividade de recebimento, confecção e fornecimento de alimentação ao efetivo da OM.

96. Será atendida por meio do plano interno E6SUEXCA5PA.

97. Todas OM deverão solicitar o recurso extraordinário de PASA à D Abst por meio da RM de vinculação, não estando autorizada outra forma de contato para esse assunto.

98. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

99. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|---|
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 20 | Material de Cama, Mesa e Banho |
| 21 | Material de Copa e Cozinha |
| 23 | Uniformes, Tecidos e Aviamentos |
| 24 | Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações |
| 26 | Material Elétrico e Eletrônico |
| 28 | Material de Proteção e Segurança |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|---|
| 05 | Serviços Técnicos Profissionais |
| 16 | Manutenção e conservação de bens Imóveis |
| 17 | Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos |
| 48 | Serviço de seleção e treinamento |
| 51 | Serviço de análise e pesquisa científica |
| 78 | Limpeza e conservação |
| 82 | Serviços de controle ambiental |

c. Para a Natureza de Despesa 44.90.52:

| SI | MATERIAL PERMANENTE |
|----|---|
| 04 | Aparelhos de medição e orientação |
| 12 | Aparelhos e utensílios domésticos. |
| 28 | Máquinas e equipamentos de natureza industrial. |

100. O simples enquadramento da demanda no subitem não garante sua pertinência e coerência com assunto do PASA, razão pela qual o pedido será analisado em DIVERSOS quesitos, como quantidade, valores e características, a fim de verificar seu cabimento.

a. Como exemplo, caso a OM faça uma solicitação no subitem 42 da natureza de despesa 44.90.52, com o objetivo de adquirir cadeiras e mesas de escritório, não será atendida, pois embora o enquadramento da despesa esteja correto, esse não guarda pertinência com o assunto manutenção do PASA, mas sim com a vida vegetativa da OM.

b. Da mesma forma, caso a OM que não possui setor de abastecimento faça uma solicitação no subitem 12 da natureza de despesa 44.90.52, com o objetivo de adquirir geladeira, não será atendida, pois embora o enquadramento da despesa esteja correto, esse não guarda pertinência com o assunto manutenção do PASA, mas sim com a vida vegetativa da OM, pois esse programa objetiva o contínuo aperfeiçoamento das instalações de rancho.

101. Percebe-se ainda, que, boa parte das solicitações permitidas estão contidas no Grupo de Despesa 3, de modo que para o Grupo de Despesa 4 somente são autorizadas despesas no Elemento de Despesa 52. Isso significa que:

a. obras e serviços de engenharia não são objetos de solicitações do PASA;

b. caso a OM necessite realizar uma obra ou serviço de engenharia, deverá remeter o seu pedido ao ODS competente.

c. nesse caso, o pedido será negado e devolvido ao solicitante.

102. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

a. **Para aquisição e manutenção de equipamentos e utensílios:**

1) Justificativa da solicitação;

2) Descrição detalhada do objeto;

3) Fotos do equipamento em caso de manutenção;

4) Local de emprego no Setor de abastecimento;

5) Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;

6) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

7) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

8) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

b. Para aquisição ou manutenção de instalações do racho (cozinha, depósitos, câmaras frigoríficas e refeitórios):

1) Justificativa da solicitação;

2) Descrição detalhada do objeto;

3) Local de emprego no Setor de abastecimento;

4) Fotos do Local para a composição do “antes e depois” (a D Abst poderá solicitar fotos após a conclusão da manutenção da instalação);

5) Parecer técnico de autoridade ou OM competente atestando que não se trata de uma obra ou serviço de engenharia;

6) Se há solicitação do mesmo assunto para outro local competente além da Diretoria de Abastecimento;

7) Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;

8) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

9) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, na dispensa ou na inexigibilidade indicadas, discriminado por item, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

10) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

c. Para manutenção emergencial de câmara frigorífica:

1) Justificativa do enquadramento da solicitação como emergencial;

2) Breve histórico do problema, informando se já houve situação semelhante;

3) Descrição detalhada do objeto;

4) Fotos do Local, a fim de identificar o caráter emergencial e para a composição do “antes e depois” (a D Abst poderá solicitar fotos após a conclusão da manutenção da instalação);

5) Se há solicitação do mesmo assunto para outro local competente além da Diretoria de Abastecimento

6) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

7) Ao menos 3 (três) orçamentos em caso de dispensa ou inexigibilidade;

8) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, na dispensa ou na inexigibilidade indicadas, discriminado por item, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

9) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

103. Não será garantida a provisão do recurso solicitado, de modo que as OM solicitantes não podem iniciar qualquer despesa relacionada ao PASA sem a prévia autorização da D Abst.

104. Caso haja a possibilidade de atendimento da demanda por outro recurso orçamentário específico, o pleito não será atendido, de modo que a solicitação será devolvida para que seja refeita.

105. Da mesma forma, caso haja previsão de atendimento do pleito prioritariamente por outro ODS ou Diretoria, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

SOLICITAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO COL A6

106. A solicitação de recurso extraordinário (EXTRACOL) para aplicação em manutenção de órgão provedor (OP) é aquela cuja previsão de atendimento no Contrato de Objetivos Logísticos não se encontra definida de modo ordinário, não havendo dotação orçamentária previamente programada.

107. O que permitirá o atendimento da demanda da OM por parte da D Abst com recursos extraordinários para manutenção de órgão provedor é estar inserido na cadeia de suprimento Classe I, possuindo:

a. A destinação para funcionamento como Órgão Provedor;

b. Depósito de gênero secos e/ou câmara frigorífica para o recebimento, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios do QS, adquiridos com recursos da D Abst.

108. Será atendida por meio do plano interno E6SUEXCA6OP.

109. Somente os OP que integram a cadeia de suprimento Classe I poderão solicitar recurso extraordinário de manutenção de órgão provedor à D Abst, tanto por meio da RM da vinculação ou por contato direto com a Diretoria.

110. A solicitação deverá ser enviada por meio de DIEx, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (prazo contado na D Abst) em relação à data de aplicação do recurso.

111. O recurso solicitado terá aplicação limitada aos seguintes subitens:

a. Para a Natureza de Despesa 33.90.30:

| SI | MATERIAIS DE CONSUMO |
|----|--|
| 11 | Material Químico |
| 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem |
| 22 | Material de Limpeza e Prod. de Higienização |
| 24 | Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações |
| 25 | Material p/ Manutenção de Bens Móveis |
| 26 | Material Elétrico e Eletrônico |
| 28 | Material de Proteção e Segurança |
| 35 | Material Laboratorial |
| 36 | Material Hospitalar |
| 39 | Material p/ Manutenção de Veículos |
| 40 | Material Biológico |
| 42 | Ferramentas |
| 44 | Material de Sinalização Visual e outros |
| 58 | Sobressalentes para máquinas e equipamentos para produção industrial |

b. Para a Natureza de Despesa 33.90.39:

| SI | PRESTAÇÃO DE SV |
|----|---|
| 05 | Serviços Técnicos Profissionais |
| 16 | Manutenção e conservação de bens Imóveis |
| 17 | Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos |
| 19 | Manutenção e conservação de veículos |
| 48 | Serviços de seleção, capacitação e treinamento |
| 82 | Serviços de controle ambiental |

c. Para a Natureza de Despesa 44.90.52:

| SI | MATERIAL PERMANENTE |
|----|--|
| 04 | Aparelhos de medição e orientação. |
| 08 | Aparelhos, utensílios médicos, odontológicos e laboratoriais |
| 12 | Aparelhos e utensílios domésticos. |
| 24 | Equipamento de proteção, segurança e socorro |
| 28 | Máquinas e equipamentos de natureza industrial. |
| 30 | Máquinas e equipamentos energéticos |
| 34 | Máquinas, utensílios e equipamentos diversos |
| 42 | Mobiliário em geral |
| 48 | Veículos diversos |

112. O simples enquadramento da demanda no subitem não garante sua pertinência e coerência com assunto de manutenção de órgão provedor, razão pela qual o pedido será analisado em DIVERSOS quesitos, como quantidade, valores e características, a fim de verificar seu cabimento.

a. Como exemplo, caso o OP faça uma solicitação no subitem 08 da natureza de despesa 44.90.52, com o objetivo de adquirir um forno de micro-ondas, não será atendido, pois embora o enquadramento da despesa esteja correto, esse não guarda pertinência com o assunto manutenção de OP, mas sim com a atividade do Setor de Aprovisionamento.

b. Nesse caso, o pedido será negado e devolvido ao solicitante.

113. Percebe-se ainda, que, boa parte das solicitações permitidas estão contidas no Grupo de Despesa 3, de modo que para o Grupo de Despesa 4 somente são autorizadas despesas no Elemento de Despesa 52. Isso significa que:

a. obras e serviços de engenharia não são objetos de solicitações de manutenção de OP;

b. caso o OP necessite realizar uma obra ou serviço de engenharia, deverá remeter o seu pedido ao ODS competente.

114. A solicitação deverá responder, conforme redação subjetiva, aos seguintes quesitos:

a. **Para aquisição e manutenção de equipamentos e utensílios:**

1) Justificativa da solicitação;

2) Descrição detalhada do objeto;

3) Fotos do equipamento em caso de manutenção;

4) Local de emprego no Órgão Provedor, devendo ser restrito às instalações de suprimento Classe I (exceto o Setor de Aprovisionamento do OP);

5) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

6) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, dispensa ou inexigibilidade indicadas, discriminado por item, quantidade, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

7) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

b. **Para aquisição ou manutenção de instalações de suprimento Classe I do OP (depósitos e câmaras frigoríficas):**

1) Justificativa da solicitação;

2) Descrição detalhada do objeto;

3) Local de emprego no Órgão Provedor, devendo ser restrito às instalações de suprimento Classe I (exceto o Setor de Aproveitamento do OP);

4) Fotos do Local para a composição do “antes e depois” (a D Abst poderá solicitar fotos após a conclusão da manutenção da instalação);

5) Parecer técnico de autoridade ou OM competente atestando que não se trata de uma obra ou serviço de engenharia;

6) Se há solicitação do mesmo assunto para outro local competente além da Diretoria de Abastecimento;

7) Termo de homologação da licitação na qual a despesa pretende ser empenhada;

8) Valor da aquisição ou do serviço com base na licitação, na dispensa ou na inexigibilidade indicadas, discriminado por item, valor unitário do item, valor total do item e agrupados por natureza de despesa detalhada (inclui o subitem);

9) Priorização de atendimentos dos itens ou faseamento do pedido.

115. Não será garantida a provisão do recurso solicitado, de modo que os OP solicitantes não podem iniciar qualquer despesa relacionada à manutenção de OP sem a prévia autorização da D Abst.

116. Caso haja a possibilidade de atendimento da demanda por outro recurso orçamentário específico, o pleito não será atendido, de modo que a solicitação será devolvida para que seja refeita.

117. Da mesma forma, caso haja previsão de atendimento do pleito prioritariamente por outro ODS ou Diretoria, a solicitação será devolvida para que seja refeita a quem detenha a competência.

PREScrições DIVERSAS

1. Ao longo do ano, a Diretoria de Abastecimento emitirá Notas de Instrução ou Documentos Internos do Exército (DIEEx), **criando, modificando ou alterando orientações para os diversos assuntos relativos ao suprimento Classe I.**

2. A relação de OM categoria tipo A e B, em guarnições especiais ou comum, tomou por base consulta no portal eletrônico da Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentação.

3. As descentralizações de recursos orçamentários relativos às atividades de suprimento Classe I, enquadrados nos diversos COL, não serão feitas às UGR, mas somente às UGE.

4. Telefones para contato da Seção:

- a. 61-3145-5045: Chefe da Seção;
- b. 61-3145-5229: Orçamento e Planejamento; COL A1; COL A2; COL A3; COL A4 e COL A5;
- c. 61-3145-5956: PASA e COL A5;
- d. 61-3145-6773: Geral e Auditoria.



REMONTA E VETERINÁRIA





DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS REMONTA E VETERINÁRIA

SUBÍNDICE

| COL | ASSUNTO | Pag |
|----------------|--|------------|
| COL RV1 | ALIMENTAÇÃO ANIMAL | 128 |
| COL RV2 | MEDICAMENTOS E MEDIDAS PROFILÁTICAS | 130 |
| COL RV3 | FERRAGEAMENTO PARA EQUINOS | 132 |
| COL RV4 | OUTROS | 133 |

COL RV1 – ALIMENTAÇÃO ANIMAL

1. Destina-se à aquisição de ração balanceada equina, feno/alfafa, ração canina, ração para animais de cativeiro e sal mineralizado. Os créditos serão descentralizados por meio do Plano Interno E6RVCOLALI1.

2. O regime alimentar dos equinos e caninos do Exército é publicado anualmente em Aditamento ao Boletim Interno da Diretoria de Abastecimento. Está de acordo com o Art 136, inciso II, do Título IV da Port nº 09-D Log, de 27 de junho de 2002 – Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP).

3. Os valores para lançamento no Contrato de Objetivos Logísticos visam atender às Organizações Militares com efetivos de animais autorizados em Portaria publicada anualmente pelo Estado-Maior do Exército (EME).

4. Memória de cálculo da alimentação (mensal):

| ANIMAIS | TIPO | CÁLCULO |
|-----------|--------------|--|
| EQUINOS | RAÇÃO EQUINA | Nr de animais x quantitativo de ração diária, variando de 2 a 6 Kg (qtd tabelar por equino consta no regime alimentar) x 30 dias x Valor Kg Rç |
| | FENO * | Nr de animais x 4 Kg ao dia x 30 dias x Valor Kg Feno |
| | SAL MINERAL | Nr de animais x 0,05 Kg ao dia x 30 dias x Valor Kg Rç |
| CANINOS | RAÇÃO CANINA | Nr de animais x 1 Kg ao dia x 30 dias x Valor Kg Rç |
| ZOOLOGICO | DIVERSOS | 230.000,00 - CIGS (Anual) |

* OM contempladas: Regimentos de Cavalaria de Guarda, AMAN, EsEqEx, CMRJ, CI Gericinó, 13º RC Mec, ESA e 32º GAC.

5. O planejamento tem por objetivo o atendimento aos animais por um período de 12 meses, com início em 1º de abril de 2018 e término em 31 de março de 2019.

O período acima poderá variar ao longo do ano, conforme os aspectos a seguir:

- variação da Lei Orçamentária Anual (LOA); e
- não realização da liquidação nos meses de atendimento (períodos) aos quais os créditos se destinam (perda do prazo de aplicação).

Todavia, devido a adiantamento de créditos realizados no Exercício Financeiro de 2017, bem como existência de estoque de ração a maior em relação ao previsto, as OM abaixo já serão atendidas por um prazo inferior a doze meses, conforme tabela:

| OM | FINALIDADE DA AQUISIÇÃO | PERÍODO DE ATENDIMENTO |
|-------------|----------------------------------|---|
| 3º RCG | feno/alfafa para equinos | 1º de julho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 9º B Sup | ração e sal mineral para equinos | 16 de abril de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 1º BG | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| AMAN | ração para caninos | 16 de julho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| CI Gericinó | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| BMSA | ração para caninos | Sem atendimento (estoque até 31 Mar 2019) |

| | | |
|--|--------------------|--|
| DC Mun | ração para caninos | 1º de junho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| Bda Inf Pqdt (25º BI Inf Pqdt) | ração para caninos | 1º de junho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 22º D Sup | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 3º BPE | ração para caninos | 16 de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 5º RC Mec | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| Cmdo 3ª RM (1ª Cia Gda) | ração para caninos | 1º de junho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| Cmdo 4ª RM (4ª Cia PE) | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 5º B Sup | ração para caninos | 1º de julho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 20º BIB | ração para caninos | 16 de abril de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 4º BPE | ração para caninos | 16 de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| Cmdo 13ª Bda Inf Mtz (13º Pel PE) | ração para caninos | 16 de setembro de 2018 a 31 de março de 2019 |
| B Adm Cmdo Op Esp | ração para caninos | 1º de setembro de 2018 a 31 de março de 2019 |
| 11º D Sup | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |
| BGP | ração para caninos | 16 de julho de 2018 a 31 de março de 2019 |
| Cmdo CMA (7º BPE) | ração para caninos | 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2019 |

6. Valores previstos:

| RM | COL RV1 | |
|--------------------|----------------------------|---------------------|
| | PLANO INTERNO: E6RVCOLALI1 | |
| | EFETIVO | VALORES (R\$) |
| 1ª | 373 | 2.031.603,60 |
| 2ª | 80 | 239.854,80 |
| 3ª | 1.079 | 1.618.875,07 |
| 4ª | 26 | 64.893,90 |
| 5ª | 36 | 82.005,00 |
| 6ª | 15 | 37.800,00 |
| 7ª | 21 | 54.655,92 |
| 8ª | 21 | 52.920,00 |
| 9ª | 121 | 463.614,75 |
| 10ª | 3 | 7.560,00 |
| 11ª | 371 | 1.833.070,08 |
| 12ª | 27 | 64.470,00 |
| DECEX | 263 | 1.395.390,68 |
| B Ap Log Ex | 43 | 76.860,00 |
| SOMA | 2.479 | 8.023.573,80 |

COL RV2 – MEDICAMENTOS E MEDIDAS PROFILÁTICAS

1. Destina-se à aquisição de medicamentos, vacinas e vermífugos para equinos, caninos e animais do zoológico do CIGS, além de aquisição de kits para realização de exames de anemia infecciosa equina. Os créditos serão descentralizados por meio do Plano Interno E6RVCOLMTO2.

2. O calendário de medidas profiláticas é aprovado e publicado anualmente em Aditamento ao Boletim Interno da Diretoria de Abastecimento. Está amparado no Art. 4º, do Cap I, do Título II, da Port nº 036-DGS, de 16 de Dezembro de 1999 – Instruções Reguladoras das Atividades de Remonta e Veterinária, em Tempo de Paz – (IR 70-19).

3. Os valores para lançamento no Contrato de Objetivos Logísticos visam atender às Organizações Militares com efetivos de animais autorizados em Portaria publicada anualmente pelo Estado-Maior do Exército (EME).

4. Memória de cálculo de medicamentos e medidas profiláticas:

| ANIMAIS | TIPO | CÁLCULO |
|-----------|------------------------------------|---|
| EQUINOS | MEDICAMENTOS | Ef x R\$ 40,00 (mensal) |
| | VACINAS | Ef x R\$ 151,00 (soma anual das vacinas) |
| | VERMÍFUGOS | Ef x 4 aplicações x R\$ 30,00 (anual) |
| CANINOS | MEDICAMENTOS | Ef x R\$ 35,00 (mensal) |
| | VACINAS E PROFILAXIA ECTOPARASITAS | Ef x R\$ 572,00 (soma anual vacinas e ectoparasitas) valor para: 1ª, 2ª 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª RM, DECEX e B Ap Log Ex Ef x R\$ 686,00 (soma anual vacinas e ectoparasitas) valor para: 8ª e 12ª RM |
| | VERMÍFUGOS | Ef x 4 aplicações x R\$ 50,00 (anual) valor para: 1ª, 2ª 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª RM, DECEX e B Ap Log Ex Ef x 4 aplicações x R\$ 60,00 (anual) valor para: 8ª e 12ª RM |
| ZOOLÓGICO | MEDICAMENTOS, VERMÍFUGOS E VACINAS | 40.000,00 – CIGS (anual) |

5. O planejamento realizado atende o período de 12 meses, com início em 1º de abril de 2018 e término em 31 de março de 2019, podendo sofrer modificações ao longo do ano, de acordo com aspectos relacionados à variação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ou questões relacionadas a não realização da liquidação nos meses de atendimento (períodos) aos quais os créditos se destinam (perda do prazo de aplicação).

6. Valores previstos:

| RM | COL RV2 | |
|----|----------------------------|---------------|
| | PLANO INTERNO: E6RVCOLMTO2 | |
| | EFETIVO | VALORES (R\$) |
| 1ª | 250 | 227.589,00 |
| 2ª | 80 | 89.448,00 |
| 3ª | 1.124 | 875.435,00 |

| | | |
|-----------------------|--------------|---------------------|
| 4^a | 21 | 22.356,00 |
| 5^a | 36 | 42.912,00 |
| 6^a | 15 | 17.880,00 |
| 7^a | 21 | 21.063,00 |
| 8^a | 21 | 28.266,00 |
| 9^a | 121 | 101.455,00 |
| 10^a | 3 | 3.576,00 |
| 11^a | 371 | 312.137,00 |
| 12^a | 27 | 36.342,00 |
| DECEX | 360 | 318.298,00 |
| B Ap Log Ex | 43 | 54.260,00 |
| SOMA | 2.493 | 2.151.017,00 |

COL RV3 – FERRAGEAMENTO PARA EQUINOS

1. Destina-se à aquisição de ferraduras, cravos e gás liquefeito a ser utilizado pelos equinos das Organizações Militares apoiadas. Os créditos serão descentralizados por meio do Plano Interno E6RVCOLFER3.

2. Os valores para lançamento no Contrato de Objetivos Logísticos visam atender às Organizações Militares com efetivos de animais autorizados em Portaria publicada anualmente pelo Estado-Maior do Exército (EME).

3. Memória de cálculo de material para ferrageamento equino:

| ANIMAIS | CÁLCULO |
|---------|-------------------------|
| EQUINOS | Ef x R\$ 40,00 (Mensal) |

4. O planejamento realizado atende ao período de 12 meses, com início em 1º de abril de 2018 e término em 31 de março de 2019, podendo sofrer modificações ao longo do ano, de acordo com aspectos relacionados à variação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ou questões relacionadas a não realização da liquidação nos meses de atendimento (períodos) aos quais os créditos se destinam (perda do prazo de aplicação).

5. Valores previstos:

| RM | COL RV3 | |
|-------------|----------------------------|---------------|
| | PLANO INTERNO: E6RVCOLFER3 | |
| | EFETIVO | VALORES (R\$) |
| 1ª | 187 | 89.760,00 |
| 2ª | 12 | 5.760,00 |
| 3ª | 385 | 184.800,00 |
| 4ª | 6 | 2.880,00 |
| 5ª | - | - |
| 6ª | - | - |
| 7ª | 9 | 4.320,00 |
| 8ª | - | - |
| 9ª | 86 | 41.280,00 |
| 10ª | - | - |
| 11ª | 293 | 140.640,00 |
| 12ª | - | - |
| DECEX | 342 | 164.160,00 |
| B Ap Log Ex | 4 | 1.920,00 |
| SOMA | 1.324 | 635.520,00 |

COL RV4 – OUTROS

1. Destina-se à aquisição de equipamentos agrícolas e de medicina veterinária, realização de exames laboratoriais, manutenção de máquinas, equipamentos agrícolas, canis, pavilhões de baias, farmácias, estrumeiras, pastagens, áreas de contenção de animais, aquisição de insumos para plantio e gerenciamento do Programa de Autossuficiência da Coudelaria de Rincão. Os créditos para atendimento ao COL RV4 são provenientes do Plano Interno E6RVCOLOUT4.

2. A exceção dos créditos destinados ao exame de Mormo, as demais descentralizações referentes ao COL RV4 estarão condicionada à solicitação, por meio de DIEx, à Diretoria de Abastecimento, confirmando ou retificando os valores lançados no SISCO e a existência de processo licitatório vigente para aquisição dos itens.

3. Valores previstos:

| RM | COL RV4 | |
|-------------|----------------------------|-------------------|
| | PLANO INTERNO: E6RVCOLOUT4 | |
| | Gp 3 (R\$) | Gp 4 (R\$) |
| 1ª | 58.182,00 | 55.457,00 |
| 2ª | 163.556,00 | 66.775,00 |
| 3ª | 1.262.839,79 | 252.942,00 |
| 4ª | 4.248,00 | 4.650,00 |
| 5ª | 125.038,35 | 12.270,00 |
| 6ª | 23.118,45 | 8.845,99 |
| 7ª | 3.482,66 | 10.248,00 |
| 8ª | 48.874,07 | 107.854,18 |
| 9ª | 16.515,30 | 20.373,17 |
| 10ª | 10.000,00 | 0,00 |
| 11ª | 468.247,14 | 133.241,88 |
| 12ª | 100.657,01 | 72.656,71 |
| DECEX | 385.896,00 | 120.000,00 |
| B Ap Log Ex | 59.084,00 | 0,00 |
| SOMA | 2.729.738,77 | 865.313,93 |

RESUMO DOS VALORES A SEREM CONTRATADOS POR GND

| COL | GND | VALOR (R\$) |
|--------------------------|-------|----------------------|
| RV1 | 3 | 8.023.573,80 |
| RV2 | 3 | 2.151.017,00 |
| RV3 | 3 | 635.520,00 |
| RV4 | 3 | 2.729.738,77 |
| RV4 | 4 | 865.313,93 |
| TOTAIS | GND 3 | 13.539.849,57 |
| | GND 4 | 865.313,93 |
| TOTAL COL RV/2018 | | 14.405.163,50 |



CLASSE II



"A FARDA NÃO É UMA VESTE, QUE SE DESPE COM FACILIDADE E ATÉ COM INDIFERENÇA, MAS UMA OUTRA PELE, QUE ADERE À PRÓPRIA ALMA, IRREVERSIVELMENTE PARA SEMPRE"

(Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10) - 1ª Edição 2002)



DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS Classe II

SUBÍNDICE

| COL | ASSUNTO | Pag |
|--------|------------------------------------|-----|
| COL F1 | UNIFORMES ESCOLARES | 136 |
| COL F2 | UNIFORMES HISTÓRICOS | 137 |
| COL F3 | UNIFORMES ESPECIAIS | 138 |
| COL F4 | BANDEIRAS, INSÍGNIAS E DISTINTIVOS | 139 |
| COL E1 | MANUTENÇÃO DE ÓRGÃO PROVEDOR | 141 |
| COL E2 | FICHA MODELO 20 | 142 |
| COL E3 | MANUTENÇÃO DE SUPRIMENTO CLASSE II | 144 |
| COL E4 | INSTRUMENTOS MUSICAIS | 145 |
| COL E5 | MATERIAL AEROTERRESTRE | 146 |
| COL E6 | MATERIAL DE MONTANHA | 147 |

COL F1 - UNIFORMES ESCOLARES

1. Trata-se do Contrato de Objetivo Logístico firmado com o DECEEx, no GND III (ED 30 ou 39), no **PI E6MICOLUESC**, visando a aquisição, confecção e manutenção dos uniformes e demais itens que compõem os diversos tipos de fardamentos escolares previstos no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) e nas Instruções Reguladoras para Distribuição de Fardamento (IRDF/ IR 70-04).

2. Está de acordo com o Anexo “F” do RUE e com os Anexos “I”, “J”, e “M” das Instruções Reguladoras para Distribuição do Fardamento (IRDF / IR 70-04).

3. Caberá ao DECEEx priorizar, de acordo com o crédito previsto, o valor a ser descentralizado para cada EE, CPOR, NPOR e OMCT.

4. O crédito será descentralizado diretamente para os EE, CPOR, NPOR e OMCT, de acordo com a prioridade estabelecida pelo DECEEx no SISCOL 2018, dentro do teto disponibilizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

5. O crédito descentralizado neste COL **não deve ser utilizado para aquisição ou confecção de uniformes ou peças de fardamento adquiridos centralizadamente pelo COLOG** e distribuídos nos PRDF das Regiões Militares, salvo autorização específica da Diretoria de Abastecimento.

6. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

7. Crédito previsto:

| ESTABELECIMENTO DE ENSINO | ED 30 ou 39 |
|---------------------------|---------------------|
| CPOR/NPOR | 400.000,00 |
| AMAN | 4.793.790,00 |
| EsPCEEx | 400.000,00 |
| EsSA | 2.000.000,00 |
| EsSLog | 200.000,00 |
| OMCT | 1.000.000,00 |
| TOTAL | 8.793.790,00 |

COL F2 - UNIFORMES HISTÓRICOS

1. Trata-se de Contrato de Objetivo Logístico firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 ou 39), no **PI E6MICOLUHIS**, visando a aquisição, confecção e manutenção dos uniformes históricos e seus componentes, das unidades previamente definidas no Anexo “G” do RUE e Anexo “N” às IRDF.

2. O crédito será descentralizado diretamente para as Organizações Militares (OM), de acordo com a prioridade estabelecida pela RM no SISCOL 2018, dentro do teto disponibilizado pela LOA.

3. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

4. Crédito previsto:

| RM | OM | ED 30 ou 39 |
|--------------|--|---------------------|
| 1ª | - 1º BG - Batalhão do Imperador - 2º RCG - Regimento Andrade Neves - Bia Cmdo CCFEx – FSJ e Bia Cmdo CEP/Forte Duque de Caixas - MHEX/Bia Cmdo Forte Copacabana - 2º BI Mtz – Regimento Avaí (Batalhão Suez) | 418.150,00 |
| 2ª | - 2º GAC AP – Regimento Deodoro | 11.000,00 |
| 3ª | - 3º RCG - Regimento Osório - 3º GAC AP - Regimento Mallet - 27º GAC - Grupo Monte Caseros | 179.851,34 |
| 4ª | - EsSA – Uniforme Histórico da Escola de Sargentos das Armas | 480.000,00 |
| 5ª | - 62º BI - Btl Francisco de Lima e Silva - 63º BI - Btl Fernando Machado - Seq Art - Marechal Luz | 10.000,00 |
| 6ª | - Guarnições das Fortificações Históricas de Salvador: Forte São Paulo e Forte São Pedro | 38.000,00 |
| 9ª | - Forte Coimbra | 8.000,00 |
| 11ª | - BGP - Batalhão da Guarda Presidencial - 1º RCG - Dragões da Independência - 32º GAC - Baterias de Cerimonial do Grupo D. Pedro I | 2.854.998,66 |
| TOTAL | | 4.000.000,00 |

COL F3 - UNIFORMES ESPECIAIS

1. Trata-se do Contrato de Objetivo Logístico firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 ou 39), no **PI E6MICOLUESP**, visando a aquisição, confecção e manutenção de uniformes especiais das OM, conforme o Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) e Instruções Reguladoras para Distribuição de Fardamento (IRDF).

2. São considerados uniformes especiais, cobertos por este COL: uniforme de guarda, uniforme de Polícia do Exército, uniforme de motociclista, uniforme de caatinga, uniforme de rancho, uniforme de taifeiro, uniforme de motorista/segurança (quando previsto) e uniforme de saúde masculino A e B. Conforme o Anexo "A" do RUE e com os Anexos "C", "D", "E", e "G" às IRDF.

3. O crédito será descentralizado diretamente para as OM, de acordo com a prioridade estabelecida pela RM no SISCOL 2018, dentro do teto disponibilizado pela LOA.

4. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

5. Crédito previsto:

| RM | ED 30 ou 39 |
|--------------|---------------------|
| 1ª | 1.009.000,00 |
| 2ª | 222.400,00 |
| 3ª | 517.040,00 |
| 4ª | 74.390,00 |
| 5ª | 46.600,00 |
| 7ª | 338.700,00 |
| 8ª | 247.660,00 |
| 9ª | 93.625,00 |
| 10ª | 59.985,00 |
| 11ª | 1.789.665,00 |
| 12ª | 224.145,00 |
| B Ap Log Ex | 83.000,00 |
| TOTAL | 4.706.210,00 |

COL F4 - BANDEIRAS, INSÍGNIAS E DISTINTIVOS

1. Trata-se do Contrato de Objetivo Logístico firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 ou 39), no **PI E6MICOLBIDS**, visando atender à aquisição ou confecção de bandeiras, insígnias, distintivos e itens de identificação individual.

2. Com relação às Bandeiras, cabe ressaltar:

a. são passíveis de aquisição com este COL: a Bandeira Nacional do mastro e da Guarda Bandeira (incluso seus acessórios), as Bandeiras-Insígnias (incluso as miniaturas de Vtr oficial), os Distintivos e os Estandartes (incluso seus acessórios); e

b. visa atender ao que prescreve o Vade-Mécum de Cerimonial Militar da SGEx e o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 Maio 2009, e nº 849/MD, de 4 Abr 2013), no seu Cap VII, Art 92 a 98.

3. Com relação às insígnias e distintivos (itens de fardamento), cabe ressaltar:

a. as insígnias passíveis de aquisição com este COL são as previstas no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE – R124), Cap IV, art. 51, 52, 53, 54 e 55, para militares de graduação inferior a 3º Sgt;

b. os distintivos são os previstos no RUE (R-124), Cap V, para militares de graduação inferior a 3º Sgt; e

c. tem previsão de duração de 2 anos;

4. O crédito será descentralizado para a RM ou OM por ela designada, de acordo com os lançamentos aprovados no SISCOL 2018, até o teto disponibilizado pela LOA.

5. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

6. Crédito previsto:

| RM | ED 30 ou 39 |
|--------------|---------------------|
| 1ª | 400.000,00 |
| 2ª | 400.000,00 |
| 3ª | 200.000,00 |
| 4ª | 61.650,00 |
| 5ª | 28.350,00 |
| 6ª | 60.000,00 |
| 7ª | 80.000,00 |
| 8ª | 200.000,00 |
| 9ª | 80.000,00 |
| 10ª | 110.000,00 |
| 11ª | 400.000,00 |
| 12ª | 400.000,00 |
| B Ap Log Ex | 80.000,00 |
| TOTAL | 2.500.000,00 |

COL E1 - MANUTENÇÃO DE ÓRGÃO PROVEDOR

1. Trata-se de Contrato de Objetivos Logísticos firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 ou 39) e GND IV (ED 52), no **PI E6MICOLMNOP**, para aquisição de material permanente, de consumo ou contratação de serviços, **visando a manutenção e o bom funcionamento do(s) depósito(s) de Sup CI II** ou outras instalações destinadas à estocagem ou controle do referido suprimento. Estão inclusos os serviços de manutenção de depósitos, desde que visem à melhoria da guarda e conservação do suprimento (segurança, acondicionamento e manejo).

2. Obras de construção, reparação e recuperação devem ser atendidas, exclusivamente, **com recursos do DEC**, por intermédio do **Sistema OPUS**.

3. O crédito será descentralizado diretamente aos OP (B Sup/D Sup e Ba Log), Ba Ap Log Ex e B DoMPSA, conforme os lançamentos aprovados no SISCOL 2018 e o teto disponibilizado pela LOA.

4. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

5. Crédito previsto:

| OP | ED 30 ou 39 | ED 52 |
|--------------|---------------------|---------------------|
| 1º D Sup | 306.300,00 | 0,00 |
| 21º D Sup | 239.067,72 | 320.000,00 |
| 3º B Sup | 433.683,31 | 250.500,00 |
| 4º D Sup | 126.258,70 | 0,00 |
| 5º B Sup | 206.529,13 | 176.000,00 |
| 6º D Sup | 62.989,99 | 47.000,00 |
| 7º D Sup | 178.936,17 | 258.200,00 |
| 8º D Sup | 658.815,15 | 618.325,69 |
| 9º B Sup | 178.378,74 | 268.999,00 |
| 10º D Sup | 76.368,40 | 359.000,95 |
| 11º D Sup | 308.818,19 | 1.133.000,00 |
| 12º B Sup | 578.854,49 | 65.000,00 |
| Ba Ap Log Ex | 5.000,00 | 10.000,00 |
| TOTAL | 3.360.000,00 | 3.506.025,64 |

COL E2 - FICHA MODELO 20

1. Trata-se do Contrato de Objetivo Logístico firmado com as Regiões Militares, no GND IV (ED 52), no **PI E6MICOLFM20**, para aquisição de material permanente, de acordo com a Ficha Modelo 20, de itens de competência desta Diretoria, após a consolidação das Fichas Modelo 18.

2. O crédito será descentralizado diretamente para as OM, de acordo com a prioridade estabelecida pela Região Militar no SISCOL 2018, dentro do teto disponibilizado pela LOA.

3. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

4. Crédito previsto:

| RM | ED 52 |
|--------------|---------------------|
| 1ª | 585.000,00 |
| 2ª | 310.000,00 |
| 3ª | 570.000,00 |
| 4ª | 165.000,00 |
| 5ª | 285.000,00 |
| 7ª | 250.000,00 |
| 8ª | 160.000,00 |
| 9ª | 245.000,00 |
| 10ª | 100.000,00 |
| 11ª | 410.000,00 |
| 12ª | 410.000,00 |
| Ba Ap Log Ex | 10.000,00 |
| TOTAL | 3.500.000,00 |

5. Itens contemplados:

a. Equipamentos e Sistemas para Manutenção de OM:

- LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PARA PISO;
- ROÇADEIRAS;
- EQUIPAMENTOS DE CARPINTARIA E MARCENARIA; e
- OUTROS.

- b. Contentores de Resíduos:
 - CONTENTOR DE LIXO COM PEDAL;
 - DEPÓSITO PARA LIXO (100 LITROS) EM PVC COM TAMPA E RODAS; e
 - SIMILARES.

- c. Equipamentos para Apoio e Movimentação de Cargas:
 - CARRO COLETOR DE DETRITO NÃO ORGÂNICO COM PEDAL;
 - CARRO PLATAFORMA;
 - CARRO COM PRATELEIRA;
 - ESTEIRAS;
 - EMPILHADEIRAS; e
 - ETC.

- d. Equipamento de Aeração/Exaustão do Ambiente:
 - APARELHOS DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
 - EXAUSTOR; e
 - OUTROS.

- e. Mobiliário em Geral (exceto Serviço de Aprovisionamento – Classe I)
 - MESAS E CADEIRAS DE ESCRITÓRIO; e
 - SIMILARES.

- f. Materiais de Combate a Incêndio
 - EXTINTOR DE INCÊNDIO **PREDIAL**.

- g. Material de GLO (apenas OM PE e Gda)
 - CONES DE SINALIZAÇÃO;
 - ALGEMAS;
 - BARREIRA PLÁSTICA e FURA PNEUS;
 - BALIZADOR FIXO CILÍNDRICO;
 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO;
 - SEPARADOR DE FLUXO/ORGANIZADOR DE FILA;
 - OUTROS EQUIPAMENTOS PARA EMPREGO EM PBCE/PSE;

COL E3 - MANUTENÇÃO DE SUPRIMENTO CLASSE II

1. Trata-se de Contrato de Objetivos Logísticos firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 e 39), no **PI E6MICOLMNSU**, visando atender aos Programas Internos de Trabalho (PIT) dos Parques Regionais de Manutenção, Batalhões Logísticos, Batalhão DoMPSA e Arsenais de Guerra, nas aquisições de insumos e contratação de serviços para **manutenir** equipamentos individuais, material de estacionamento e de alojamento, de acordo com as **Port nº 73 e 74** (Bol Res, de 31 Out 2002).

2. O crédito deste COL não pode ser aplicado na fabricação do Sup Cl II. O COLOG/D Abst realiza as aquisições seguindo normas técnicas de padronização, qualidade e aplicabilidade.

3. O crédito será descentralizado diretamente para as OM de Mnt (Pq R Mnt, B Log e Ars G), de acordo com os lançamentos aprovados no SISCOL 2018, até o teto disponibilizado pela LOA.

4. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

5. Crédito previsto:

| RM | ED 30 ou 39 |
|--------------|-------------------|
| 1ª | 75.000,00 |
| 2ª | 20.000,00 |
| 3ª | 75.000,00 |
| 4ª | 20.000,00 |
| 5ª | 40.000,00 |
| 6ª | 40.000,00 |
| 7ª | 40.000,00 |
| 8ª | 40.000,00 |
| 9ª | 40.000,00 |
| 10ª | 20.000,00 |
| 11ª | 40.000,00 |
| 12ª | 40.000,00 |
| Ba Ap Log Ex | 10.000,00 |
| TOTAL | 500.000,00 |

COL E4 – INSTRUMENTOS MUSICAIS

1. Trata-se de Contrato de Objetivos Logísticos firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 e 39) e GND IV (ED 52), no **PI E6MICOLINMU**, para a aquisição de instrumentos, como também peças, acessórios e sobressalentes para sua manutenção para as Bandas de Música e Fanfarras, previstas na Port nº 032-EME/Res, de 15 Fev 17.

2. O crédito será descentralizado diretamente para a OM detentora do material, de acordo com os lançamentos aprovados no SISCOL 2018 e a categoria de cada banda ou fanfarra, até o teto disponibilizado pela LOA. Para o estabelecimento das prioridades, **as RM deverão observar o montante de recursos descentralizados no exercício de 2017**, com a finalidade de contemplar as OM que não receberam recursos naquele ano.

3. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

4. Crédito previsto:

| RM | ED 30 ou 39 | ED 52 |
|--------------|-------------------|---------------------|
| 1ª | 46.000,00 | 154.430,00 |
| 2ª | 36.860,00 | 122.925,00 |
| 3ª | 42.000,00 | 140.085,00 |
| 4ª | 15.600,00 | 48.660,00 |
| 5ª | 25.400,00 | 84.670,00 |
| 6ª | 7.000,00 | 23.350,00 |
| 7ª | 17.550,00 | 58.510,00 |
| 8ª | 18.990,00 | 63.290,00 |
| 9ª | 24.000,00 | 81.310,00 |
| 10ª | 3.800,00 | 12.660,00 |
| 11ª | 36.000,00 | 120.110,00 |
| 12ª | 26.800,00 | 90.000,00 |
| TOTAL | 300.000,00 | 1.000.000,00 |

COL E5 - MATERIAL AEROTERRESTRE

1. Trata-se de Contrato de Objetivos Logísticos firmado com a 1ª Região Militar, 11ª Região Militar e 12ª Região Militar, no GND III (ED 30 e 39) e GND IV (ED 52), no **PI E6MICOLMAET**, para a aquisição de material aeroterrestre permanente e de consumo, bem como insumos ou contratação de serviço para a sua manutenção.

2. O crédito será descentralizado diretamente para a OM detentora do material, de acordo com os lançamentos aprovados no SISCOL 2018, até o teto disponibilizado pela LOA.

3. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

4. Crédito previsto:

| RM | OM | ED 30 ou 39 | ED 52 |
|--------------|-----------------------|--------------------|---------------------|
| 1ª | Bda Inf Pqdt/B DoMPSA | 629.263,00 | 1.440.000,00 |
| 11ª | COpEsp | 56.737,00 | 520.000,00 |
| 12ª | 3ª Cia F Esp | 14.000,00 | 40.000,00 |
| TOTAL | | 700.000,00 | 2.000.000,00 |

COL E6 - MATERIAL DE MONTANHA

1. Trata-se de Contrato de Objetivos Logísticos firmado com as Regiões Militares, no GND III (ED 30 e 39) e GND IV (ED 52), no **PI E6MICOLMMTH**, para a aquisição de material permanente e de consumo, bem como insumos ou contratação de serviço para a manutenção ou reparo do material montanha.

2. A Diretoria descentralizará crédito diretamente para as OM indicadas e priorizadas, de acordo com os lançamentos aprovados pelas Regiões Militares no SISCOL 2018, até o teto disponibilizado pela LOA.

3. A previsão de início da descentralização dos recursos é a partir da 1ª quinzena de MAR/2018, para utilização até 31 JUL 18, prazo este prorrogável desde que a UG solicite formalmente à Diretoria de Abastecimento, via DIEx, discriminando as justificativas e o novo prazo para utilização do recurso.

4. Crédito previsto:

| RM | ED 30 ou 39 | ED 52 |
|--------------|--------------------|-------------------|
| 4ª | 50.000,00 | 150.000,00 |
| TOTAL | 50.000,00 | 150.000,00 |



CLASSE III



*"Suprimento classe III, a energia que
move a Força"*

Sgt Ricardo Santos



DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS

Classe III

SUBÍNDICE

| COL | ASSUNTO | Pag |
|---------------|---|------------|
| - | INTRODUÇÃO | 150 |
| - | NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O SUPRIMENTO CLASSE III | 151 |
| COL C1 | COMBUSTÍVEL ADMINISTRATIVO – D ABST | 153 |
| COL C2 | COMBUSTÍVEL OPERACIONAL – COTER | 154 |
| COL C3 | COMBUSTÍVEL DE ENSINO – DECEX | 154 |
| COL C4 | COMBUSTÍVEL DE INTELIGÊNCIA – CIE | 154 |
| COL C5 | COMBUSTÍVEL DE TRANSPORTE – GPG | 154 |
| COL C6 | COMBUSTÍVEL DE MNT VTR BLD – D MAT | 155 |
| - | QUADRO-RESUMO DE DISTRIBUIÇÃO EM LITROS | 156 |
| - | PRESCRIÇÕES DIVERSAS | 156 |

INTRODUÇÃO

1. Esta seção do Livro do Contrato de Objetivos Logísticos destina-se a normatizar, padronizar e orientar os usuários que fazem parte da cadeia logística de suprimento Classe III (Combustíveis automotivos) no Exército Brasileiro.

2. No âmbito do Exército Brasileiro (EB), cabe ao Comando Logístico (COLOG), por meio da Diretoria de Abastecimento (D Abst), gerenciar a atividade de suprimento Classe III (Comb Auto), controlando o fornecimento de combustíveis automotivos, em consonância com o estabelecido na legislação vigente.

3. Sob a responsabilidade da Diretoria de Abastecimento, as atividades de suprimento Classe I são de administradas pela Seção da Gestão Logística de Combustíveis (SGLC).

4. Cabe à D Abst, por meio da SGLC, a incumbência de consolidar as necessidades levantadas pelos Órgãos Gestores (OG), adquirir e distribuir os combustíveis automotivos pelos Órgãos Coordenadores (OC), estabelecendo regras e procedimentos para a sua correta aplicação no âmbito do Exército Brasileiro.

5. Para a execução dessa atividade, foram estabelecidos os seguintes assuntos:

- a. COL C1 – **COMBUSTÍVEL ADMINISTRATIVO – D ABST;**
- b. COL C2 – **COMBUSTÍVEL OPERACIONAL – COTER;**
- c. COL C3 – **COMBUSTÍVEL DE ENSINO – DECEX;**
- d. COL C4 – **COMBUSTÍVEL DE INTELIGÊNCIA – CIE;**
- e. COL C5 – **COMBUSTÍVEL DE TRANSPORTE – GPG;**
- f. COL C6 – **COMBUSTÍVEL DE MNT VTR BLD – D MAT;**
- g. COL C7 – **QUADRO-RESUMO DE DISTRIBUIÇÃO EM LITROS.**

6. Para cada assunto, serão estabelecidos procedimentos, regras e definições básicas, as quais devem ser entendidas e seguidas, a fim de que se obtenha padronização ao longo de toda a cadeia de suprimento Classe III.

7. Nesse sentido, visado a suprir lacunas existentes, torna-se importante a leitura desse Livro, que servirá como orientação fundamental aos integrantes da cadeia de suprimento Classe III, sobre tudo aos Órgãos Gestores e Órgão Coordenadores, no sentido de normatizar e padronizar procedimentos.

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O SUPRIMENTO CLASSE III

CONCEITUAÇÕES BÁSICAS

1. São conceituações genéricas:

- a. Cadeia de Suprimento - É o conjunto de órgãos de direção e execução que, articulados e interagindo, realizam o suprimento;
- b. Canal de Comando - É o canal utilizado para a tramitação de documentos e informações, obedecendo a escala hierárquica previamente estabelecida entre os elementos envolvidos;
- c. Canal Técnico - É o canal utilizado para a veiculação de informações técnicas e corporativas, independente do canal de comando;
- d. Armazenagem/Estocagem – É a fase da atividade de suprimento que consiste na colocação ordenada dos suprimentos em instalações adequadas, no seu controle físico, na sua proteção e conservação. Compreende as operações destinadas a triar, fichar e estocar os suprimentos, a fim de distribuí-los oportunamente;
- e. Determinação das Necessidades – É a fase da atividade de suprimento que compreende o levantamento das quantidades de suprimento/recursos exigidos para equipar, manter e empregar uma tropa durante um determinado tempo ou para concluir uma determinada operação;
- f. Distribuição – É o conjunto de operações destinadas a entregar, com oportunidade, os suprimentos aos consumidores;

2. São conceituações específicas:

- a. Combustível Administrativo - Utilizado para a vida vegetativa da Organização Militar (funcionamento da Unidade) e para o cumprimento de missões de apoio pelas Organizações Militares de Apoio Logístico. A distribuição é feita diretamente pelo Departamento Logístico/Diretoria de Suprimento aos Comandos Militares de Área e Órgãos Setoriais, responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle em suas áreas de responsabilidade.
- b. Combustível Operacional - Utilizado nas instruções, exercícios e operações, com planejamento e coordenação do Comando de Operações Terrestre (COTer);
- c. Combustível de Ensino - Aquele utilizado nas Escolas, Centros de Instrução, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), Núcleo de Preparação de Oficiais da

Reserva (NPOR) e cursos diversos realizados nas Organizações Militares, com planejamento e coordenação do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP);

d. Combustível de Inteligência - Utilizado na atividade de inteligência, com planejamento e coordenação pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE);

e. Reserva Estratégica do Exército - Utilizada para atender às atividades eventuais e/ou extraordinárias, planejada e controlada pelo Departamento Logístico e Diretoria de Suprimento;

f. Órgão Coordenador (OC) – Os OC são os Comandos Militares de Áreas, Regiões Militares, Divisões de Exércitos e alguns Comandos de Brigadas, escolhidos pela sua localização geográfica, que têm a missão de receber, controlar e distribuir combustível às OM em suas áreas de responsabilidade. Mantêm, também, sob controle a Reserva Estratégica do Exército, a qual fica na situação de hipotecada à DS; e

g. Remanejamento – É o resultado da operação que visa transferir suprimento entre Ó, sob coordenação da DS;

COL C1 – COMBUSTÍVEL ADMINISTRATIVO – D ABST

1. O contrato C1 estabelece uma **previsão** da quantidade de combustível administrativo, gasolina comum e óleo diesel BS10, a ser fornecida no ano de 2018, em cotas quadrimestrais, pelo Comando Logístico aos Órgãos Coordenadores (OC).

2. O combustível é fornecido diretamente aos Órgãos Coordenadores (OC), da seguinte maneira:

- a. 2ª quinzena Dez de A-1: combustível para o 1º quadrimestre de A (Jan/Abr);
- b. 2ª quinzena Abr de A: combustível para o 2º quadrimestre de A (Mai/Ago);
- c. 2ª quinzena Ago de A: combustível para o 3º quadrimestre de A (Set/Dez).

| Cota de Combustível ADMINISTRATIVO | | | | | | | | |
|------------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| OC | GASOLINA COMUM | | | | ÓLEO DIESEL BS10 | | | |
| | 1º Quadr | 2º Quadr | 3º Quadr | TOTAL | 1º Quadr | 2º Quadr | 3º Quadr | TOTAL |
| C M L | 25.000 | 30.000 | 25.000 | 80.000 | 40.000 | 40.000 | 40.000 | 120.000 |
| 1ª R M | 55.000 | 90.000 | 75.000 | 220.000 | 155.000 | 170.000 | 170.000 | 495.000 |
| 1ª D E | 40.000 | 70.000 | 65.000 | 175.000 | 135.000 | 230.000 | 230.000 | 595.000 |
| Bda Inf Pqdt | 15.000 | 20.000 | 15.000 | 50.000 | 70.000 | 70.000 | 70.000 | 210.000 |
| 4ª Bda Inf L (Mth) | 10.000 | 20.000 | 20.000 | 50.000 | 15.000 | 25.000 | 25.000 | 65.000 |
| 4ª RM | 15.000 | 25.000 | 25.000 | 65.000 | 20.000 | 40.000 | 40.000 | 100.000 |
| 2ª RM | 40.000 | 55.000 | 55.000 | 150.000 | 130.000 | 130.000 | 130.000 | 390.000 |
| C M S | 20.000 | 25.000 | 20.000 | 65.000 | 30.000 | 35.000 | 35.000 | 100.000 |
| 3º Gpt Log | 50.000 | 55.000 | 55.000 | 160.000 | 115.000 | 120.000 | 120.000 | 355.000 |
| 3ª D E | 60.000 | 80.000 | 60.000 | 200.000 | 170.000 | 220.000 | 215.000 | 605.000 |
| 5ª RM | 40.000 | 55.000 | 50.000 | 145.000 | 105.000 | 200.000 | 195.000 | 500.000 |
| C M NE | 5.000 | 10.000 | 10.000 | 25.000 | 15.000 | 20.000 | 20.000 | 55.000 |
| 7ª RM | 30.000 | 45.000 | 45.000 | 120.000 | 150.000 | 150.000 | 150.000 | 450.000 |
| 6ª R M | 20.000 | 25.000 | 20.000 | 65.000 | 45.000 | 55.000 | 55.000 | 155.000 |
| 10ª R M | 10.000 | 20.000 | 15.000 | 45.000 | 50.000 | 50.000 | 50.000 | 150.000 |
| 9º Gpt Log | 60.000 | 65.000 | 65.000 | 190.000 | 170.000 | 210.000 | 210.000 | 590.000 |
| 11ª R M | 205.000 | 210.000 | 210.000 | 625.000 | 180.000 | 205.000 | 200.000 | 585.000 |
| 3ª Bda Inf Mtz | 10.000 | 15.000 | 15.000 | 40.000 | 50.000 | 50.000 | 50.000 | 150.000 |
| Cmdo Op Esp | 5.000 | 10.000 | 10.000 | 25.000 | 20.000 | 25.000 | 25.000 | 70.000 |
| 12ª R M | 65.000 | 100.000 | 100.000 | 265.000 | 215.000 | 255.000 | 250.000 | 720.000 |
| 1ª Bda Inf SI | 10.000 | 15.000 | 10.000 | 35.000 | 25.000 | 45.000 | 45.000 | 115.000 |
| 17ª Bda Inf SI | 15.000 | 20.000 | 15.000 | 50.000 | 60.000 | 65.000 | 65.000 | 190.000 |
| 8ª RM | 45.000 | 60.000 | 50.000 | 145.000 | 140.000 | 200.000 | 200.000 | 540.000 |
| S O M A | 850.000 | 1.120.000 | 1.030.000 | 3.000.000 | 2.105.000 | 2.610.000 | 2.590.000 | 7.305.000 |

COL C2 – COMBUSTÍVEL OPERACIONAL – COTER

O contrato C2 estabelece uma **previsão** da quantidade de gasolina comum e óleo diesel BS10 para as atividades operacionais a serem realizadas pelo EB, a ser fornecida no ano de 2018, pelo Comando Logístico ao COTER.

| Cota de Combustível de OPERACIONAL-COTER 2018 | |
|---|------------|
| Combustível | PREV TOTAL |
| Gasolina Comum | 2.010.677 |
| Óleo Diesel BS10 | 6.177.655 |

* Ref: DIEx nº 8572-DGP/1ª Sch/COTER, de 6 DEZ 17

COL C3 – COMBUSTÍVEL DE ENSINO – DECEX

O contrato C3 estabelece uma **previsão** da quantidade de gasolina comum e óleo diesel BS10 para as atividades de ensino a serem realizadas pelo EB, a ser fornecida no ano de 2018, pelo Comando Logístico ao DECEX.

| Cota de Combustível de ENSINO-DECEX 2018 | |
|--|------------|
| Combustível | PREV TOTAL |
| Gasolina Comum | 200.000 |
| Óleo Diesel BS10 | 900.000 |

COL C4 – COMBUSTÍVEL DE INTELIGÊNCIA – CIE

O contrato C4 estabelece uma **previsão** da quantidade de gasolina comum e óleo diesel BS10 para as atividades de inteligência a serem realizadas pelo EB, a ser fornecida no ano de 2018, pelo Comando Logístico ao CIE.

| Cota de Combustível de INTELIGÊNCIA-CIE | |
|---|---------|
| Combustível | TOTAL |
| Gasolina Comum | 200.000 |
| Óleo Diesel BS10 | 150.000 |

COL C5 – COMBUSTÍVEL DE TRANSPORTE – GPG

O contrato C5 estabelece uma **previsão** da quantidade de gasolina comum e óleo diesel BS10 para as atividades de transporte de superfície a serem realizadas pelo EB, a ser fornecida no ano de 2018, mediante solicitação ao GPG.

| Cota de Combustível de TRANSPORTE – GPG | |
|---|---------|
| Combustível | TOTAL |
| Gasolina Comum | 10.000 |
| Óleo Diesel BS10 | 800.000 |

COL C6 – COMBUSTÍVEL DE MNT VTR BLD – D MAT

1. O contrato C6 estabelece uma **previsão** da quantidade de óleo diesel BS10 para manutenção de viatura blindada, a ser fornecida no ano de 2018, em cotas quadrimestrais, pelo Comando Logístico à Diretoria de Material.

2. O combustível é fornecido, da seguinte maneira:

- a. 2ª quinzena Dez de A-1: combustível para o 1º quadrimestre de A (Jan/Abr);
- b. 2ª quinzena Abr de A: combustível para o 2º quadrimestre de A (Mai/Ago);
- c. 2ª quinzena Ago de A: combustível para o 3º quadrimestre de A (Set/Dez); e

| COMBUSTÍVEL DE MNT VTR BLD – D MAT | | | | |
|------------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| OC | ÓLEO DIESEL BS10 | | | |
| | 1º Quadr | 2º Quadr | 3º Quadr | TOTAL |
| C M L | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1ª R M | 5.000 | 5.000 | 5.000 | 15.000 |
| 1ª D E | 1.420 | 3.000 | 3.080 | 7.500 |
| Bda Inf Pqdt | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4ª Bda Inf L (Mth) | 200 | 1.000 | 1.300 | 2.500 |
| 4ª RM | 500 | 750 | 750 | 2.000 |
| 2ª RM | 2.260 | 3.400 | 3.340 | 9.000 |
| C M S | 5.000 | 5.000 | 5.000 | 15.000 |
| 3º Gpt Log | 2.910 | 6.050 | 6.040 | 15.000 |
| 3ª D E | 80.000 | 110.000 | 100.000 | 290.000 |
| 5ª RM | 50.000 | 78.000 | 80.000 | 208.000 |
| C M NE | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7ª RM | 1.000 | 3.500 | 3.500 | 8.000 |
| 6ª R M | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10ª R M | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 9º Gpt Log | 22.000 | 22.000 | 26.000 | 70.000 |
| 11ª R M | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3ª Bda Inf Mtz | 520 | 1.200 | 1.280 | 3.000 |
| Cmdo Op Esp | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 12ª R M | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1ª Bda Inf SI | 520 | 1.700 | 1.780 | 4.000 |
| 17ª Bda Inf SI | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8ª RM | 200 | 400 | 400 | 1.000 |
| S O M A | 171.530 | 241.000 | 237.470 | 650.000 |

QUADRO-RESUMO DE DISTRIBUIÇÃO – COL 2018

Este quadro consolida uma **previsão** da quantidade de combustível, a ser distribuído pelos Órgãos Gestores (COTAS), no COL 2018.

| CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS (COL) 2018 | | |
|---|--------------------------|-------------------|
| COTAS | Volume (<i>litros</i>) | |
| | GC | OD |
| Administrativo (D Abst) | 3.000.000 | 7.305.000 |
| Operacional (COTER) | 2.010.677 | 6.177.655 |
| Ensino (DECEx) | 200.000 | 900.000 |
| Inteligência (CIE) | 200.000 | 150.000 |
| Transporte (GPG) | 10.000 | 800.000 |
| Mnt Blindados (D MAT) | 0 | 650.000 |
| TOTAL | 5.420.677 | 15.982.655 |

PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Solicitações extraordinárias de combustíveis

As solicitações devem se enquadrar nas finalidades dos diversos COL previstos na atividade de Classe III (Ex: COL C4 – COMBUSTÍVEL DE INTELIGÊNCIA – CIE), as quais já foram explicadas neste livro, sendo essencial que a finalidade da demanda seja sempre descrito, a fim de se analisar sua pertinência com algum assunto existente no Contrato de Objetivos Logísticos relativo à Classe III.

Destaca-se que qualquer OC, ao optar por uma solicitação EXTRACOL à D Abst, não poderá fazê-la sem antes pleitear seu atendimento pelos canais que originam as demandas do Contrato de Objetivos Logísticos, ou seja, sem antes pleitear ao Órgão Gestor da respectiva cota.

Como regra geral, as solicitações das OM devem ser feitas aos seus respectivos OC de vinculação.

Antes de qualquer solicitação, o respectivo Órgão Gestor (OG) deverá envidar esforços para repassar o devido recurso para atendimento da demanda extra, a fim de se adquirir o combustível para reacompletamento dos estoques da Reserva Estratégica do EB.

b. Os Órgãos Controladores (OC) devem divulgar e motivar, principalmente, os P Distr CI III a realizarem leituras periódicas das publicações existentes na página internet da Diretoria, tratando sobre gestão de combustíveis.

c. Os Órgãos Gestores devem enviar a planilha de distribuição, por OC, para os respectivos quadrimestre, conforme datas abaixo:

- 1º QDM: 20 DEZ A-1;
- 2º QDM: 13 ABR A;
- 3º QDM: 17 AGO A.

d. Os Órgãos Gestores deverão enviar as respectivas necessidades consolidadas, para A+1, para a D Abst até 31 MAIO 18.

e. Os Órgãos Controladores (OC) deverão orientar P Distr CI III que enviem, à D Abst, em caráter de urgência, a Nota Fiscal (NF) e o TRD dos volumes recebidos advindos do Contrato da IPIRANGA. Por ocasião do recebimento do combustível, deverão também realizar a apropriação no SIAFI.



CLASSE V (Mun)





DIRETORIA DE ABASTECIMENTO



CONTRATO DE OBJETIVOS LOGÍSTICOS Classe V (Mun)

SUBÍNDICE

| COL | ASSUNTO | Pág |
|------------|--|------------|
| M1 | MANUTENÇÃO DE PAIÓIS | 160 |
| M2 | MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIOS QUÍMICOS | 163 |
| M3 | FORNECIMENTO DA DMA | 165 |
| M4 | MUNIÇÃO MENOS LETAL | 170 |
| M5 | MUNIÇÃO PARA TIRO TÉCNICO | 172 |

COL M1 – MANUTENÇÃO DE PAIÓIS

1. Este contrato destina-se a atender às necessidades de manutenção dos paióis e armazéns dos Órgãos Provedores (OP) e das Organizações Militares (OM), bem como permitir a aquisição de equipamentos para a logística do suprimento Classe V (Mun), para o ano de 2018.

2. Seguem relacionados a seguir alguns exemplos de lançamentos no SISCOL, efetuados pelos OP e pelas OM, que devem ser evitados, por caracterizar desvio de finalidade no emprego dos recursos:

| LANÇAMENTOS COM FINALIDADE INADEQUADA | |
|---------------------------------------|---|
| Natureza da despesa (ND) | Lançamentos efetuados no SISCOL |
| ND 30 – Mnt Paióis | <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de ar condicionado. - Aquisição de material para Seção de Cães de Guerra. - Aquisição de televisores. - Aquisição de fornos industriais e frigobar. - Aquisição de materiais e utensílios médicos veterinários. - Aquisição de cadeiras para Banda de Música e Sv FUSEx. |
| ND 39 – Mnt Paióis | <ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Mnt de viaturas operacionais e administrativas. - Serviço de manutenção de equipamentos veterinários. |

3. Quando houver divergências/dúvidas, devem ser seguidas, para a aplicação dos recursos, as Orientações aos Agentes da Administração, anualmente expedidas pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), da Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

4. As tabelas a seguir apresentam o limite de crédito a ser descentralizado aos OP e às OM, para **manutenção de paióis e armazéns**, considerando o pedido realizado pelo SISCOL, a estrutura de empenhamento de cada OP/OM, a série histórica dos recursos descentralizados, a prioridade apresentada pela(o) RM/Gpt Log no SISCOL, as observações colhidas em VOT pela D Abst e a adequabilidade da finalidade dos recursos. A descentralização ocorrerá de acordo com o crédito proveniente da LOA 2018 e as necessidades encaminhadas e aprovadas pela D Abst, por intermédio do SISCOL.

5. Limite de crédito a ser descentralizado por OP e OM (valores em R\$):

a. Manutenção de paióis - OM

| RM / Gpt Log | OM | ND 30 | ND 39 | ND 52 |
|--------------|--------------------|----------|-----------|----------|
| 1ª RM | Cia C Bda Inf Pqdt | 2.180,00 | 8.100,00 | - |
| | 1º BG | 2.000,00 | 5.000,00 | - |
| | 8º GAC Pqdt | - | - | 5.750,00 |
| | 26º BI Pqdt | - | 2.000,00 | 1.500,00 |
| 2ª RM | 2º GAC L | - | 30.000,00 | 7.000,00 |
| | 11º Pel PE | - | - | 4.500,00 |

| RM / Gpt Log | OM | ND 30 | ND 39 | ND 52 |
|---|---------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 2ª RM | Cia C 11ª Bda Inf L (GLO) | 6.000,00 | - | 950,00 |
| | 22º B Log L | 2.590,00 | - | - |
| | 37º BIL | - | - | 2.000,00 |
| 3º Gpt Log | - | - | - | - |
| 4ª RM | - | - | - | - |
| 5ª RM | 34º BI Mec | - | - | 1.500,00 |
| | 14º RC Mec | 8.873,14 | - | 464,00 |
| 6ª RM | - | - | - | - |
| 7ª RM | 4º BPE | 13.545,45 | 2.829,66 | 1.393,10 |
| | 7º BE Cmb | - | - | 300,00 |
| 8ª RM | 24º BIL | 6.000,00 | - | 66.000,00 |
| | 23º B Log SI | 1.080,00 | 780,00 | 3.473,00 |
| | CFAP/34º BIS | 8.000,00 | - | - |
| 9º Gpt Log | - | - | - | - |
| 10ª RM | - | - | - | - |
| 11ª RM | 22º BI | 564,00 | - | 100,00 |
| | 32º GAC | - | - | 494,88 |
| | 36º BI Mtz | 962,10 | - | 204,00 |
| | 3º Esqd C Mec | 2.644,00 | - | - |
| | 41º BI Mtz | - | - | 6.000,00 |
| | Btl Ap Op Esp | 1.000,00 | - | 400,00 |
| | C Log Mis Fgt | 2.000,00 | - | - |
| 12ª RM | 54º BIS | - | - | 120,00 |
| | 61º BIS | 2.000,00 | - | - |
| TOTAL GERAL PREVISTO PARA DESCENTRALIZAÇÃO | | 59.438,69 | 48.709,66 | 102.148,98 |

b. Manutenção de paióis - OP

| RM / Gpt Log | OP | ND 30 | ND 39 | ND 52 |
|---|-------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| 1ª RM / Ba Ap Log | DC Mun | 920.000,00 | 1.220.000,00 | 100.000,00 |
| 2ª RM | 22º D Sup | 5.576,40 | 62.395,20 | - |
| 3º Gpt Log | 3º B Sup | 30.000,00 | 300.000,00 | 7.000,00 |
| | 13ª Cia DAM | 30.425,00 | 300.000,00 | 9.200,00 |
| 4ª RM | 4º D Sup | 10.000,00 | 148.593,60 | 20.000,00 |
| 5ª RM | 5º B Sup | 46.850,00 | 1.031.402,23 | 109.500,00 |
| 6ª RM | 6º D Sup | 102.740,47 | 38.600,00 | 138.295,92 |
| 7ª RM | 7º D Sup | - | 388.000,00 | 331.625,00 |
| 8ª RM | 8º D Sup | 98.926,50 | 30.000,00 | 15.572,09 |
| 9º Gpt Log | 9º B Sup | 25.000,00 | 180.000,00 | 16.300,00 |
| 10ª RM | 10º D Sup | 440.721,74 | 96.500,00 | 105.855,17 |
| 11ª RM | 11º D Sup | - | 2.170.000,00 | 123.000,00 |
| 12ª RM | 12º B Sup | - | 500.500,00 | - |
| TOTAL GERAL PREVISTO PARA DESCENTRALIZAÇÃO | | 1.710.240,11 | 6.465.991,03 | 976.348,18 |

6. Os recursos deverão ser empenhos dentro do exercício financeiro, devendo os prazos estipulados anualmente ser atendidos. Na impossibilidade da aplicação total ou parcial dos recursos, a OM deve **contatar imediatamente a D Abst**, para remanejamento ou mudança de finalidade da NC.

7. A OM deve buscar a liquidação da despesa dentro do exercício financeiro (evitando inscrição em restos a pagar).

8. Poderá haver descentralização de valores acima do limite estabelecido, ao longo do ano, no caso de sobra de crédito de outros OP. Particularmente no último trimestre, serão priorizadas descentralizações de recursos aos(às) OP/OM que tiverem condições de empenho imediato (no máximo em 72 horas).

9. No caso de contingenciamento ou corte de recursos pelo Governo Federal, poderá haver descentralização de valor abaixo do limite estabelecido, podendo ou não haver a complementação quando ocorrer o descontingenciamento.

10. A aplicação dos recursos pelos OP e OM possuidores de paióis e armazéns deve ser auditada pelas(os) RM/Gpt Log em inspeções e/ou via SIAFI, para que a finalidade das NC emitidas seja observada pelas UG.

COL M2 – MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIOS QUÍMICOS

1. Este contrato destina-se a atender às necessidades de manutenção dos Laboratórios Químicos Regionais (LQR), bem como permitir a aquisição de equipamentos para a logística do suprimento Classe V (Mun), para o ano de 2018.

2. Seguem relacionados a seguir alguns exemplos de lançamentos no SISCOL, efetuados pelos OP, que devem ser evitados, por caracterizar desvio de finalidade no emprego dos recursos:

| LANÇAMENTOS COM FINALIDADE INADEQUADA | |
|---------------------------------------|---|
| Natureza da despesa (ND) | Lançamentos efetuados no SISCOL |
| ND 30 - Mnt LQR | - Aquisição de mobiliários como sofá e mesas para refeitório. - Aquisição de spray de pimenta. |

3. Quando houver divergências/dúvidas, devem ser seguidas, para a aplicação dos recursos, as Orientações aos Agentes da Administração, anualmente expedidas pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), da Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

4. A tabela a seguir apresenta o limite de crédito a ser descentralizado aos OP e ao Cmdo 11ª RM, para **manutenção de laboratórios químicos regionais (LQR)**, considerando o pedido realizado pelo SISCOL, a estrutura física dos LQR, a série histórica dos exames de estabilidade química (EEQ) realizados, a prioridade apresentada pela(o) RM/Gpt Log no SISCOL, as observações colhidas em VOT pela D Abst e a adequabilidade da finalidade dos recursos. A descentralização ocorrerá de acordo com o crédito proveniente da LOA 2018 e as necessidades encaminhadas e aprovadas pela D Abst, por intermédio do SISCOL.

5. Limite de crédito a ser descentralizado (valores em R\$):

- Manutenção de Laboratórios Químicos Regionais (LQR)

| RM / Gpt Log | OP/OM | ND 30 | ND 39 | ND 52 |
|-------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|
| 1ª RM / Ba Ap Log | DC Mun | 50.000,00 | 20.000,00 | 5.000,00 |
| 2ª RM | 22º D Sup | (*) | | |
| 3º Gpt Log | 3º B Sup | (*) | | |
| | 13ª Cia DAM | (*) | | |
| 4ª RM | 4º D Sup | - | 5.000,00 | - |
| 5ª RM | 5º B Sup | 7.500,00 | 43.700,00 | 17.700,00 |
| 6ª RM | 6º D Sup | (**) | | |
| 7ª RM | 7º D Sup | (*) | | |
| 8ª RM | 8º D Sup | 6.596,20 | 52.000,00 | 36.649,70 |
| 9º Gpt Log | 9º B Sup | 3.900,00 | - | 5.100,00 |
| 10ª RM | 10º D Sup | 10.047,54 | 3.200,00 | 17.518,94 |
| 11ª RM | Cmdo 11ª RM | 16.080,00 | - | 1.560,00 |

| RM / Gpt Log | OP/OM | ND 30 | ND 39 | ND 52 |
|---|-----------|------------------|-------------------|-------------------|
| 12ª RM | 12º B Sup | - | - | 25.900,00 |
| TOTAL GERAL PREVISTO PARA DESCENTRALIZAÇÃO | | 94.123,74 | 123.900,00 | 109.428,64 |

Obs: (*) Não houve previsão de descentralização de recursos por não haver solicitação pelo OP ou devido à reprovação por parte da(o) RM/Gpt Log.

(**) A 6ª RM não possui LQR.

6. Os recursos deverão ser empenhos dentro do exercício financeiro, devendo os prazos estipulados anualmente ser atendidos. Na impossibilidade da aplicação total ou parcial dos recursos, a OM deve **contatar imediatamente a D Abst**, para remanejamento ou mudança de finalidade da NC.

7. A OM deve buscar a liquidação da despesa dentro do exercício financeiro (evitando inscrição em restos a pagar).

8. Poderá haver descentralização de valores acima do limite estabelecido, ao longo do ano, no caso de sobra de crédito de outros OP. Particularmente no último trimestre, serão priorizadas descentralizações de recursos aos OP que tiverem condições de empenho imediato (no máximo em 72 horas).

9. No caso de contingenciamento ou corte de recursos pelo Governo Federal, poderá haver descentralização de valor abaixo do limite estabelecido, podendo ou não haver a complementação quando ocorrer o descontingenciamento.

10. A aplicação dos recursos pelos OP nos LQR deve ser auditada pelas(os) RM/Gpt Log em inspeções e/ou via SIAFI, para que a finalidade das NC emitidas seja observada pelas UG.

COL M3 – FORNECIMENTO DE DMA

1. O presente contrato apresenta a base de planejamento para o fornecimento de Sup CI V (Mun) pela D Abst em 2018, visando a complementar a dotação anual de munição (DMA) prevista para cada RM/Gpt Log, conforme se segue:

a. 5ª e 12ª RM e 3º e 9º Gpt Log: 2 (duas) DMA no OP e 1 (uma) nas OM – fornecimento para completar a dotação **até 2020**;

b. demais RM: 1 (uma) DMA no OP e 1 (uma) nas OM – fornecimento para completar a dotação **até 2019**;

c. para o cálculo das quantidades de Sup CI V (Mun) para fornecimento da DMA, foram considerados os estoques regionais (existentes nos OP e nas OM), conforme os dados extraídos do SISCOFIS WEB no dia **15 DEZ 17** (congelamento dos estoques);

d. **O consumo antecipado (somente em caráter extraordinário) do Sup CI V (Mun) fornecido para atender os anos A+1 e A+2 ficará sob planejamento das(os) RM/Gpt Log, em coordenação com os Cmdo Mil A, não havendo garantia de reposição dos estoques pela D Abst.**

e. a gestão do Sup CI V (Mun) fornecido pela D Abst é de responsabilidade das(os) RM/Gpt Log, devendo-se tomar todas as medidas necessárias para **evitar o vencimento**, bem como **antecipar a realização de exames de estabilidade química (EEQ)** dos lotes próximos a vencer; e

f. Para efeitos de cálculo do Sup CI V (Mun) existente, somente foram desconsideradas as munições previstas para “destruição”, por terem sido reprovadas em EEQ/EVB ou por não possuírem a quantidade mínima para exame (QME).

2. DOTAÇÃO DE MUNIÇÃO ANUAL (DMA)

a. A DMA por RM/Gpt Log apresentada a seguir, na tabela da alínea “e”, está de acordo com o estudo coordenado pelo EME e com a Diretriz de Consumo de Munição do COTER (estabelecida no ano de 2007), devendo ser considerada para o fornecimento a cada OM. Cabe ressaltar que está em elaboração, pelo COTER, uma nova Diretriz de Consumo de Munição para o ano de 2018, regulando algumas alterações a serem feitas nos módulos de tiro constantes das novas IGTAEx/IRTAEx.

b. Qualquer proposta de alteração da DMA, qualitativa e/ou quantitativa, por motivo de criação ou extinção de OM, aumento de efetivo em QCP, dentre outros, deverá ser **remetida ao EME (4ª Subchefia), para aprovação, por meio das(os) RM/Gpt Log**. A D Abst somente receberá o recurso para a aquisição do Sup CI V (Mun) e realizará a respectiva distribuição, após a referida homologação de alteração da DMA pelo EME.

c. Para o corrente ano, visando a atender situações não contempladas pela DMA, tais como munições para cursos e estágios, Tiros-de-Guerra, Exercícios de Apresentação da Reserva (EXAR), operações inopinadas e pedidos de Mun de pequena monta, será realizado o fornecimento, considerando o acréscimo de:

- **20% da DMA** para os cartuchos 9 mm LUGER ETOG 124 g e 7,62 mm comum M1; e

- **10% da DMA** para os cartuchos 7,62 mm traçante e festim.

d. A presente DMA foi atualizada de acordo com as Diretrizes do EME em relação ao quantitativo de munição 5,56 mm comum, traçante e festim, realizado com base no armamento distribuído para cada RM, considerando **139** tiros “comum”, **23** “traçante” e **12** “festim” para cada arma, além de **411** tiros para cada Mtr Minimi. À exceção das unidades de ensino, as demais OM que receberem munição 5,56 mm deverão ter reduzido, em suas DMA, o quantitativo equivalente de Car 7,62 mm. No presente ano, o fornecimento de munição 5,56 mm “comum” ainda será reduzido, até que as DMA (nacional e regional) sejam completadas.

e. **Distribuição da DMA** (total previsto por RM/Gpt Log):

e. Distribuição da DMA (total previsto por RM/Gpt Log)

| Tipo | Ord | ITEM | TOTAL (01 DMA) | 1ª RM | 2ª RM | 3ª RM | 4ª RM | 5ª RM | 6ª RM | 7ª RM | 8ª RM | 9ª RM | 10ª RM | 11ª RM | 12ª RM |
|------------------------------------|-----|--|-------------------|-----------|---------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Mun para Armamento Leve | 1 | Chumbinho Cal 4,5 mm | 5.507.861 | 784.406 | 847.087 | 967.547 | 401.101 | 488.164 | 149.002 | 396.077 | 168.330 | 338.546 | 194.078 | 436.445 | 337.078 |
| | 2 | Car 5,56x45 mm Comum M193 g ou SS109 | 882.372 | 250.200 | 183.619 | 22.240 | 45.870 | 71.585 | 13.900 | 32.665 | 13.900 | 21.128 | - | 92.713 | 134.552 |
| | 3 | Car 5,56x45 mm Traçante L-110 62 g | 146.004 | 41.400 | 30.383 | 3.680 | 7.590 | 11.845 | 2.300 | 5.405 | 2.300 | 1.824 | - | 15.341 | 22.264 |
| | 4 | Car 5,56x45 mm Festim | 76.176 | 21.600 | 15.852 | 1.920 | 3.960 | 6.180 | 1.200 | 2.820 | 1.200 | 3.496 | - | 8.004 | 11.616 |
| | 5 | Car 5,56x45 mm - 4 SS109 x 1 Tr L-110 (Elada) p/ Minimi | 36.990 | 5.754 | 2.877 | 1.233 | 4.521 | - | - | 2.877 | - | 1.233 | - | 13.974 | 4.521 |
| | 6 | Car 7,62x51 mm Comum M1 | 6.211.085 | 1.176.644 | 605.653 | 1.183.820 | 397.056 | 478.795 | 143.565 | 418.186 | 234.502 | 449.058 | 173.643 | 580.998 | 369.165 |
| | 7 | Car 7,62x51 mm Traçante M62 | 504.721 | 84.396 | 60.847 | 94.361 | 41.453 | 35.600 | 13.179 | 30.996 | 18.712 | 36.232 | 12.957 | 50.759 | 25.229 |
| | 8 | Car 7,62x51 mm Festim | 968.936 | 360.904 | 75.693 | 136.695 | 94.856 | 27.265 | 13.970 | 57.115 | 13.593 | 50.410 | 15.005 | 50.167 | 72.963 |
| | 9 | Car 7,62x51 mm - 4 comuns M80 x 1 Tr M62 (Mun elada) p/ Minimi | 17.673 | 3.699 | 1.233 | 2.466 | 2.877 | 1.233 | - | 1.233 | - | 2.466 | - | - | 2.466 |
| | 10 | Car 9 mm LUGER ETOG 124 Gr | 2.660.992 | 770.271 | 264.920 | 367.477 | 118.853 | 159.812 | 57.829 | 166.172 | 75.809 | 137.832 | 57.422 | 312.267 | 172.328 |
| | 11 | Car .50 (12,7x99) Comum M33 | 178.048 | 37.918 | 20.107 | 52.569 | 15.795 | 17.663 | 1.514 | 6.266 | 3.214 | 11.861 | 1.658 | 5.925 | 3.558 |
| | 12 | Car .50 (12,7x99) Traçante M17 | 15.998 | 6.768 | 1.700 | 2.932 | 3.632 | 966 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 13 | Car 12/70 CH 3T PLAST Hi-Impact | 42.290 | 4.202 | 13.076 | 2.396 | 6.418 | 3.621 | 40 | 2.241 | 550 | 2.117 | 899 | 3.109 | 3.621 |
| Mun para Subcalibres e Simuladores | 14 | Car 7,62 mm Tr 553B Bofors SubCal Carl Gustaf M3 | 3.381 | 535 | 290 | 435 | 174 | 377 | - | 406 | 223 | 348 | - | 116 | 477 |
| | 15 | Car 9 mm Tr Bofors SubCal L Roj AT4 | 3.989 | 956 | 344 | 799 | 175 | 291 | - | 402 | 197 | 360 | - | 208 | 257 |
| | 16 | Car 14.5 Exc PE (Percutente) CG 3 | 1.506 | 326 | 160 | 380 | 40 | 280 | - | 130 | 10 | 40 | - | 120 | 20 |
| | 17 | Car 14.5 Exc TE (Tempo) CG 3 c/ Ret | 848 | 151 | 91 | 242 | 40 | 142 | - | 61 | 10 | 40 | - | 51 | 20 |
| | 18 | Car Subcalibre p/ Morteiro 60 mm | 2.706 | 476 | 266 | 132 | 150 | 236 | 108 | 230 | 217 | 190 | 127 | 237 | 337 |
| | 19 | Car Subcalibre p/ Morteiro 81 mm | 3.126 | 499 | 243 | 684 | 126 | 330 | 81 | 210 | 179 | 276 | 66 | 174 | 258 |
| | 20 | Car Subcalibre p/ Morteiro 120 mm | 380 | 229 | 16 | 39 | 5 | 12 | 12 | 27 | 2 | 11 | 8 | 17 | 2 |
| | 21 | Carga de Sopro 553B para Carl Gustaf | 332 | 40 | 30 | 45 | 18 | 39 | - | 42 | 21 | 36 | - | 12 | 49 |
| | 22 | Cápsula Inic 553B para Carl Gustaf | 3.694 | 588 | 319 | 478 | 191 | 414 | - | 446 | 223 | 383 | - | 128 | 524 |
| | 23 | Carga de Sopro 553B para L Roj AT4 | 930 | 768 | 34 | 26 | 8 | 8 | - | 13 | 6 | 10 | - | 8 | 49 |
| Mun p/ Armt Pesado | 24 | Tiro 40 mm L/70 PF AE | 550 | 150 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | - | - | 100 | - |
| | 25 | Tiro 40 mm L/70 TP-T | 390 | 150 | 60 | 60 | 60 | - | - | - | - | - | - | 60 | - |
| | 26 | Tiro Mrt 60 mm AE completo | 2.057 | 796 | 161 | 85 | 135 | 120 | 60 | 115 | 110 | 110 | 75 | 120 | 170 |
| | 27 | Tiro Mrt 81 mm AE completo | 691 | 446 | 51 | 64 | 44 | 20 | - | 10 | - | 10 | - | 36 | 10 |
| | 28 | Tiro Mrt 81 mm L16 A2 AE Fum Royal Ordnance | 229 | 47 | 13 | 60 | 17 | - | 7 | 26 | 8 | 30 | 4 | 12 | 5 |
| | 29 | Tiro Mrt 81 mm L16 A2 AE Ilm Royal Ordnance | 229 | 47 | 13 | 60 | 17 | - | 7 | 26 | 8 | 30 | 4 | 12 | 5 |
| | 30 | Tiro 90 mm AE AC Tr | 810 | 112 | 29 | 380 | 65 | 42 | - | 52 | - | 110 | - | 10 | 10 |
| | 31 | Tiro 90 mm Salva | 890 | 390 | - | 210 | 70 | 70 | - | - | - | 90 | - | 40 | 20 |

| Tipo | Ord | ITEM | TOTAL (01 DMA) | 1ª RM | 2ª RM | 3ª RM | 4ª RM | 5ª RM | 6ª RM | 7ª RM | 8ª RM | 9ª RM | 10ª RM | 11ª RM | 12ª RM |
|----------------------|-----|---|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| | 32 | Tir 105 mm AE M1 B1 completo | 2.237 | 935 | 124 | 396 | 414 | 104 | - | 108 | 24 | 88 | - | - | 44 |
| | 33 | Tir 105 mm HEAT-T M456 AE AC (VBC Leopard 1A5) (3) | 1.100 | - | - | 560 | - | 540 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 34 | Tir 105 mm Salva | 2.640 | 500 | 220 | 220 | 250 | 220 | - | 220 | 110 | 220 | - | 600 | 80 |
| | 35 | Granada Obuseiro 105 mm AE (HE) RL31A3 FD Light Gun (c/ EOP L106A3) | 152 | 40 | - | - | - | 56 | - | - | - | - | - | 56 | - |
| | 36 | Carga de Projecção p/ Gr 105 mm FD Normal 35A1 (c/ estopilha L10A1) | 152 | 40 | - | - | - | 56 | - | - | - | - | - | 56 | - |
| | 37 | Granada Obuseiro 105 mm Exercício (Training) TR FD Light Gun | 152 | 40 | - | - | - | 56 | - | - | - | - | - | 56 | - |
| | 38 | Carga de Projecção p/ Gr 105 mm Exc (Training) L45A1 Light Gun | 152 | 40 | - | - | - | 56 | - | - | - | - | - | 56 | - |
| | 39 | Tiro 120 mm Pré-Raiado (4) | 640 | 104 | 40 | 240 | 56 | 80 | - | 16 | 16 | 64 | - | - | 24 |
| | 40 | Tiro 155 mm HE M 107 (Completo) | 508 | 146 | 46 | 224 | 46 | 46 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 41 | Tiro 155 mm HE Fum (Completo) | 106 | 48 | 8 | 32 | 10 | 8 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 42 | Tiro 155 mm HE Ilum (Completo) | 106 | 48 | 8 | 32 | 10 | 8 | - | - | - | - | - | - | - |
| Explosivos | 43 | Petardo 50 g | 3.219 | 869 | 340 | 363 | 521 | 167 | 78 | 159 | 79 | 124 | 71 | 126 | 322 |
| | 44 | Petardo 100 g | 3.932 | 1.528 | 252 | 283 | 825 | 158 | 62 | 140 | 75 | 129 | 64 | 127 | 289 |
| | 45 | Petardo 250 g | 1.611 | 411 | 166 | 192 | 100 | 109 | 27 | 76 | 50 | 91 | 35 | 95 | 259 |
| | 46 | Petardo 500 g | 1.235 | 379 | 157 | 128 | 54 | 67 | 7 | 35 | 28 | 49 | 14 | 57 | 260 |
| | 47 | Espoleta comum nº 8 | 6.353 | 2.098 | 422 | 643 | 1.307 | 322 | 142 | 328 | 121 | 230 | 213 | 173 | 354 |
| | 48 | Espoleta elétrica comum nº 8 | 3.177 | 1.016 | 209 | 312 | 774 | 134 | 62 | 158 | 51 | 105 | 120 | 69 | 167 |
| | 49 | Estopim hidráulico (metro) | 6.786 | 2.291 | 844 | 693 | 637 | 344 | 88 | 245 | 154 | 284 | 116 | 242 | 848 |
| | 50 | Cordel detonante - NP 10 (metro) | 10.980 | 3.824 | 996 | 992 | 994 | 558 | 142 | 405 | 306 | 465 | 165 | 515 | 1.618 |
| Granadas e Fumígenos | 51 | Gr Bc AC AE c/ Car Lçmt 7,62 mm | 1.799 | 763 | 263 | 123 | 61 | 92 | 28 | 114 | 78 | 81 | 25 | 99 | 72 |
| | 52 | Gr Bc AP AE c/ Car Lçmt 7,62 mm | 1.300 | 678 | 125 | 86 | 61 | 55 | 28 | 77 | 41 | 44 | 25 | 48 | 32 |
| | 53 | Gr Bc AP Exc c/ Car Lçmt 7,62 mm | 900 | 389 | 103 | 73 | 61 | 42 | 28 | 64 | 28 | 31 | 25 | 36 | 20 |
| | 54 | Gr M Expl Def/Ofs M3 | 1.150 | 669 | 126 | 52 | 35 | 35 | 17 | 46 | 24 | 26 | 15 | 81 | 24 |
| | 55 | Simulacro de granada de mão (SG-01) | 600 | 409 | 48 | 45 | 5 | 7 | 10 | 11 | 2 | 7 | - | 42 | 14 |
| | 56 | Gr M Fum (HC) - Alta Emis (MB-502) | 500 | 234 | 70 | 68 | 14 | 5 | 8 | 20 | 1 | 5 | - | 66 | 9 |
| | 57 | Gr M Expl Fum/Lac CS – Alta emissão duplo Estg - GL 305B | 220 | 35 | 80 | 15 | 39 | - | 10 | 10 | 7 | 7 | 10 | 7 | - |
| | 58 | Tubo fumígeno | 143 | 111 | 5 | 6 | 1 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | - | 6 | 4 |

Observações:

(1) **A DMA de cada OM e a respectiva distribuição regional será realizada de acordo com o planejamento de cada RM/Gpt Log, em coordenação com os Cmdo Mil A e OM interessadas.**

(2) As seguintes munições terão o fornecimento reduzido, em decorrência dos estoques existentes no DC Mun:

| | | |
|---|---|--|
| Car 14.5 Exc TE (Tempo) CG 3 c/ Ret | Tiro 105 mm M1B1 AE | Gr M Expl Fum/Lac CS - Alta Emissão duplo Estg - GL 305B |
| Car subcalibre p/ Tiro 60 mm/81 mm/120 mm | Tir 105 mm Salva | Tubo Fumígeno |
| Tiro 60 mm AE | Tir 105 mm HEAT-T AE AC (VBC Leopard 1A5) | Espoleta comum Nr 8 |
| Tiro 81 mm AE | Tiro 105 mm Exercício Light Gun | Espoleta elétrica Nr 8 |
| Tiro 81 mm L16 A2 AE Fum RO | Tiro 155 mm HE M 107 | Estopim hidráulico |
| Tiro 81 mm L16 A2 AE Ilum RO | Gr M Expl Def/Ofs M3 | Cordel detonante - NP 10 |
| Tiro 90 mm Salva | Simulacro de granada de mão (SG-01) | Gr M Fum (HC) - Alta emissão (MB-502) |
| Tiro 120 mm pré-raiado | | |

(3) O fornecimento do **Tiro 105 mm HEAT-T M456 AE AC** (item 33), atende à dotação de 5 (cinco) tiros por carro (VBC Leopard 1A5 ou VBC M 60) ao ano. Necessidades adicionais, principalmente do CI Bld, deverão ser solicitadas mediante pedido à D Abst, por intermédio da(o) RM/Gpt Log correspondente.

(4) O fornecimento do **Tiro 120 mm AE pré-raiado** (item 39) atende à dotação de 4 (quatro) tiros por arma (Mrt 120 mm raiado AGR), ao ano.

(5) A DMA da Mun 35 mm GEPARD ainda não foi aprovada pelo EME. As RM/Gpt Log devem seguir o planejamento de consumo definido na reunião coordenada pela 4ª SCh EME, ocorrida no Pq R Mnt/3, em 6 ABR 17, que elaborou a proposta da referida DMA.

(6) **Os pedidos eventuais, extra-DMA, de Sup CI V (Mun) pelas OM deverão ser realizados conforme o DIEx nº 7601-SGLME/D Abst - CIRCULAR, de 10 OUT 17, e devem:**

(a) seguir o canal correspondente (OM → RM/Gpt Log → D Abst), para que o devido levantamento das possibilidades regionais seja realizado e, caso possível, a demanda atendida com o estoque regional; e

(b) conter a memória de cálculo do Sup CI V (Mun) necessário.

(7) De acordo com a Port nº 061 EME-Res, de 5 JUN 98, a Dotação de Munição Anual (DMA): "É a quantidade de munição necessária para a Organização Militar desenvolver as atividades de instrução, adestramento e ensino (para os Estabelecimentos de Ensino), conforme previsto em Diretrizes de Instrução, Programas-Padrão, Diretrizes de Ensino e Currículos Escolares, no período de 01 (um) ano". Inclui, também, a munição necessária para a realização do "Teste de Aptidão de Tiro" (TAT). Para a **defesa do aquartelamento** utilizar-se-á a munição da DMA existente na OM destinada ao consumo do Ano A e, caso necessário, complementada com a munição da DMA do ano A+1, já distribuída pelas Regiões Militares".

COL M4 – MUNIÇÃO MENOS LETAL

O presente contrato apresenta a base de planejamento para o fornecimento de Mun menos letais pela D Abst em 2018, visando a complementar a dotação anual de munição (DMA) prevista para cada RM/Gpt Log, conforme se segue:

| Tipo | Ord | ITEM | TOTAL | 1ª RM | 2ª RM | 3º Gpt Log | 4ª RM | 5ª RM | 6ª RM | 7ª RM | 8ª RM | 9º Gpt Log | 10ª RM | 11ª RM | 12ª RM |
|--------------------------------|-----|---|---------------|----------|----------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|----------|----------|----------|
| QUANTIDADE DE MÓDULOS → | | | | 5 | 5 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 5 | 3 |
| Munição Menos Letal | 59 | Car Cal 12 Proj Borracha Precision (AM-403/P) | 14.112 | 1.680 | 1.680 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.008 | 1.680 | 1.008 |
| | 60 | Car Cal 37/40 mm Carga Mult Lac Quíntupla (GL-203/L) | 3.780 | 450 | 450 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 450 | 270 |
| | 61 | Car Cal 37/40 mm 12 Proj Borracha Mult Super (AM-404/12E) | 7.560 | 900 | 900 | 540 | 540 | 540 | 540 | 540 | 540 | 540 | 540 | 900 | 540 |
| | 62 | Espargidor Agente Pimenta Grande | 420 | 50 | 50 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 50 | 30 |
| | 63 | Espargidor Agente Pimenta Médio | 2.016 | 240 | 240 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 240 | 144 |
| | 64 | Gr M Lac CS Tríplice (GL-300/T) | 3.780 | 450 | 450 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 270 | 450 | 270 |
| | 65 | Gr M Lac CS Tríplice Hyper (GL-300/T HYPER) | 3.528 | 420 | 420 | 252 | 252 | 252 | 252 | 252 | 252 | 252 | 252 | 420 | 252 |
| | 66 | Gr M Outdoor Luz e Som (GL-307) | 2.016 | 240 | 240 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 240 | 144 |
| | 67 | Gr M Outdoor Pimenta (GL 308) | 1.008 | 120 | 120 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 120 | 72 |
| | 68 | Gr M Multi-Impacto Pimenta (GM-102) | 1.260 | 150 | 150 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 150 | 90 |

Observações:

Observações:

(1) A distribuição da munição menos letal, esse ano, ainda terá como referência o Módulo GLO, sendo realizada por itens, a fim de complementar a dotação de **5 (cinco) módulos para as 1ª, 2ª e 11ª RM, e 3 (três) módulos para as demais**. As 1ª, 2ª e 11ª RM poderão utilizar até 2 (dois) módulos para fins de adestramento, as demais RM poderão utilizar até 1 (um) módulo.

(2) As(Os) RM/Gpt Log deverão ter um controle cerrado das Mun menos letais dos OP e das OM, especialmente no que tange à validade, coordenando para que seja planejado e executado o **consumo de TODA a munição menos letal dentro do prazo de validade**.

(3) Os quantitativos de munições menos letais que excedam a DMA e que vençam a partir de 2019, deverão ser centralizados nos OP, sempre que possível, a fim de facilitar o controle e possível remanejamento no âmbito regional.

(4) A distribuição da munição para preparo e emprego está a cargo de cada RM/Gpt Log, mediante coordenação com os respectivos Cmdo Mil A.

(5) Quando houver consumo em **emprego da tropa**, a(o) RM/Gpt Log deverá informar à D Abst, na 1ª oportunidade, as quantidades consumidas para fins de possível reabastecimento.

(6) As munições para os novos módulos de preparo e emprego, recém definidos pelo COTER, estão em fase de aquisição pela D Abst para fornecimento a partir de 2019.

COL M5 – MUNIÇÃO PARA TIRO TÉCNICO

1. Este contrato apresenta as necessidades de munição das OM Mnt, para realização de tiro técnico em 2018, informadas pela D Mat por intermédio do DIEx nº 1359-SMat_CI_V_Armt_SDir_Mat_DMAT, de 30 OUT 17.

2. No quadro a seguir estão elencadas as munições necessárias, que serão fornecidas pela D Abst para a realização do tiro técnico das armas que serão mantidas conforme PIT das OM Mnt.

3. As novas necessidades em munição para o atendimento dos PIT, caso haja, deverão ser remetidas à D Abst, por meio das(dos) RM/Gpt Log para análise das possibilidades de atendimento. Em princípio, estas demandas deverão ser informadas para o próximo ano (mediante levantamento realizado anualmente pela D Mat), tendo em vista que as fases de planejamento, aquisição e fornecimento já estão em execução no corrente ano.

| Tipo de Munição | 1ª RM | | 2ª RM | 3º Gpt Log | 4ª RM | 5ª RM | | 6ª RM | 7ª RM | 8ª RM | 9º Gpt Log | 10ª RM | 11ª RM | 12ª RM | SOMA |
|--|-------|--------|-------|------------|-------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-------------|-----------|-------------|--------|
| | AGR | BMSA | AGSP | AGGC | N/P | Pq R Mnt/5 | 27º B Log | Pq R Mnt/6 | Pq R Mnt/7 | Pq R Mnt/8 | 9º Btl Mnt | Pq R Mnt/10 | 16º B Log | Pq R Mnt/12 | |
| Chumbinho 4,5 mm | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 175 | 275 |
| Car 7,62x51 mm Comum M1 | 0 | 12.800 | 7.600 | 4.900 | 0 | 10.500 | 4.200 | 602 | 2.800 | 3.500 | 5.780 | 3.150 | 7.000 | 8.200 | 71.032 |
| Car 5,56x45 mm Comum M193 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 105 | 0 | 210 | 0 | 0 | 105 | 700 | 1.120 |
| Car .50 (12,7x99) Comum M33 | 0 | 1.120 | 0 | 140 | 0 | 140 | 200 | 35 | 0 | 0 | 700 | 70 | 84 | 0 | 2.489 |
| Car 9 mm LUGER ETOG 124 GR | 0 | 2.100 | 3.500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 252 | 210 | 210 | 2.100 | 700 | 350 | 1.400 | 10.822 |
| Car 12/70 CH 3T PLAST HI-IMPACT | 0 | 1.250 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 100 | 150 | 250 | 135 | 1.750 | 500 | 4.185 |
| Carga de Projecção p/ Granada de Obuseiro 105 mm FD Normal 35A1 (c/ estopilha L10A1) | 0 | 10 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 |
| Granada de Obuseiro 105 mm AE (HE) RL31A3 FD Light Gun (c/ EOP L106A3) | 0 | 10 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 |
| Tir 105 mm AE M1 B1 completo | 0 | 45 | 50 | 45 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 140 |
| Tir 155 mm MD1 AE (Obus 155 mm) | 0 | 20 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 |
| Tir Mrt 60 AE M1 A1 com EOP M4 | 0 | 175 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 175 |
| Tir Mrt 81 mm M5 | 265 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 265 |
| Tir 84 mm TPT 141 EXC TR (Can SR Carl Gustaf) | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 |
| Tir 90 mm HEAT-TPT Round Exc Tr AC | 0 | 0 | 40 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 50 |
| Tir Mrt 120 AE PR | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 |

Logística, Brasil

PREVER

PROVER

MANTER

AUDITAR

